



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM

MÔNICA SANTOS DA COSTA REIS

**AS PRODUÇÕES TEXTUAIS ESCRITAS SOB UMA PERSPECTIVA
SEMIOLÓGICO-ENUNCIATIVAS:** dos procedimentos de sintagmatização às estratégias
de construção de pontos de vista

Recife - PE
2025

MÔNICA SANTOS DA COSTA REIS

**AS PRODUÇÕES TEXTUAIS ESCRITAS SOB UMA PERSPECTIVA
SEMIOLÓGICO-ENUNCIATIVA: dos Procedimentos de Sintagmatização às
Estratégias de Construção de Pontos de Vista**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem (PROGEL) da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Linguística, tendo como área de concentração os estudos em Análises linguísticas, textuais, discursivas e enunciativas.

Orientador: Prof. Dr. José Temístocles
Ferreira Júnior

Recife - PE

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Bibliotecário(a): Ana Catarina Macêdo – CRB-4 1781

R375p Reis, Mônica Santos da Costa.
As produções textuais escritas sob uma perspectiva semiológico-enunciativas : dos procedimentos de sintagmatização às estratégias de construção de pontos de vista / Mônica Santos da Costa Reis. – Recife, 2025.
155 f.

Orientador(a): José Temístocles Ferreira Júnior.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia - UAEADTEC, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Recife, BR-PE, 2025.

Inclui referências.

1. Análise do discurso. 2. Linguística. 3. Produção de textos. I. Ferreira Júnior, José Temístocles, orient. II. Título

CDD 470

MÔNICA SANTOS DA COSTA REIS

**AS PRODUÇÕES TEXTUAIS ESCRITAS SOB UMA PERSPECTIVA
SEMIOLÓGICO-ENUNCIATIVA: dos Procedimentos de Sintagmatização às
Estratégias de Construção de Pontos de Vista**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem (PROGEL) da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Linguística, tendo como área de concentração os estudos em Análises linguísticas, textuais, discursivas e enunciativas.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr. José Temístocles Ferreira Júnior
Orientador – PROGEL/UFRPE

Profa. Dra. Vicentina Maria Ramires Borba (Examinador Interno)
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof. Dr. Eduardo Barbuio (Examinador Interno)
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof. Dr. Paulo Vinícius Ávila Nóbrega (Examinador Externo)
Universidade Estadual da Paraíba

RECIFE – PE
2025

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pelo dom da vida e por todas as bênçãos que ele tem me concedido para vencer os obstáculos da vida e principalmente para continuar na vida acadêmica e concluir esta dissertação.

Aos meus pais, Maria Josefa Santos da Costa e Luiz Alves da Costa e toda a minha família, pela paciência, encorajamento e confiança que expressaram durante este tempo de estudos, pelas vezes que não consegui estar presente, porque precisava me ausentar para estudar e realizar as atividades do curso.

Ao Prof. Dr. José Temístocles Ferreira Júnior, por me orientar e ajudar nesta pesquisa desafiadora, por ele tenho um profundo respeito e admiração. É difícil expressar a minha gratidão em palavras, pelo apoio constante, ensinamentos prestados, orientação e paciência durante esses dois anos de formação acadêmica.

Aos professores da banca examinadora, pela sua disponibilidade, ajuda e valiosas sugestões.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem - PROGEL-UFRPE, que de forma significativa contribuíram para a minha formação e tornaram este sonho possível.

Aos meus colegas de curso, pelo apoio, palavras de incentivo e companheirismo. Foi uma jornada incrível que passei com vocês.

Deixo expresso o meu reconhecimento a todos os meus ex-colegas de trabalho da EREM Gil Rodrigues, da cidade Vertentes/PE, que de algum modo contribuíram para a realização desta dissertação.

As minhas amigas Marily Jullis e Carmem Lúcia, pelo incentivo, encorajamento e por sempre torcerem por mim.

“A Enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de atualização. Enquanto realização individual, a enunciação pode se definir, em relação à língua, como um processo de *apropriação*. O locutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor por meio de índices específicos, de um lado, e por meio de procedimentos acessórios, de outro” (Benveniste, 1989, p. 82-83).

RESUMO

Esta pesquisa objetiva analisar os procedimentos de sintagmatização sob uma perspectiva semiológico-enunciativa, em produções textuais escritas com textos dissertativo-argumentativos de participantes que prestaram o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), em 2022. Nossa perspectiva busca observar, nos textos escritos, os procedimentos de sintagmatização adotados por locutores-escreventes para construção de referências. Para isso, iremos discutir a perspectiva semiológico-enunciativa de Benveniste (1991,1989). Com o intuito de compreender diferentes aspectos da produção textual, realizamos um percurso sobre o estudo do texto a partir de uma abordagem que evidencia as possibilidades que este oferece para discutirmos outras perspectivas, possibilitando outras formas de explorações e discussões, sob o ponto de vista da Linguística Textual, da Análise de Discurso, da Análise Crítica de Discurso da Pragmática Linguística e da Perspectiva Enunciativa, a partir dos estudos de Koch (2023), Rodrigues; Silva; Silva Filho (2009), Van Dijk (2018), Orlandi (2015), Pinto (2004), Grice (1982), dentre outros. Da perspectiva enunciativa, discorremos acerca da reflexão enunciativa de Benveniste (1991,989) e Flores (2013) sobre a linguagem e seus desdobramentos para abordagem do texto. O texto numa perspectiva enunciativa é tomado para analisar aspectos da organização semiótica e da organização semântica, uma vez que por meio do texto o locutor-escrevente demonstra o seu engajamento subjetivo no desenvolvimento de textos escritos, revelando a organização semiológica do texto e construindo sentidos para a construção de referência. O *corpus* de análise é composto por textos escritos sobre o tema “Desafios para a valorização de comunidades e povos tradicionais no Brasil”. Essas produções estão disponibilizadas on-line por meio de cartilha pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). A publicação da cartilha é intitulada “A redação do ENEM 2023 — Cartilha do Participante”. As análises realizadas neste trabalho têm um caráter qualitativo-interpretativo, cujo propósito é realizar interpretações subjetivas, desvendando padrões e sentidos construídos ao longo do texto, por meio das quais buscamos discutir como cada participante ao colocar a língua em uso constrói a sua singularidade sintática a partir dos procedimentos de sintagmatização que a língua oferece. A análise dos dados revela que os locutores-escreventes ao produzirem textos dissertativo-argumentativos organizam elementos linguísticos em sequência ordenada conforme as regras sintáticas e gramaticais, mobilizando mecanismos semióticos e semânticos da língua-discurso para a semantização da escrita na construção de referências.

Palavras-chave: Sintagmatização. Enunciação. Produções textuais escritas.

ABSTRACT

This research aims to analyze syntagmatization procedures from a semiological-enunciative perspective in written textual productions, focusing on argumentative-essay texts produced by candidates who took the Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) in 2022. Our perspective seeks to observe, within these written texts, the syntagmatization procedures adopted by writer-speakers to construct reference. To achieve this, we will discuss Benveniste's semiological-enunciative perspective (1991, 1989). In order to understand different aspects of textual production, we examine the study of text through an approach that highlights its potential for discussing various perspectives, enabling alternative explorations and discussions from the viewpoints of Text Linguistics, Discourse Analysis, Critical Discourse Analysis, Linguistic Pragmatics, and the Enunciative Perspective, based on the studies of Koch (2023), Rodrigues; Silva; Silva Filho (2009), Van Dijk (2018), Orlandi (2015), Pinto (2004), Grice (1982), among others. From an enunciative perspective, we explore Benveniste's enunciative reflections (1991, 1989) and Flores (2013) on language and its implications for textual analysis. The text, within an enunciative framework, is analyzed in terms of semiotic organization and semantic organization, as it is through the text that the writer-speaker demonstrates subjective engagement in written discourse, unveiling the semiological structure of the text and constructing meaning for reference-building. The corpus for analysis consists of texts written on the theme "Challenges for the Appreciation of Traditional Communities and Peoples in Brazil". These productions are publicly available in an official guidebook published by the Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), titled "A Redação do ENEM 2023 — Cartilha do Participante". The analyses conducted in this study follow a qualitative-interpretative approach, aiming to develop subjective interpretations that uncover patterns and meanings built throughout the texts. Through these analyses, we seek to discuss how each participant, by putting language into use, constructs syntactic singularity through the syntagmatization procedures offered by the language. The data analysis reveals that writer-speakers, when producing argumentative-essay texts, organize linguistic elements into a structured sequence following syntactic and grammatical rules, mobilizing semiotic and semantic mechanisms of the language-discourse to semanticize writing in the process of reference construction.

Keywords: Syntagmatization. Enunciation. Written Textual Productions.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. CONTEXTUALIZANDO AS ABORDAGENS SOBRE O TEXTO	13
2.1. O OLHAR DA LINGUÍSTICA TEXTUAL.....	13
2.2. O TEXTO NAS ANÁLISES DE DISCURSO	17
2.3. A PRAGMÁTICA LINGUÍSTICA E SUAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A RELAÇÃO TEXTO-CONTEXTO	29
2.4. A PERSPECTIVA ENUNCIATIVA SOBRE O TEXTO	39
2.5. SÍNTESE DA DISCUSSÃO	47
3. SITUANDO A REFLEXÃO ENUNCIATIVA DE BENVENISTE SOBRE A LINGUAGEM E SEUS DESDOBRAMENTOS PARA ABORDAGEM DO TEXTO.....	52
3.1. A ABORDAGEM ENUNCIATIVA DE BENVENISTE: OS TRÊS MOMENTOS DA REFLEXÃO TEÓRICA E SUAS IMPLICAÇÕES PARA ABORDAGEM DAS PRODUÇÕES TEXTUAIS.	60
3.2. DIFERENTES ASPECTOS DA PRODUÇÃO TEXTUAL: SUBJETIVIDADE, INTERSUBJETIVIDADE, ENUNCIÇÃO.....	76
3.3. A CONSTRUÇÃO ENUNCIATIVA DA REFERÊNCIA NO TEXTO ESCRITO	78
4. ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	92
4.1. COLETA DO CORPUS, TRANSCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	92
5. ANÁLISE DOS DADOS.....	95
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	151
REFERÊNCIAS	153

1. INTRODUÇÃO

A educação consolida uma base de transformação na vida das pessoas e de uma sociedade, oferecendo muitos benefícios na construção da vida pessoal, coletiva e profissional, acarretando no desenvolvimento de todo um corpo social. Sobre essa concepção reflete a prática docente no cenário da educação básica, que realiza um trabalho constante de formação e transformação na vida dos sujeitos, por meio de práticas que vão além da transmissão de conteúdos e almejam formar indivíduos críticos e autônomos perante os diferentes segmentos da sociedade, capazes de compreender e transformar a sua realidade.

Este trabalho foi idealizado a partir de uma perspectiva semiológico-enunciativa com o objetivo de analisar em produções textuais escritas os procedimentos de sintagmatização utilizados pelos sujeitos-escreventes para a escrita de textos dissertativo-argumentativos. Esses modos de enunciação revelam a relação do locutor-escrevente na língua em funcionamento, evidenciando sua subjetividade no processo de apropriação do sistema linguístico ao construir sentidos para enunciar por meio da escrita.

Os procedimentos de sintagmatização estão relacionados à organização sintática que o locutor-escrevente realiza por meio do agenciamento de palavras organizadas para o desenvolvimento de frases e a construção de textos. As frases são organizadas seguindo um agenciamento sintagmático que mobiliza os recursos paradigmáticos das relações associativas e o sintagmático, que comporta o plano semântico, o da língua em ação, sendo o próprio discurso planejado pelos sujeitos na escrita para a construção de sentido e referência.

Nesse contexto, a problemática do trabalho se deu pela necessidade de abordar aspectos enunciativos da linguagem na enunciação escrita, por meio de textos dissertativo-argumentativos, para entender como o locutor-escrevente constrói significado pelo sistema da língua na escrita, como também, pelos procedimentos de sintagmatização. Uma vez que para a elaboração de texto escrito é preciso mobilizar mecanismos semióticos e semânticos para significar e construir referência junto ao interlocutor. Diante dessa questão usamos como pressuposto, o fato de que na escrita de textos formais, como o dissertativo-argumentativo cobrado no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), o locutor-escrevente deve estar atento, por exemplo, ao tipo de linguagem aceito pelo uso da norma padrão da Língua Portuguesa.

Além disso, cada participante do exame precisa demonstrar o domínio de cinco competências que serão avaliadas durante a correção da redação, como: demonstrar domínio da modalidade escrita formal da Língua Portuguesa e seguir as regras do novo acordo ortográfico quanto à ortografia e à acentuação gráfica, bem como em relação às regras gramaticais e às construções sintáticas; compreender a proposta de redação e aplicar conceitos de várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema do texto dissertativo-argumentativo em prosa; focar na inteligibilidade do projeto de texto, no qual o candidato deverá organizar e interpretar informações relevantes em defesa de seu ponto de vista; organizar a estrutura da redação utilizando os elementos coesivos e os operadores argumentativos necessários à coerência textual; e elaborar uma proposta de intervenção respeitando os direitos humanos, conforme orientam os critérios estabelecidos para o exame Brasil (2023).

Nessa perspectiva, conforme os estudos de Benveniste (1989,1991) sobre a enunciação escrita, os procedimentos sintagmáticos são fundamentais nas estratégias de construção de pontos de vista, uma vez que constituem ferramentas essenciais para a construção de sentido no texto escrito. Essas técnicas de escrita permitem ao locutor-escrevente guiar o leitor/interlocutor conforme a sua intencionalidade desenvolvida com base em argumentos claros e bem fundamentados com o objetivo de persuadir o interlocutor/avaliador do texto.

Para tais intenções específicas, nos debruçamos em examinar os aspectos macro e microestruturais nas redações, relacionados aos aspectos sintagmáticos, pela organização sintática produzida pela disposição de elementos nas orações para manter a clareza e objetividade no texto escrito. Além disso, buscamos investigar no *corpus* de pesquisa composto por oito redações sobre o tema “Desafios para a valorização de comunidades e povos tradicionais no Brasil”, os fragmentos de texto que mostram como o processo de sintagmatização — pela combinação de recursos linguísticos, como os marcadores discursivos adequados à organização de frases e parágrafos, a seleção lexical e organização sintática produzida pela disposição de elementos nas orações — contribuem para a construção de sentido no texto escrito. Outro propósito é compreender a manifestação da subjetividade do enunciador, conforme a teoria de Benveniste, analisando os mecanismos de enunciação empregados nos textos, como o uso de pronomes, tempos verbais e marcas de pessoalidade, que revelam a posição do sujeito na enunciação escrita.

A enunciação escrita nesse contexto pode ser compreendida como um ato de realização do locutor-escrevente, uma vez que a escrita está submetida ao sistema da língua e, por meio dela, o estudante dispõe de um aparelho de formas linguísticas para construir referência junto ao seu interlocutor, o seu professor, que prestará o papel de avaliador da sua redação.

O corpo do nosso trabalho está dividido em dois capítulos, nos quais nos debruçamos em apresentar algumas discussões relacionadas à contextualização e abordagem sobre o texto, além de situar a reflexão enunciativa de Benveniste sobre a linguagem e seus desdobramentos para a abordagem do texto. No primeiro capítulo, buscamos apresentar os estudos sobre o texto, evidenciando a sua trajetória sob o ponto de vista da Linguística Textual (LT), das Análises de Discurso (AD), da Pragmática e da perspectiva enunciativa. O texto na ótica desses campos de conhecimento é abordado como ponto de partida para observação de natureza mais ampla, conectando-se a outras realidades. Em outras palavras, o texto não pode ser visto como uma composição de frases e ideias, mas como um reflexo de contextos sociais, culturais e históricos.

Na perspectiva enunciativa, o texto é tomado para analisar aspectos semióticos, de organização semiótica e, ao mesmo tempo, de organização semântica, ou seja, como ocorre a organização de sentido entre quem fala/escreve e o ouvinte/leitor.

Ademais, no segundo capítulo discutimos acerca da reflexão de Benveniste (1991;1989) sobre a linguagem-língua e os seus desdobramentos para a abordagem do texto, procuramos situar a Teoria Enunciativa como uma base teórico-metodológica de análise para a concepção de texto escrito. Nessa perspectiva, abordamos os três momentos da reflexão teórica e suas implicações para a abordagem das produções textuais, enfatizando, de acordo com os estudos de Benveniste, a distinção pessoa/não-pessoa, que envolve a subjetividade do locutor na linguagem; a composição do semiótico e do semântico, que reflete sobre a unidade do signo linguístico até o momento em que Benveniste formula a ideia de um aparelho formal de enunciação e apresenta uma definição para a enunciação, classificando-a como um ato que permite ao locutor transformar a língua em discurso.

Ao considerar o texto escrito sob uma perspectiva enunciativa, comprovamos que nesse modo de enunciação, o locutor-escrevente constrói a sua singularidade, revelando a sua subjetividade e construindo referência ao seu interlocutor/leitor.

Desse modo, é durante o desenvolvimento do texto escrito que o locutor-escrevente por meio do sistema da língua utiliza procedimentos que Benveniste denominou de sintagmatização e semantização. Na sintagmatização, ocorre a organização dos elementos em uma estrutura linear na linguagem; já na semantização, a língua se transforma em discurso a partir do uso concreto na escrita. Esse percurso de análise permitirá ao leitor-interlocutor se situar no panorama de investigação sobre as análises no texto escrito por esta abordagem enunciativa.

2. CONTEXTUALIZANDO AS ABORDAGENS SOBRE O TEXTO

2.1. O OLHAR DA LINGUÍSTICA TEXTUAL

A partir dos estudos voltados para a Linguística Textual, compreendemos que essa linha de investigação da linguística inicialmente não contemplava o estudo de textos como produto da fala e realizações concretas entre os falantes. Havia uma preocupação maior em explicar aspectos gramaticais por meio de fenômenos sintáticos e semânticos que não podiam ser descritos na oração, como a co-referencialidade. Conforme destacam Rodrigues; Silva; Silva Filho (2009), até os anos 1960, no campo da linguística, os estudos sobre as unidades de análise da língua resumiam-se à sua condição de sistema e estrutura. O interesse pelo estudo do texto começa a surgir a partir do final da década de sessenta, quando novos estudos emergem com o objetivo de uma nova teorização construída a partir do estudo do texto. Essa concepção desenvolveu-se na Europa Continental e na Alemanha. No Brasil, os estudos com enfoque no texto surgem na década de setenta.

De fato, os estudos no campo da LT promoveram uma nova percepção de análise particular de investigação, a de compreender que a comunicação ocorre por meio de textos específicos reconhecidos e compreendidos entre os falantes de uma língua. Ou seja, o texto é uma manifestação da linguagem utilizada no meio social na promoção de sentidos. Rodrigues; Silva; Silva Filho (2009), ainda destacam que, no processo de constituição da Linguística Textual, houve a passagem de três momentos distintos que perpassam da análise transfrástica para o estudo do texto nas suas condições de produção, marcando seu afastamento progressivo tanto teórico quanto metodológico da linguística estrutural.

Os autores explicam que, na passagem desses três momentos, houve diferentes produções teóricas que marcaram a LT. Na análise transfrástica, transcendem-se os limites da frase, tornando-se perceptível o estudo das relações frasais que compõem o arranjo do texto. As gramáticas textuais buscavam a construção do texto como objeto da linguística, no entanto, a sua compreensão ainda se pautava nos preceitos da linguística imanente. O terceiro momento é o mais importante que define a Linguística Textual, este é o parâmetro que privilegia os aspectos pragmáticos, uma vez que a construção de teorias do texto promove uma investigação que se estende do texto ao contexto, análise que vai além dos aspectos gramaticais presentes na escrita.

A Linguística Textual, por volta do século XX, passa a interessar-se pelo estudo do texto considerando as condições de interação. Rodrigues; Silva; Silva Filho (2009, p.15), explicam que essa alternativa de estudo “levou os estudiosos da área a adotar em suas pesquisas o conceito de textualidade, no qual está imbricado um conjunto de princípios que contribuem para a construção e a legibilidade do texto”. Todo texto escrito ou oral com um propósito comunicativo dispõe de um conjunto de características necessárias à compreensão pelo seu interlocutor. Dessa forma, concordamos que a textualidade é imprescindível para uma comunicação significativa.

Analisando o panorama histórico da Linguística Textual, Rodrigues; Silva; Silva Filho (2009) explicam que ela busca analisar o texto nas suas condições de produção, levando em questão duas vertentes: primeiro, como o sujeito se apropria dos conhecimentos textuais e os ativa na interação (foco da cognição); segundo, como as questões de ordem social e discursiva interferem nos processos interacionais (foco da enunciação). Na vertente cognitiva, estudos e pesquisas foram desenvolvidas para uma melhor compreensão do processo cognitivo do texto, o que implica analisar como o sujeito produz e compreende os conhecimentos que serão utilizados. Esse viés também é abordado pelo sociocognitivismo: “as pesquisas de ordem sociocognitiva abordam os processos de referenciação e de inferenciação no texto, ressignificando os estudos da coesão textual” (Rodrigues; Silva; Silva Filho (2009, p.16).

Na discussão com foco na enunciação há uma preocupação com a produção e a recepção de textos. Os estudos se voltam para a situação da interação em que um texto é construído, uma vez que o texto, na condição de enunciado, é a materialização de práticas de interação entre os falantes. As pesquisas nesse viés de estudo têm outros interesses, uma vez que constitui uma relação interdisciplinar com outras áreas do conhecimento, como a Linguística Aplicada e a Análise de Discurso, pois nessa vertente,

são objetos de interesse de pesquisa a relação entre oralidade e escrita; a relação entre o discurso e texto; o papel dos gêneros do discurso/textuais na constituição e compreensão dos textos; e, com a convergência das novas tecnologias e das diferentes semioses, o texto visto a partir da noção de hipertexto é construído por meio de diferentes processos semióticos (Rodrigues; Silva; Silva Filho, 2009, p. 16).

Com isso, a LT hoje apresenta o seu quarto momento de análise. Ela deixa de ser uma disciplina com foco gramatical e passa a apresentar habilidades sociocognitivas e enunciativas. Desse modo, ela possui como base de concepção o estudo do texto relacionado com a situação social de interação e os interlocutores envolvidos, além de construir interface com outras

ciências fundamentais na ampliação de seus estudos. Nessa discussão, podemos considerar tanto o texto oral quanto o texto escrito como objetos de estudo, já que são duas formas pelas quais a língua se manifesta e é utilizada pelos falantes no processo de comunicação.

Muitas contribuições foram desenvolvidas para que a LT construísse uma concepção de texto voltada para o processo comunicativo, que estabelece uma relação entre autor, texto e leitor em um determinado contexto. Essa conexão é a base para admitirmos que toda produção textual é o resultado de um processo interativo e deve ser pensada não apenas na forma verbal, mas sob diferentes arranjos semióticos, os quais utilizamos para expressar uma intencionalidade.

Desse modo, a terceira concepção de texto é que passa a entender a língua como lugar de interação, ou seja, o próprio texto é pensado e construído como um lugar de interação entre os falantes. Só existe texto porque existe o outro a quem eu me movo e juntos construímos uma rede de relações de sentido. “Ao elaborar o texto, nós o fazemos pensando no interlocutor (quem ele é, o que sabe, etc.) e nos sentidos que queremos sobre ele (informar, convencer, esclarecer, ameaçar, etc.)” (Rodrigues; Silva; Silva Filho, 2009, p. 25).

Assim como os estudos da Linguística Textual desenvolveram um conceito de texto que se afasta do uso imanente da língua, definindo texto como um produto acabado, compreendemos que os princípios da textualidade são cruciais para a compreensão de como um texto é constituído e sua interpretação é alcançada. Quando pensamos em texto, é provável que a nossa mente produza a informação de que é preciso organizar um conjunto de informações coesas e coerentes, utilizando os critérios necessários ao gênero textual para a compreensão do leitor/ouvinte. Não basta apenas falar ou simplesmente organizar palavras sem antes planejar o que será enunciado ou escrito, pois, dessa forma, a comunicação seria falha.

Na década de oitenta, no Brasil, muitas pesquisas em LT estavam sendo desenvolvidas com foco nos princípios da textualidade. Os estudos de Beaugrande e Dressler (1981 *apud* Rodrigues; Silva; Silva Filho, 2009) foram fundamentais para discutir os fatores responsáveis pela textualidade presente em um texto. Além disso, Beaugrande e Dressler são reconhecidos como precursores da Linguística Textual, contribuindo de maneira significativa para a compreensão dos mecanismos que garantem a coesão e a coerência textual.

Os fatores da textualidade são características presentes em todos os textos e, por isso, precisam ser analisados por uma perspectiva funcional, na qual o texto não pode ser percebido abstraído de uma situação concreta de interação entre os interlocutores. Quando pensamos, por exemplo, em produção de texto escrito como o dissertativo-argumentativo, nesse tipo textual os fatores da textualidade estão bem situados, uma vez que o objetivo do enunciador é convencer o leitor com os argumentos apresentados acerca do tema proposto, e a preocupação durante todo o processo de escrita está na aceitabilidade do interlocutor.

Para Beaugrande e Dressler (1981 *apud* Rodrigues; Silva; Silva Filho, 2009), os fatores da textualidade estão intimamente relacionados e são os responsáveis por regularizar as situações de produção textual. A coesão e a coerência, por exemplo, são noções centradas no texto de natureza linguística e conceitual. A primeira está relacionada à composição de superfície do texto, que logo se concentra em uma sequência veiculadora de sentido, a coerência, como explica Gomes e Lima:

é a partilha dos significados em jogo na linguagem, e a compatibilidade dos conceitos em jogo com o conhecimento de mundo do receptor do texto. Mesmo utilizando-se de variados recursos da linguagem, o produtor espera a cumplicidade do receptor para compreender suas intenções, através do seu conhecimento de mundo e das estratégias de inferência (Gomes e Lima, 2015, p. 11).

A coerência também é dependente da coesão, assim como dos demais fatores de textualidade, pois é construída na interação entre os interlocutores. Ao produzir um texto, o enunciador busca tornar a informação relevante e aceita, utilizando os princípios da intencionalidade e da aceitabilidade. A intencionalidade está relacionada ao locutor, que usa recursos para produzir um texto coeso e coerente. A aceitabilidade foca no receptor, que só mantém a comunicação se a informação for relevante e fizer sentido.

Quanto à informatividade, relacionado a informação que um texto apresenta a um ouvinte/leitor, é preciso um planejamento pensando no nível de informação do meu público-alvo, na capacidade de interpretação e inferências. Além disso, a situacionalidade é outro elemento responsável por conduzir o enunciador a planejar de forma estratégica o seu texto, pensando na fonte de informação sobre o que vai falar/escrever: com qual objetivo? Para qual público-alvo? Para Gomes e Lima (2015, p. 7), a situacionalidade “deve manter relação com a situação sociocomunicativa, a qual deve adequar-se, e estabelecer uma relação com o contexto em que o próprio texto é produzido ou recebido”. Assim, o contexto oferecerá condições que permitirão ao leitor/ouvinte construir suas interpretações em interação com o texto/discurso.

Outro fator fundamental para a constituição de um texto é a intertextualidade, ela propõe uma visão além do linguístico para que a interpretação seja de fato compreensível. O conceito de intertextualidade está relacionado com a dependência de um texto com outro(s) texto(s), essa construção demandará conhecimentos outros do interlocutor/ouvinte para que a informação seja de fato assimilada com o propósito qual ela foi produzida. Nenhum texto consegue ser “puro no sentido de sua originalidade, pois todo texto traz consigo vestígios dos discursos presentes em textos a ele preexistentes” (Gomes e Lima, 2015, p. 9).

A intertextualidade na redação, por exemplo, envolve o diálogo entre textos, conectando a produção atual com discursos e conhecimentos prévios. Na escrita científica, o uso de citações e aportes teóricos é fundamental para conferir credibilidade ao trabalho e situá-lo no contexto científico. No ambiente escolar, os alunos também utilizam referências anteriores ao escrever, enriquecendo suas produções. Segundo Rodrigues; Silva; Silva Filho (2009), a intertextualidade permite que o leitor ou ouvinte relacione o texto atual com experiências anteriores e seu conhecimento, especialmente com textos do mesmo domínio discursivo.

Portanto, como demonstrado, as abordagens sobre o texto no olhar da Linguística Textual seguiram um longo percurso de estudos. O texto na LT, hoje, é visto como uma unidade de sentido que vai além da análise em estruturas sintáticas e gramaticais. Desse modo, o texto não deve ser visto apenas como uma estrutura linguística, mas também como os aspectos relacionados à organização, produção e interpretação de significados construídos pelos interlocutores. Dessa forma, entendemos que um texto é o resultado de um fenômeno social, cognitivo e interativo construído pelos interlocutores na construção de sentido. Ademais, os aspectos linguísticos abordados aqui sobre o texto fornecem uma base elementar para a análise dos desdobramentos que serão abordados na seção seguinte sobre o texto nas Análises de Discurso.

2.2. O TEXTO NAS ANÁLISES DE DISCURSO

Vivemos em uma sociedade formada por diferentes segmentos sociais, onde os indivíduos se inter-relacionam constantemente por meio da linguagem. É por meio de ações comunicativas que construímos o nosso discurso, seja ele escrito ou oral, que é desenvolvido a partir de nosso conhecimento e percepções de mundo adquiridas ao longo do tempo. É no desenvolvimento do discurso como texto que a nossa percepção ideológica vai sendo construída. A ideologia é o que molda o indivíduo como um ser social, que age em defesa de seus ideais ao mesmo tempo, em que respeita o outro que pensa diferente. Logo, podemos

pensar em ideologia como um conjunto de princípios preservados por cada indivíduo, que expressam uma certa visão de mundo, ou seja, está vinculada a forma como cada um percebe e compreende a realidade ao seu redor. É nesta perspectiva que compreendemos o discurso como um meio de significação utilizado pelos indivíduos para os distintos fins de comunicabilidade.

Nessa perspectiva, o discurso, como uma prática linguística, promove a interação entre as pessoas com seus diferentes propósitos comunicativos. Além disso, ele também é utilizado para desempenhar práticas de poder na sociedade, quando é exercido por indivíduos que possuem uma certa hierarquia ao exercer, por exemplo, um cargo de nível mais elevado, seja público ou privado, ou pela capacidade de influenciar grupos sociais, ou a própria sociedade. Isso ocorre quando esses detentores de poder pensam em um projeto comum, que defenda ideias e opiniões específicas acerca de um tema ou uma realidade que convergem com o mesmo modo de pensar de algumas pessoas, e essas atitudes são discutidas pelo poder social. Assim, nesse jogo de relações entre os indivíduos, haverá sempre aquele que exerce autoridade sobre o outro ou sobre a sociedade, os quais são submetidos e influenciados pelo poder da política, da economia, da ideologia, dentre outros.

Nesta perspectiva damos continuidade à reflexão sobre o discurso, onde recorreremos inicialmente aos estudos de Eni P. Orlandi (2015), para explorar a Análise de Discurso (AD) em suas condições de produção, considerando como os sentidos são construídos a partir da relação entre linguagem, sujeito e história. Nesse ponto de vista, é possível compreender o texto como um produto inserido em contextos específicos, onde os elementos sociais e ideológicos influenciam na sua construção e compreensão. Seguidamente, no contexto dessa abordagem, discutimos sobre o texto dissertativo-argumentativo, destacando suas características como um espaço de expressão de posicionamentos e de construção de sentidos.

Posteriormente, nos apoiaremos nos estudos de Teun A. van Dijk (2018) para analisar a estrutura discursiva em suas dimensões micro e macro, evidenciando como as relações de poder e as estratégias argumentativas se manifestam nos textos. Por fim, analisaremos as contribuições de Norman Fairclough (2001), focalizando a Análise Crítica do Discurso (ACD), que permite enxergar o texto como um campo de disputa de sentidos influenciado por práticas sociais e ideológicas. Essas abordagens ressaltam que o texto não se limita a uma única interpretação, mas se configura como um objeto complexo, aberto a múltiplas formas de análise e reflexão.

Diante dessa percepção, analisamos o texto em suas condições de produção, que segundo Orlandi (2015), levam em consideração os sujeitos, a situação discursiva, a memória discursiva e o interdiscurso. A situação discursiva pode ser pensada por dois vieses: primeiro, aquele que compreende a situação imediata da enunciação, *o aqui e o agora do dizer*; e, posteriormente, é feita uma análise ampla, que compreende o contexto sócio-histórico e ideológico, permitindo o estudo dos contextos, a origem do discurso, o sentido construído, quem é o autor e a manipulação social sobre o discurso produzido, dentre outros aspectos relevantes à análise.

Nesse contexto, entendemos que, em toda situação discursiva é preciso relacionar o discurso com a sua exterioridade. Então, quando pensamos, por exemplo, em uma aula de Língua Portuguesa sobre a tipologia textual dissertativo-argumentativo, a situação imediata a ser analisada é o contexto de sala de aula e o professor, por meio dos recursos e materiais utilizados para a explicação do conteúdo. Já no contexto mais amplo, é preciso pensar na influência que essa tipologia provocará durante e após a formação dos estudantes no Ensino Médio. O objetivo principal está ligado ao fato de os alunos conseguirem ingressar em um curso superior e dar continuidade aos seus estudos. Mas para isso é necessário desenvolver procedimentos teóricos e práticos que se iniciam em sala de aula pelo planejamento do docente que, segue um currículo e precisa ensinar aos estudantes a dominar a escrita de um texto formal. Assim, como explica Orlandi (2015), todo discurso está relacionado a um contexto mais amplo e adquire sentido porque faz parte de uma cadeia na qual o saber é uma condição de poder sobre o outro e é distribuído por uma rede institucional e hierarquizada.

Já o sujeito, na Análise de Discurso (AD), é a condição primeira da posição de sujeito discursivo, ou seja, quando ele se submete ao sistema da língua e dá sentido ao seu texto, atribuindo-lhe significa por meio da escrita. Na produção de texto escrito, como a redação, há uma construção de sentido. O texto se constitui em discurso porque ele é uma unidade significativa, estruturado por meio de formações discursivas que lhe conferem significado. Para isso, no momento da escrita, o sujeito discursivo utiliza termos linguísticos adequados à construção textual que está sendo desenvolvida. Dessa forma, é sempre importante que o estudante, ao produzir o seu texto, tenha conhecimento do léxico de sua língua e selecione os termos linguísticos adequados à compreensão, pensando, por exemplo, no sentido que as palavras podem exercer no texto durante a segmentação de frases e parágrafos. Esse sentido, como enfatiza M. Pêcheux (idem, *apud* Orlandi, 2015, p.19), “é determinado pelas posições

ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas). Elas mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam.”.

Nesse sentido, M. Pêcheux, ao destacar que as palavras, expressões e proposições são formações discursivas da linguagem responsáveis pela formação ideológica na construção de sentido, afirma que o sentido de um texto é construído com base em formações discursivas compostas por um conjunto de regras, normas, valores e crenças que orientam o sujeito na produção de sentidos em um determinado contexto. É importante destacar o quanto essas formações influenciam a produção textual, desde as escolhas linguísticas feitas pelo locutor enunciador, as representações e concepções presentes no discurso, até as relações de poder e ideológicas que guiam o sujeito na construção de sentidos aos discursos, uma vez que, para a AD, todo discurso parte da relação do homem com o sentido que ele quer construir. O conjunto de formações discursivas forma o interdiscurso que segundo Orlandi (2015):

O interdiscurso determina a formação discursiva. E o próprio da formação discursiva é dissimular na transparência do sentido, a objetividade material contraditória do interdiscurso que a determina. Essa objetividade material contraditória reside no fato de que algo fala sempre antes em outro lugar e independentemente. Ele é constituído de todo o dizer-já-dito. Ele é o saber, a memória discursiva. Aquilo que preside todo dizer (Orlandi, 2015, p. 20).

Nessa perspectiva, conforme Orlandi (2015), todo discurso é composto por interdiscursos, os quais permitem a criação de formações discursivas. Sendo assim, todo discurso é o resultado de um interdiscurso, permitindo as formações discursivas, e estas, por sua vez, configuram as construções discursivas que compõem um texto. Essas construções estão sempre vinculadas a uma formação ideológica, que marcam as diferentes posições do sujeito em seus discursos. Orlandi (2015), explica que pela ideologia o indivíduo é interpelado em sujeito, ele é submetido ao sistema da língua para significar, construir sentido em seu discurso. Nesta circunstância, podemos pensar o texto escrito em sala de aula como um exemplo de prática discursiva que submete o estudante ao assujeitamento, ou seja, a capacidade de se propor como sujeito de sua escrita. Para essa condição, o estudante é interpelado em sujeito, ele é submetido a uma situação discursiva para desenvolver textos escritos em sala de aula e, pelo simbólico, faz uso do sistema linguístico para estruturar o seu texto dissertativo-argumentativo.

Com isso, o estudante ao se apropriar do simbólico da língua, constrói a sua subjetividade discursiva e é chamado a se posicionar e se identificar, se expressando por meio do texto ao qual está exposto suas concepções, valores e normas referentes a construção

ideológica que ele deseja construir junto ao seu leitor. Por isso, no desenvolvimento de texto escrito, o locutor-escrevente pelo interdiscurso constrói diferentes formações discursivas para desenvolver um repertório sólido acerca da temática do ENEM. Desse modo, pelo interdiscurso surgem as formações discursivas, uma vez que, para produzir um texto dissertativo-argumentativo, o estudante precisa construir o seu repertório com argumentos que apresentem um embasamento teórico e que corresponda com a temática escolhida para a discussão.

Dessa forma, pensar na produção de texto como uma prática discursiva desenvolvida no contexto escolar é pensar o texto como uma unidade significativa capaz de construir sentido entre os interlocutores. O texto, seja ele oral ou escrito, precisa ter textualidade, ser coeso e coerente. Logo, “não são as palavras que significam, mas o texto. Quando uma palavra significa é porque ela tem textualidade, ou seja, é porque sua interpretação deriva de um discurso que a sustenta, que a provê de realidade significativa. A palavra que significa é uma palavra textualizada” (Orlandi, 2015, p. 25). É importante destacar essa concepção de análise, já que, ao produzir um texto, é preciso pensar em como ele será recepcionado e qual será a sua relação com a exterioridade. Por ser marcado como um objeto discursivo, com começo, meio e fim, o texto, segundo Orlandi (2015), é heterogêneo porque é atravessado por um conjunto de formações discursivas, que determinam as posições do sujeito no discurso representado em suas condições de produção em uma determinada situação comunicativa.

Nessa perspectiva, dialogamos com a AD por ser um campo multidisciplinar, que envolve diferentes abordagens e teorias para analisar como os sujeitos utilizam a linguagem para se expressar em diferentes contextos sociais, políticos e culturais por meio de discursos orais e textos escritos. Desse modo, compreendemos que não existe uma abordagem unificada para a análise no texto, uma vez que pesquisadores têm interesses e objetivos próprios ao investigar como a linguagem funciona. Por isso, algumas abordagens são focadas no texto (uma perspectiva mais linguística), enquanto outras focam mais em análises sociológicas e críticas, como implicações sociais, culturais e ideológicas do discurso. Desse modo, cada abordagem permite analisar as várias performances da linguagem em práticas sociais.

Sendo assim, quando pensamos na AD focada na perspectiva de abordagem do texto escrito, entendemos que a análise textual precisa partir do princípio de produção, e isso envolve examinar o texto em si, ou seja, desde o tema em discussão, à escolha dos termos linguísticos adequados (lexicalização), às construções gramaticais e à organização textual, para entender como o significado foi produzido e interpretado pelos sujeitos. Ao analisar as palavras

selecionadas na produção de um determinado texto, é possível identificar que tipo de opinião, atitudes e ideologias estão sendo construídas. Por exemplo, quando um texto expressa uma construção frasal com o uso de adjetivo ou advérbio, como em “Infelizmente, os jovens não demonstram mais interesse pelos estudos”, a frase demonstra a atitude negativa do enunciador em relação ao desinteresse dos jovens. Além disso, o modo como as construções gramaticais são construídas interferem na interpretação, pelo uso de tempos verbais na voz ativa ou passiva em frases que vão comprometer a interpretação da informação.

Para mais, sobre discurso e poder, Van Dijk (2018) discute um ponto importante sobre o discurso e a reprodução do poder social como a possibilidade de reprodução de poder por meio do discurso, onde ele define essa prática como o controle sobre as ações de outros indivíduos. Esse controle ocorre quando interesses são postos em questão sobre certas vantagens, que não estão alinhadas a uma perspectiva de pensamento elaborada por quem detém o poder. A esta condição de controle, Van Dijk (2018) caracteriza como abuso de poder, e para as ações de poder realizadas por meio do discurso, pode-se enfatizar o fato de que o discurso e o poder estão relacionados no meio social, pois muitas pessoas não são livres para falar ou mesmo escrever aquilo que pensam e desejam. Posto que, essas pessoas são parcial ou totalmente controladas pelo estado, pela polícia, pela mídia, ou por uma empresa específica que irá determinar o que se têm que falar ou escrever — isso é típico de alguns empregos que submetem os empregados a certas imposições comunicativas, Van Dijk (2018).

Convivemos em uma sociedade, onde há um conjunto de normas e leis que precisam ser seguidas para o bom funcionamento das instituições e o salutar convívio da coletividade. Essas normas podem ser éticas, morais ou jurídicas são o que orienta o cidadão sobre as suas atitudes. Por isso, a importância de policiar as nossas ações diante de comportamentos usados para denegrir a imagem de alguém, com discurso de ódio, desrespeito às autoridades, praticar racismo, etc. Por esse motivo, convém discutir que as regras do viver bem em sociedade precisam ser respeitadas. Porém, assistimos constantemente que práticas são criadas por pessoas ou grupos de pessoas que utilizam de sua autoridade para obter vantagens pessoais ou prejudicar o outro, como destaca Van Dijk, ao questionar práticas de violação dos direitos humanos ou sociais, uma vez que:

O controle se aplica não só ao discurso como prática social, mas também as mentes daqueles que estão sendo controlados, isto é, aos seus conhecimentos, opiniões, atitudes, ideologias, como também às outras representações pessoais ou sociais. Em geral, o controle da mente é indireto, uma intencional, mas apenas possível ou provável consequência do discurso. E uma vez que as ações de pessoas são controladas por suas

mentes (conhecimento, atitudes, ideologias, normas, valores), o controle da mente também significa controle direto da ação (Van Dijk, 2018, p. 18).

Nesta perspectiva, o teórico explica como é possível exercer o controle sobre o outro e destaca a importância do manejo do discurso tendo como ponto de partida o controle da mente, já que todo discurso tem início na mente das pessoas para posteriormente ser compartilhado com o outro. É controlando a mente que outros discursos serão produzidos seguindo os mesmos propósitos e interesses daqueles que detêm o poder. O contexto político é um exemplo de controle de discurso, que acompanhamos constantemente em nosso meio social. Entendemos como contexto político a influência exercida pelos sistemas de governo, pelas políticas públicas e pelas ideias políticas em um determinado acontecimento da sociedade. É nessa estrutura de poder que o discurso é praticado e, por vezes, consegue influenciar grande parte da sociedade a concordar com um projeto de governo planejado e a aceitar atitudes que desrespeitem a atenção primária da coletividade, como o investimento na saúde, na educação e na segurança.

No contexto político a questão primeira a ser discutida é sobre o modo como as informações estão sendo passadas para a população: quem tem acesso, quem controla, o que é permitido e os objetivos pretendidos pelo partido político, entre outros. Pois, é certo que nenhuma pessoa que esteja de fora dessas organizações tenha acesso às discussões do programa de governo planejada pelos líderes de um partido. “Isso significa que precisamos examinar em detalhe as maneiras como o acesso ao discurso estão sendo regulado por aqueles que estão no poder, como é tipicamente o caso de uma das formas mais influentes de discurso público, qual seja, o da mídia de massa [...]” (Van Dijk, 2018, p. 19). A mídia de massa provoca grande influência na vida das pessoas, seja sobre educação, política, cultura e formação de opinião sobre determinadas questões. É sobre o forte controle que o discurso promove na vida das pessoas que precisamos fazer sempre uma análise crítica sobre as informações que são reportadas pelas mídias sociais para não nos deixar levar pelas manipulações impostas.

Portanto, Van Dijk (2018), ao recomendar o acesso ativo sobre os conteúdos que são divulgados nas mídias sociais, ele enfatiza a importância da participação no controle dos conteúdos compartilhados. Ter controle sobre o que está sendo compartilhado implica em não acreditar em todas as informações divulgadas e não se limitar a fazer qualquer interpretação. É preciso investigar a veracidade das informações, pois tudo o que é reproduzido foi planejado e estruturado com objetivos específicos para um público-alvo, com o intuito de convencer por meio dos argumentos apresentados. Por isso, receber e questionar deve ser uma tarefa diária na vida de todos os que estão preocupados com o bem-estar da sociedade.

Logo, no cenário político, quando um partido pretende, por meio de mídias, utilizar seu discurso para persuadir e tentar controlar a mente das pessoas, essas autoridades irão agir estrategicamente, buscando, de forma indireta, atender às demandas da população, mesmo que seja por meio de promessas de campanha. Para Van Dijk (2018), o controle da mente afeta também um conjunto de fatores pertencentes a cada cidadão, como o conhecimento pessoal e social, as experiências prévias, as ideologias e as normas de valores construídas. O poder político, junto com a mídia, influencia no comportamento e decisões das pessoas ao longo da vida, visto que a política e a mídia são controladoras de interesses que vão além dos objetivos de garantir o bem comum da sociedade, como o de informar, entreter ou divertir. Há um interesse social e comercial sobre a função da mídia e da política, pois líderes agem em favor de benefícios próprios.

No contexto da educação, o professor também desempenha um papel de poder na sociedade e na escola onde ele trabalha, com o desenvolvimento da aprendizagem através dos recursos de conhecimento adquiridos ao longo de sua formação. Van Dijk (2018) define poder como controle de um grupo sobre o outro e, para esse controle ser validado, é preciso que o público tenha acesso aos meios de produção discursiva para que esse poder simbólico se efetive em seu meio de produção. É através do ensino que a produção discursiva do docente é realizada por meio de práticas pedagógicas que se iniciam no planejamento e se concretizam durante a realização das aulas. Durante as aulas, os estudantes compreendem o papel do docente como aquele que coopera com o desenvolvimento da aprendizagem e constrói junto com os estudantes conhecimentos significativos. Assim, os educandos devem se comportar como indivíduos ativos e com um potencial crítico, diante das situações que vão sendo impostas no dia a dia em sala de aula e na sociedade.

Nesse contexto, no poder existente entre classes e instituições, é sabido que o professor e o livro didático são vistos como influenciadores da mente dos alunos e, de fato, são, pois faz parte do ensino essa transmissão de novos saberes, de modo que os estudantes possam aprender informações relevantes a sua formação, e assim, o docente contribuirá com a construção da identidade desses estudantes.

Para essa discussão, Van Dijk, (2018, p. 21), discute que é difícil diferenciar “uma aprendizagem que realmente serve aos estudantes nas suas vidas presentes e futuras, de um lado, e a doutrinação das ideologias de grupos ou organizações poderosas na sociedade, ou uma aprendizagem que impede que os alunos desenvolvam seu potencial crítico, do outro”.

Durante o ensino o papel do professor é crucial para o desenvolvimento da aprendizagem, no entanto, entra a questão do livro didático se realmente está adequado ao ensino mesmo com as orientações do Ministério da Educação, que estabelece parâmetros curriculares para a elaboração dos livros didáticos, mesmo assim, nos questionamos sobre como certos conteúdos podem influenciar a mente dos estudantes.

Dessa forma, observamos o quanto em nossa sociedade o discurso e o poder estão relacionados em diferentes práticas sociais ao que Van Dijk (2018) chamou de “elites simbólicas”, representadas por jornalistas, artistas, escritores, diretores, dentre outros, que controlam a informação compartilhada com o público.

Além dos discursos orais, os textos escritos também desempenham a consolidação do poder comunicativo, isso pode ocorrer por meio de textos institucionais como artigos científicos, relatórios, planos estratégicos, dentre outros. É por meio de textos institucionais que o poder público ou privado estabelece normas e diretrizes que influenciam o público e acaba moldando as percepções e o comportamento dos indivíduos dentro e fora de uma organização.

Em uma segunda abordagem da Análise Crítica do Discurso (ACD), exploramos como a linguagem e o discurso se configuram em ideologia. Essa análise se fundamenta a partir das teorias das ideologias, poder e hegemonia, influenciada por Antonio Gramsci, e a teoria da naturalização, derivadas das reflexões de Fairclough, (2001). Tais teorias permitem analisar o texto e o discurso as ideias, os valores e as opiniões de um grupo construídos socialmente e expressam sua forma de pensar e de agir.

Em um aspecto dessa materialização do discurso, podemos identificar nos mecanismos ideológicos, onde é possível investigar, por exemplo, nos discursos de autoridade, a validação de suas vozes como as portadoras da verdade. Desse modo, compreendemos que as ideologias têm uma influência para moldar o comportamento e a identidade das pessoas, pois influenciam a forma como as pessoas enxergam o mundo, a sua identidade e as estruturas de poder que a cercam.

Nesse contexto, temos a contribuição do linguista britânico Norman Fairclough, um dos principais teóricos da ACD, que aborda alguns procedimentos para análise de textos no que diz respeito, por exemplo, à forma como o discurso pode reforçar ou questionar diversas relações de poder e ideologia. Em sua obra, Fairclough (2001) apresenta um conceito de discurso, onde

ele enfatiza que o que deve ser levado em consideração não é apenas o que é dito, mas é preciso analisar como esse discurso é dito. Para o linguista, o discurso é uma forma de conhecimento que nunca é expresso de forma clara e objetiva, uma vez que sempre haverá implicações, valores subjacentes e intenções que não são reveladas explicitamente, por isso, é preciso de uma análise detalhada de informações para interpretar a intenção do sujeito. Desse modo, Fairclough explica que há,

uma boa razão para usar “discurso” em vez desses termos tradicionais: um discurso é um modo particular de construir um assunto, e o conceito difere de seus predecessores por enfatizar que esses conteúdos ou assuntos – áreas de conhecimento – somente entram nos textos na forma mediada de construções particulares dos mesmos (Fairclough, 2001, p. 64, destaque do autor).

Para Fairclough, um discurso não é neutro; ele é sempre carregado de conhecimento porque os temas e os conteúdos que aparecem nos textos são construções linguísticas organizadas de forma específica para serem apresentados e interpretados. Por isso, em cada discurso o que vai influenciar no modo de compreensão dos assuntos é justamente a forma como os sujeitos selecionam os termos adequados para o uso, os modos de argumentação, as referências sociais e culturais, assim como os valores que estão implícitos no discurso. Com isso, quando falamos em discurso, conforme explica Fairclough (2001), não estamos analisando apenas a informação que está sendo transmitida, mas o discurso como uma prática política e ideológica, uma vez que o discurso tem um papel crucial na organização social, na forma como o poder e as ideologias se manifestam e se mantêm.

Ademais, de acordo com concepções teóricas da ACD, o discurso é o resultado da ação dos sujeitos e compreende toda a forma de dizer. Portanto, entre o modo de ação e a representação do discurso, há um diálogo entre linguagem e sociedade, uma vez que essa dialética implica uma relação de mão dupla ao entender que a sociedade, a partir de suas condições sociais e culturais, molda o discurso ao mesmo tempo, em que o discurso molda a sociedade quando busca transformar ou reproduzir as relações de poder e estruturas sociais.

Para o processo de análise de discurso, Fairclough (2001) propõe que a análise pode ser feita a partir de um quadro tridimensional, na qual é possível abordar o discurso numa dimensão textual, discursiva e social, já que para o linguista todo evento de discurso é composto por essas três dimensões simultaneamente, funcionando como um texto, uma prática discursiva e um exemplo de prática social (Fairclough *Apud* Pedrosa 2005).

Desse modo, no modelo tridimensional de ACD, conforme Fairclough (2001), a primeira análise a ser feita na representação de um discurso é a do texto. Essa dimensão volta-se para a análise textual e linguística, a qual envolve vocabulário (lexicalização), gramática, coesão e estrutura textual. Em uma segunda ordem, a análise passa a ser interpretativa, pois considera o texto em relação às práticas sociais mais amplas. Para o linguista, a prática discursiva integra produção de texto, distribuição e consumo, essa relação ocorre centrada no enunciador de um discurso por ser ele o responsável pelas escolhas dos termos adequados na produção, que refletem e reproduzem relações de poder e ideologias.

Posteriormente, estão os canais de comunicação onde esses textos circulam e influenciam quem tem acesso ao discurso, pois certas interpretações serão feitas pelos leitores ou ouvintes de acordo com as suas experiências e posições sociais. Essas dimensões consolidam a concepção do linguista quando enfatiza que o discurso não deve ser analisado apenas como uma forma de representar o mundo, mas como um meio de constituir a realidade social em razão da prática de cada indivíduo ser moldada por questões sociais e ideológicas.

Em seguida, Fairclough (2001) apresenta a análise social como uma dimensão macrosociológica que considera o discurso como uma construção que faz parte das práticas sociais. A análise social, na visão do linguista, examina como o contexto institucional, organizacional e ideológico influencia e se deixa influenciar pelos discursos. Por meio da abordagem da análise social é possível articular elementos do texto e da prática discursiva aos efeitos sociais mais amplos. Conforme o linguista, numa relação entre prática social, ideologia e hegemonia, entendemos que é por meio dos discursos que as práticas sociais são materializadas. No entanto, o discurso não é carregado apenas de construções linguísticas, ele molda e é moldado por normas, valores, estruturas e relações de poder.

Desse modo, “o discurso, como prática social, tem por objetivo, especialmente, trabalhar ideologia e hegemonia” (Pedrosa, p. 13). As ideologias estão presentes nos significados do texto e nas práticas discursivas. Conforme explica Fairclough, a ideologia “é uma orientação acumulada e naturalizada que é construída nas normas e nas convenções, como também um trabalho atual de naturalização e desnaturalização de tais orientações nos eventos discursivos” (Fairclough *Apud* PEDROSA, 2005, p.14). O linguista por meio de suas abordagens no discurso, busca analisar a desnaturalização de construções discursivas, ou seja, identificar que um discurso é carregado de escolhas ideológicas e, por isso, não deve agregado à linguagem e percebidos como “naturais” anulando sua natureza construída. O discurso

também é associado à luta pela hegemonia, onde esse processo se dá por meio de grupos dominantes que buscam o poder e, para isso, vão em busca de liderança social, política e econômica. Portanto, o discurso como prática social é um meio para trabalhar com ideologias, disputas hegemônicas e compreender a dinâmica de estruturas sociais.

Dessa forma, ao discutirmos sobre a importância dos estudos na perspectiva da AD e da ACD, para análise de discursos e de textos escritos, como o dissertativo-argumentativo produzido por participantes que prestam o ENEM, compreendemos que o texto, como uma unidade de significação, é uma materialização da ideologia do locutor-escrevente. Nos textos escritos, por exemplo, podemos analisar aspectos ideológicos, socioculturais e interdiscursivos na construção de argumentos sobre um tema em questão. Quando realizamos essa abordagem, identificamos que a produção do texto vai além dos aspectos normativos da linguagem, uma vez que todo texto evidencia como a linguagem pode revelar posicionamentos, relações de poder e representações sociais.

Nesse contexto, diante da análise das redações do ENEM, e seguindo uma perspectiva dos estudos de Van Dijk (2018) e Fairclough (2001) sobre como os discursos refletem e reproduzem relações de poder e ideologia, a análise poderia incluir, por exemplo, a abordagem que o locutor-escrevente faz sobre a representação social no texto referente aos “desafios para a valorização de comunidades e povos tradicionais no Brasil”. Desse modo, é possível avaliar qual a perspectiva do enunciador sobre esses indivíduos, como eles são retratados, se protagonistas ou vítimas passiva de um sistema, se o enunciador do texto desenvolve o seu conhecimento acerca da diversidade desses grupos, apresentando especificidades positivas para uma boa representação, dentre outras questões.

Outra análise possível diz respeito à naturalização do discurso quando esses escondem posições ideológicas quando, por exemplo, na legitimação das estruturas de poder e na desconsideração do papel da sociedade civil e de outras ações coletivas que poderiam auxiliar na solução da problemática.

Ademais, outro ponto relevante na análise pode estar voltado para o discurso argumentativo, legitimação e deslegitimação dos argumentos construídos. Isso envolve, por exemplo, o repertório sociocultural que o enunciador utiliza para legitimar o seu ponto de vista, citando um filósofo, um teórico, um dado estatístico etc. Nesse viés, também é possível discutir a identificação de relações de poder, uma vez que essa pauta está centrada na conclusão do texto

pela proposta de intervenção que será apresentada como uma possível solução para a discussão levantada e o ponto de vista defendido. Nessa ótica, será analisada se a proposta de intervenção reforça ou desafia certas estruturas de poder existentes.

Dessa forma, uma abordagem centrada na AD e na ACD poderia ser abordada no ensino de redação aos estudantes, pois seria uma forma de contribuir com a promoção de uma visão crítica da escrita como uma prática social e ideológica, levando os estudantes a refletirem sobre a importância de seus posicionamentos no contexto social e político que estão inseridos.

Após discutir o texto nas Análises de Discurso (AD) e Análises Críticas de Discurso (ACD) como formas de exemplificar relações de poder, ideologia, história e cultura, entendemos que o texto nas Análises de Discurso possui diversas vertentes, com concepções variadas, para abordar operações textuais, discursivas e linguísticas. Essas abordagens mostram que a AD vai além de analisar o texto isoladamente, preocupando-se em revelar a complexidade dos discursos presentes em diferentes práticas sociais e culturais. Isso evidencia o discurso como um espaço de luta simbólica, como ocorre nas políticas educacionais ao tratar das ideologias no ensino.

Para dar continuidade aos estudos relacionados à análise do texto, abordaremos na próxima seção, os estudos voltados para a Pragmática Linguística e suas considerações sobre a relação texto-contexto, um campo da linguística que estuda como o significado é construído e interpretado pelos sujeitos em situações comunicativas e específicas.

2.3. A PRAGMÁTICA LINGUÍSTICA E SUAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A RELAÇÃO TEXTO-CONTEXTO

A Pragmática é uma ciência da linguagem que se preocupa com o significado da linguagem verbal em uso. Seu objetivo é explicar os fatos de linguagem além de seu sentido literal como habitualmente é analisado em sentenças, estudando o contexto de uso dos enunciados linguísticos sem descartar nenhum elemento não-convencional.

Os contextos e os usos de interação verbal são diversos, o que exige uma análise minuciosa de fatos analisados durante a interação. Com isso, entendemos a Pragmática como uma ciência do uso linguístico, que nos auxilia na compreensão dos sentidos de determinados enunciados.

Nesse contexto, a Pragmática trabalha diferente da concepção construída por Saussure (2006), que pensou num objeto de estudo para a Linguística, valorizando a língua em detrimento da fala. Para a Pragmática, a linguagem e a fala não podem ser abordadas de forma individual, pois se complementam e são componentes fundamentais para que a comunicação ocorra entre os falantes. Logo, pelo fato da Pragmática se preocupar em analisar a linguagem em diferentes práticas sociais, muitas situações de linguagem podem ocorrer, e isso permite aos falantes construírem diferentes situações comunicativas que vão depender de análise para a compreensão, que leve em consideração não apenas a organização sintática de sentenças, mas entender “que os fenômenos linguísticos não são puramente convencionais, mas sim compostos também por elementos criativos, inovadores, que se alteram e interagem durante o processo de uso da linguagem” (Pinto, 2004, p. 48).

Podemos apresentar como exemplo uma conversa entre duas amigas que há muito tempo não se veem e se encontram por acaso em um supermercado. Elas estão fazendo compras e ao se reverem se cumprimentam, mas a conversa não se prolonga como seria de se esperar:

(1)

Amiga (A): Olá, tudo bem? É bom te ver novamente!

Amiga (B): Estou bem, obrigada! O prazer é todo meu...

Amiga (A): Depois que terminamos a faculdade não conversamos mais, né?

Vamos marcar um encontro para colocarmos o assunto em dia?

Amiga (B): Nossa, amiga! Claro que aceito, aceito sim... vai ser muito bom conversarmos, viu!

Amiga (A): Combinado! Então, assim que puder, ligo para você!

Na conversa entre as duas pessoas, do ponto de vista sintático, podemos observar que o discurso foi produzido pelas amigas com o objetivo de se comunicarem durante o reencontro. Para isso, utilizaram um código linguístico para construírem as sentenças e para que a comunicação acontecesse. Porém, do ponto de vista da análise pragmática, é possível fazer algumas inferências para compreender o objetivo da interação entre as duas amigas e porque ele foi interrompido naquele ambiente.

Em um primeiro momento, ao analisar o contexto sociocultural em que as amigas (A e B) se encontraram, percebemos que um supermercado não é um lugar ideal nem confortável para uma conversa particular. Por isso, talvez, elas tenham decidido não seguir com o diálogo naquele lugar. Em segundo lugar, pelo fato da amiga (A), fazer um convite logo após

cumprimentar sua colega (B), podemos inferir que, talvez o supermercado estivesse próximo de encerrar o expediente, ou pelo fato de morarem distantes e estavam com pressa para ir embora, dentre outras situações.

Assim dizendo, há muitas inferências que podemos analisar nessa conversação. Também existe a forma enfática de como o convite foi recebido pela amiga (B), ela expressando que gostaria muito que o encontro acontecesse. Também é possível perceber marcas de oralidade, que por se tratar de traços da nossa fala cotidiana não houve uma preocupação com a linguagem formal.

Dessa forma, como enfatiza Pinto (2004), explicar a linguagem em uso consiste em não descartar nenhum elemento que não seja convencional, pois estamos lidando com a linguagem em situações diversas de comunicação, que vão além das estruturas da própria língua, e com objetivos em comum, como foi a situação da conversa das duas amigas (A e B), que se reencontraram em um supermercado. A mensagem naquele momento foi produzida com um objetivo e de acordo com o contexto em que as interlocutoras estavam inseridas para a interpretação dos fatos discutidos. Por isso, enfatizamos a importância dos estudos da Pragmática Linguística, que busca explicar as muitas formas como as pessoas usam a linguagem em diferentes contextos de comunicação.

Os estudos pragmáticos abordam temas relevantes para a análise de práticas de linguagem, uma vez que, como explica Pinto (2004), por se tratar de uma área que teve grande influência da filosofia, os estudos filosóficos no final do século XIX eram conhecidos como um conjunto de critérios para estudar como a mente era capaz de construir representações. Esses estudos defendiam que toda representação deve ser considerada mais como linguística do que mental, logo, os estudos pragmáticos estão cunhados na filosofia da linguagem. Os objetivos filosóficos ao tentar discutir e descrever como é possível os indivíduos realizarem suas representações de mundo, decidiram estudar a prática dos usuários de uma língua em seu contexto de fala. Essa perspectiva acarretou uma inclinação para o âmbito da linguística, que se preocupa em estudar a linguagem e suas manifestações.

Dessa forma, a constituição dos estudos pragmáticos teve grande influência de diferentes grupos filosóficos, como, por exemplo, o pragmatismo americano do filósofo Charles S. Peirce. Peirce exerceu influência sobre vários filósofos e suas ideias foram divulgadas por meio da tríade pragmática. Essa tríade representa a relação entre signo, objeto e interpretante.

Peirce pensou nessa tríade porque sentiu a necessidade de teorizar a linguagem levando em consideração “o que sempre foi lembrado na Linguística, ou seja, o sinal, mas também aquilo a que este sinal remete e, principalmente, a quem ele significa” (Pinto, 2004, p. 51-52). A teoria do signo que ele desejava explicar é bem complexa, pois ele subdividiu os sinais ele subdividiu em dez classes para tentar explicar cada um dos itens formulados. Peirce tinha como objetivo expor todos os aspectos da relação símbolo, objeto e interpretante. William James e Charles W. Morris foram os que passaram adiante as interpretações da obra do autor (Pinto, 2004).

Nesse contexto, Pinto (2004) explica que Morris se depara com outras investigações sobre linguagem, como a proposta de Rudolf Carnap de dividir as investigações sobre linguagem em três campos: a Sintaxe, a Semântica e a Pragmática. Esses campos muitos se assemelham ao estudo de Peirce, pois “o signo propriamente, em Carnap destacado pela ideia de que uma área, a Sintaxe, poderia tratá-lo; o significado, ou a que remete o signo, tratado na Semântica; e a pessoa que interpreta o signo, tratado, de acordo com Carnap, pela Pragmática” (Pinto, 2004, p. 52). No entanto, Morris direciona a sua obra para outros caminhos, visto que seu pensamento está muito voltado para o empirismo lógico do círculo de Viena.

Além disso, Pinto (2004) explica que o filósofo William James responsável por inaugurar o Pragmatismo americano aproveitou dos estudos de Peirce, o estudo sobre os sinais e seus significados. As ideias de James só ganharam relevância no século XX, ele se preocupava em definir a filosofia, a linguagem e o conhecimento como uma prática social. James definiu a verdade como “o que é melhor para nós acreditarmos”. Essa fórmula é bastante polêmica, e valeu ao adjetivo “pragmático” a definição de “aquilo que tem aplicações práticas, voltado para a ação” (Pinto, 2004, p. 53).

A noção de verdade é essencial para a definição de significado. Sabe-se que textos filosóficos abordam essa questão da verdade como um conceito que estaria fora das pessoas, pois estaria em conformidade com o mundo (Pinto, 2004). Assim, o conceito de verdade é importante para a definição de significado, uma vez que ao tentarmos compreender o mundo ao nosso redor, atribuímos significados às diferentes experiências e informações existentes nele.

James, sem deixar de considerar a pragmática e a filosofia, “valoriza a pessoa que fala como detentora do próprio significado, já que a verdade, palavra-chave na compreensão da relação entre mundo e linguagem, nada mais é que aquilo que todos e todas nós, inseridos/as numa comunidade, queremos que ela seja” (Pinto, 2004, p. 53). James enfatiza o significado

linguístico como o fato de que as pessoas que interagem em diferentes contextos sociais têm objetivos específicos em sua fala e constroem significados. Logo, o conceito de verdade é relativo, uma vez que pode evoluir ao longo do tempo, além de variar de acordo com o contexto e o ponto de vista dos falantes.

Assim, a verdade pode ser influenciada por muitos fatores presentes em uma sociedade, como crenças, valores culturais e sociais, experiências e perspectivas individuais. Isso faz com que o conceito de verdade possa ser compreendido como subjetivo e variável entre as pessoas.

Dessa forma, ao discutir algumas considerações acerca do Pragmatismo americano, confirmamos aquilo que é tão evidente em nossas conversações: toda interação social é uma prática linguística, e a Pragmática tem um papel fundamental para a interpretação da língua em uso em diferentes contextos sociais. Logo, “o Pragmatismo americano oferece, então, bases filosóficas para uma análise linguística, que relacione a todo momento signo e falante antes de qualquer coisa” (Pinto, 2004, p. 57). É isso que define o fenômeno linguístico realizado durante a comunicação.

Nesse contexto, entendemos que o texto escrito desempenha uma função importante em situações específicas de comunicação e que a pragmática pode oferecer uma interpretação do que foi produzido. Quando um aluno produz um texto dissertativo-argumentativo, por exemplo, ele tem o objetivo de convencer alguém por meio de seu ponto de vista construído pelos seus argumentos. Nessa proposta de comunicação, é evidente de que a interação ocorre em momentos diferentes da escrita, pois no ato da escrita o enunciador não terá um interlocutor para discutir com ele sobre questões que estão sendo desenvolvidas no texto, uma vez que a interação só ocorrerá em um momento posterior a sua escrita e isso ocorre quando alguém ler o texto para tentar entender e interpretar o que foi posto e defendido pelo enunciador na redação.

Dessa forma, um professor de Língua Portuguesa ou um corretor de redação ao fazer uma análise pragmática no texto escrito, realizará o trabalho de interpretação dos fatos estruturados pelo escrevente de forma linear. Essa análise busca compreender o significado das sentenças pelo vocabulário, a gramática e a pontuação utilizada para a construção de sentido no texto escrito. Para isso, a análise pragmática no texto pode ser feita à medida que o leitor realiza a leitura de sentenças e inicia-se a interpretação da escrita, analisando além da superfície textual, buscando entender a ideia defendida pelo enunciador e poder relacionar o tema discutido com

os argumentos defendidos no texto. Assim, pela análise pragmática será possível interpretar as inferências impostas pelo enunciador para compreender o ponto de vista construído por ele.

Outrossim, um tema relevante para os estudos pragmáticos é o caso dos estudos que investigam os funcionamentos e efeitos dos atos de fala. Como explica Pinto (2004, p. 50), os “Atos de fala é um conceito proposto pelo filósofo inglês J. L. Austin, para debater a realidade de ação da fala, ou seja, a relação entre o que se diz e o que se faz”. Para o filósofo, a linguagem é uma atividade construída pelos interlocutores durante uma interação, logo, não pode ser considerada apenas como uma descrição de mundo, mas como uma ação, um ato de linguagem que cada locutor realiza ao colocar a língua em ação. Isso é possível durante um discurso oral ou escrito, pois, em ambos os momentos, é a linguagem em ação que precisamos considerar para interpretação e compreensão da mensagem proposta por seu locutor a um interlocutor.

Assim, para explicar a teoria dos atos de fala, Austin (*apud* Pinto, 2004, p. 58) primeiro distingue os enunciados em dois tipos, os enunciados performativos que realizam ações pelo fato de serem ditos e os enunciados constativos, que realizam uma afirmação, ou seja, falam de algo, como os exemplos apresentados a seguir por Pinto (2004, p. 58):

- (2) Eu te batizo em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo.
- (3) A mosca caiu na sopa.

Quando analisamos o enunciado (2), percebemos um exemplo de performativo, pois em “Eu te batizo”! é um ato que corresponde a execução de uma ação realizada geralmente por um padre ao batizar alguém. Os atos performativos são ações proferidas que não descrevem nada, são uma ação praticada enquanto é enunciada, e o tipo de ação irá depender do enunciado expresso. Podemos pensar em outros exemplos de enunciados como em “*Eu ordeno que você se retire*” ou “*Eu te perdoo por tudo*”. Essas afirmações como atos performativos são atos de fala que está praticando uma ação ao ser enunciada.

Existem dois tipos de enunciados performativos: os que são mencionados com o verbo na primeira pessoa do singular do presente do indicativo da voz ativa (os explícitos) e os que não são enunciados com o verbo na primeira pessoa do singular do presente do indicativo da voz ativa (os implícitos), como por exemplo o enunciado “*Proibido beber*”. Também é importante destacar que o enunciado precisa corresponder à atitude do falante, ou seja, não basta parabenizar alguém por uma conquista sem estar demonstrando esse sentimento no seu

comportamento, pois uma expressão contrária à fala demonstraria que a sua intenção não foi verdadeira.

No exemplo (3), temos um exemplo de ato constativo. Nessa situação, a afirmação independe de minha enunciação, uma vez que um enunciado constativo é usado para descrever um estado de coisas, analisando se é verdadeiro ou falso. Foi devido a esse contraste entre os dois tipos de enunciados que Pinto (2004), explica como Austin decidiu separar os tipos de atos de fala em atos locucionário, aquele que diz alguma coisa pela sequência lógica de fala; ato ilocucionário, aquele que reflete a intenção do falante no que ele diz e; ato perlocucionário como o efeito que o falante produz sobre o seu interlocutor. Esses níveis, explica Pinto (2004), ocorrem de forma simultânea no enunciado. Vejamos um exemplo:

(4) Eu vou estudar hoje na biblioteca.

Analisando este exemplo, de acordo com os tipos de atos de fala em (4), o ato locucionário é o ato linguístico do dizer, ou seja, o conjunto de sons proferidos pelo falante para construir um significado sobre “eu” que falo. O ato ilocucionário corresponde ao que se realiza na linguagem. Podemos afirmar que “é a força que o enunciado produz, que pode ser de pergunta, de afirmação, de promessa etc.” (Pinto 2004, p.58). No caso de (4), trata-se de uma afirmação de alguém que escolheu um determinado ambiente para estudar. O ato perlocucionário é o efeito do ato sobre o interlocutor, ou seja, a condição de persuasão para com o outro e como esse interlocutor recebe a informação. Assim, dependendo do contexto de fala, o interlocutor pode ficar feliz por talvez se tratar de um convite ou pode ficar chateado porque interpretou que a sua companhia não era agradável e estava atrapalhando os estudos de seu locutor.

Os estudos do filósofo Austin sobre os atos de fala, conforme explica Pinto (2004), podem apresentar um efeito ambíguo, que pode expressar tanto uma promessa quanto uma ameaça. Dessa forma, como os atos de fala ocorrem simultaneamente, é preciso analisar o contexto de fala e as pessoas que falam em uma dada situação, se baseando nos indícios explícitos no momento de fala. Para isso, apenas uma análise linguística seria difícil interpretar uma mensagem com êxito, captando aquilo que realmente o locutor deseja expressar ao seu interlocutor.

Quando pensamos na teoria dos atos de fala no contexto da escrita, podemos refletir sobre a importância de produzir discursos seguindo sempre uma lógica argumentativa. A forma, por exemplo, como um estudante vai desenvolver um texto vai influenciar na análise e na interpretação do leitor/interlocutor, levando-o a assumir uma determinada conclusão do que foi exposto no texto. Assim, o estudante precisa analisar os seus argumentos antes de estruturar e produzir o seu texto. Logo, refletir sobre o poder de um ato discursivo na escrita é o fator fundamental para o objetivo que está sendo desenvolvido. Pensemos, então, em um tema já trabalhado como proposta de redação do ENEM, “A Intolerância Religiosa”. É um tema onde podem ser discutidas muitas questões relacionadas ao preconceito, às infrações, o que a Constituição Federal garante sobre essa questão, etc. No entanto, o enunciador precisa delimitar o seu discurso de forma que o seu texto tenha coerência e convença o seu leitor sobre os seus argumentos.

Dessa modo, podemos pensar nos estudos de Austin (*apud* Pinto, 2004) como sendo de grande importância para analisar o discurso escrito. Por isso, sabendo que toda comunicação é uma via de mão dupla, onde um processo interativo só ocorre porque existe aquele que fala/escreve para alguém que ouve/lê, entendemos que os atos de discurso podem ser interpretados na escrita e ocorrem simultaneamente. Para isso, é levado em consideração quem escreve e como os argumentos são desenvolvidos para produzir significado e ser compreendido pelo leitor, onde este irá analisar o conteúdo da produção textual. Assim, ao iniciar a escrita, o estudante está praticando o ato locucionário, ou seja, neste momento ele organiza a sequência lógica de argumentos que constituirá todos os parágrafos do texto, durante a escrita realiza-se o ato ilocucionário, ou seja, a intenção comunicativa que está sendo desenvolvida, por isso, ele organiza cada circunstância que deseja evidenciar ao seu leitor. Já no ato perlocucionário, o foco está no interlocutor, uma vez que existe uma preocupação em persuadir e convencer o outro por meio de argumentos expostos para transmitir sentido.

Os estudos do filósofo inglês Austin, sobre os tipos de enunciado, foram questionados e elogiados por muitos filósofos sobre a distinção performativo-constativo. No entanto, hoje encontramos muitos trabalhos tanto na área da Linguística como na área da Pragmática, que levam em conta os atos de fala em suas análises. Logo, a Teoria dos Atos de Fala tem sido de grande importância para explicar os efeitos da linguagem em uso, uma vez que a interpretação deve ser analisada, levando em consideração não apenas a análise linguística, mas a situação comunicativa em que os falantes estão envolvidos.

Assim, outro grupo de pesquisa também importante para as pesquisas pragmáticas é o grupo de estudo da comunicação. Nesse grupo, segundo Pinto (2004), tinham estudiosos que possuíam como orientação de análise a linha de estudos Marxistas, onde o interesse era investigar os problemas de comunicação, levando em consideração a diferença de classes. Esse questionamento levava os autores da época a se perguntarem qual a relação entre a diferença de classe e a comunicação entre as pessoas. Nessa época também contribuíram com as pesquisas, os estudiosos e estudiosas contrários ao viés Marxista, que se preocupavam também em investigar os problemas relacionados à comunicação.

Para estes estudiosos, a investigação se deu para avaliar “como estava sendo tratado o problema da comunicação no âmbito da Filosofia, da Linguística, da Etnologia e das Ciências Sociais em geral. A reavaliação do conceito de cooperação é um exemplo de resultado dessa linha de inquirição” (Pinto, 2004, p. 62). O conceito de cooperação foi criado pelo filósofo da linguagem Grice (1982), quando, em 1960, ele produziu um quadro de implicaturas conversacionais. Para Grice era preciso que os falantes cooperassem durante a interação e, para isso, deveria existir um conjunto de regras em todo ato de linguagem para que a comunicação, de fato, fosse bem-sucedida.

Os princípios cooperativos são diretrizes gerais para quatro máximas básicas da conversação, como as máximas de Quantidade, Qualidade, Relação e Modo. Grice (1982) explica cada uma:

Quantidade: 1. Faça com que sua contribuição seja tão informativa quanto requerido (para o propósito corrente da conversação); 2. Não faça sua contribuição mais informativa do que é requerido.

Qualidade: 1. Não diga o que você acredita ser falso; 2. Não diga senão aquilo para que você possa fornecer evidência adequada.

Relação: regido por uma única máxima "Seja Relevante".

Modo: regido pela supermáxima "Seja Claro" e máximas como: 1. Evite obscuridade de expressão; 2. Evite ambiguidades; 3. Seja breve (evite prolixidade desnecessária); 4. Seja ordenado (Grice (1982, p. 87-88).

Com isso, Grice (1982) explica que as implicaturas dependem das máximas conversacionais porque ambas se correlacionam aos propósitos comunicativos que a fala

realiza. Haja vista que o locutor pode deixar de cumprir uma máxima a partir de diferentes ações, como por exemplo, a) ele causar mal-entendidos na comunicação por fornecer informações irrelevantes; b) não contribuir com as informações discutidas, indicando que não vai cooperar por meio das máximas; c) violar a máxima de quantidade e cumprir a de qualidade, desviando-se do tópico principal e falando coisas não relacionadas, distraindo os ouvintes; d) deixar de cumprir uma máxima e, gerar dessa forma, uma implicatura conversacional.

Dessa forma, como explica Oliveira (2018, p. 6), “podemos considerar que, ao violar uma máxima propositalmente, o falante possui a intenção de extrapolar os limites do literal, gerar a implicatura, e, conseqüentemente, espera com que o seu ouvinte realize o processo inferencial”. Os estudos de Grice (1982), evidenciam como uma comunicação deve ocorrer para que os falantes possam se comunicar de forma que não haja mal-entendidos. É preciso que ambas as partes cooperem com as informações que estão sendo formuladas e produzidas durante a conversação. Uma conversa em que o falante extrapole o máximo de informações exigidas ou fale aquilo que não tem certeza de que seja verdade, não será respeitado durante o processo de interação, logo, haverá uma interrupção de sua fala pelo seu interlocutor, porque logo irá perceber que a mensagem não tem credibilidade.

Nesse contexto, os estudos do filósofo Grice (1982), podem ser utilizados tanto para o viés da conversação quanto para o discurso escrito, como uma tentativa de discutir possíveis violações dos estudantes no âmbito de textos escritos provocando, com isso, mal entendimentos e gerando implicaturas do enunciador/escritor para o leitor/interlocutor. Com isso, o professor pode utilizar dessas implicaturas conversacionais durante a correção de redações escolares para formular orientações para os textos escritos dos alunos e, dessa forma, direcioná-los a uma escrita objetiva e coerente. Uma vez que, o que se espera, segundo os estudos de Grice (1982), é que, em uma atividade comunicativa haja a cooperação mediante o discurso pretendido para que, de fato, a comunicação seja efetiva.

Portanto, a Pragmática Linguística, como um campo de estudo que busca analisar as práticas de linguagem oral ou escrita em um contexto específico de uso, foca na relação entre texto e contexto. Um texto só é interpretado e compreendido quando analisado em um contexto de uso específico, isso demanda ao interlocutor levar em consideração não apenas o que está posto no texto, uma vez que é preciso ir além da análise formal da língua e levar em consideração a intenção do falante, a que público o texto está direcionado, assim como avaliar as condições de produção que esse texto foi produzido. Na próxima seção, abordaremos a

perspectiva enunciativa relacionada ao texto como uma prática ativa que o sujeito tem com a língua. Essa perspectiva enunciativa também está relacionada com a Pragmática, uma vez que ambas consideram o fato de que o texto não é apenas uma construção de estruturas linguísticas, mas um processo dinâmico de produção de significados realizados pelos interlocutores em uma dada situação comunicativa.

2.4. A PERSPECTIVA ENUNCIATIVA SOBRE O TEXTO

O texto sob a ótica dos estudos da enunciação, vai ao encontro do que prescrevem os documentos oficiais de ensino no que se refere ao estudo do texto como unidade de ensino nas práticas de leitura, escuta, produção textual e análise linguística. A perspectiva enunciativa sobre o texto, hoje, pode ser discutida como um dos campos de investigação dos estudos da Linguística Textual (da enunciação), que tem abordado temáticas de ordem interacional, onde compreende que um texto só existe quando há uma situação de interação entre os interlocutores situados historicamente. A perspectiva que adotamos para discutir o texto por uma abordagem enunciativa da linguagem encontra respaldo nos estudos de Émile Benveniste (1991;1989/1989), que se interessa pelo estudo da linguagem e das línguas simultaneamente, ou seja, é por meio das línguas que ele chega à linguagem.

Partimos do pressuposto de que o texto, considerado discurso, consiste na atualização da língua enquanto sistema simbólico de significação. Toda vez que um locutor se apropria da língua para enunciar, ele se constitui como sujeito da enunciação e exerce a sua subjetividade. A subjetividade é inerente ao próprio exercício da linguagem e a linguagem é marcada como possibilidade da subjetividade, uma vez que contém as formas linguísticas apropriadas à sua expressão (Benveniste, 1991). A cada ato enunciativo, o sujeito constrói diferentes enunciados/textos e registra o modo como se instaura nos valores sociais e culturais da sociedade em que vive. É com esses princípios, explica Silva (2018), que o estudo enunciativo de um texto é proposto.

Logo, toda enunciação é o resultado de uma construção linguística planejada, realizada por sujeitos inseridos em uma determinada sociedade e cultura, que tomam a língua como um sistema de comunicação para se comunicarem e construírem significados a cada ato de utilização da língua. A comunicação ocorre por meio da linguagem, pois, para Benveniste (2020), o homem é inseparável da linguagem, ela está em sua natureza que não a fabricou, a

própria definição de homem está na linguagem que é realizada sempre em um processo de interação de um locutor com um interlocutor.

Dessa forma, “refletir sobre texto nessa perspectiva é situar-se nessa dimensão de historicidade para tratar cada experiência de atualização da língua em discurso como um registro humano na linguagem, já que pensar a língua fora de seu uso é excluir o humano e o histórico”, conforme Silva (2018, p. 2-3). É com essa convicção de que o homem, estando imerso na linguagem, utiliza uma língua, enquanto sistema, para significar, que refletimos sobre a subjetividade do sujeito. Nas palavras de Benveniste (1991, p. 285), “o fundamento da subjetividade está no exercício da língua”. Isso ocorre, pois, em toda prática discursiva, os sujeitos se apropriam do sistema linguístico e imprimem na linguagem sua singularidade discursiva.

Ademais, a subjetividade está relacionada à categoria de pessoa, que pressupõe um diálogo entre duas pessoas, aquele que fala, “eu”, que pressupõe um outro, “tu”. A linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como sujeito, remetendo-se a ele mesmo no seu discurso e pressupõe um outro (Benveniste, 1991). Para a categoria de pessoa, são elencados os pronomes pessoais, que são assumidos pelo locutor e o interlocutor durante a enunciação. Esses termos, segundo o linguista, assumem a posição de formas linguísticas quando são tomados como objeto de discurso. Há uma orientação sobre essas categorias:

A linguagem de algum modo propõe formas vazias das quais cada locutor em exercício de discurso se apropria e as quais refere-se à sua “pessoa”, definindo-se ao mesmo tempo a si mesmo como *eu* e a um parceiro como um *tu*. A instância de discurso é assim constitutiva de todas as coordenadas que definem o sujeito e das quais apenas designam sumariamente as mais aparentes (Benveniste, 1991, p. 286).

Os estudos dos pronomes são tomados como uma categoria vazia de referência e, por isso, estão sempre submetidos a uma instância de discurso para o preenchimento da referencialidade, passando pelos planos semiótico e semântico até a perspectiva assumida no texto, onde a língua passa a ser vista como integrada pela subjetividade do sujeito. Dessa forma, o sujeito faz uso de componentes linguísticos, se apropriando da língua, uma vez que a enunciação é um ato de conversão da língua como discurso.

Dessa forma, para discutir o texto como uma experiência de atualização da língua em discurso, como um registro humano na linguagem na perspectiva enunciativa segundo Benveniste (1991; 1989), destacamos alguns pressupostos que corroboram com esse exercício da língua, uma vez que, como aponta o linguista, a língua tem a sua representação também pela escrita quando permite ao falante a objetivação da sua linguagem interior na

construção de sentidos. À luz disso, apresentamos alguns pressupostos discutidos pelo linguista para uma possibilidade de análise enunciativa-textual:

a) A presença do locutor na língua

Em *Da subjetividade na linguagem*, Benveniste (1991), reflete sobre a natureza da linguagem como um instrumento de comunicação fabricado pelo homem, ora, essa comparação não pode ser aceita, uma vez que a linguagem não foi objeto de construção, ela está na natureza do homem que não a fabricou, é por meio dela que existe a possibilidade de interação em sociedade e ela só é possível porque cada locutor se apresenta como sujeito disponível para assumir a sua posição no discurso.

Dessa forma, partimos da concepção de que, para significar, o indivíduo se utiliza da linguagem através da apropriação de uma língua, onde ela passa de locutor a sujeito do seu discurso e promove sempre discursos atualizados na e pela linguagem. Nesse processo de apropriação, ocorre uma circunstância adotada entre os falantes/escrevintes para que a comunicação seja, de fato, construída. Como já mencionado anteriormente, são as formas linguísticas *eu* e *tu* que instituem a categoria de pessoa e pressupõem um diálogo entre aquele que fala e o outro que escuta. Sob esse viés ainda podemos destacar que,

Uma dialética singular é a mola desta subjetividade. A língua provê os falantes de um mesmo sistema de referências pessoais de que cada um se apropria pelo ato de linguagem e que, em cada instância de seu emprego, assim que é assumido por seu enunciador, se torna único e sem igual, não podendo realizar-se duas vezes da mesma maneira (Benveniste, 1989/1989, p. 70).

Diante disso, entendemos a subjetividade presente em cada instância de discurso como inerente à natureza da língua de significar, seja por meio de textos escritos ou falados. É por meio da subjetividade que o homem aciona o sistema da língua, transcende as suas experiências vividas e assegura a permanência de sua consciência, submetendo assim a condição da intersubjetividade a cada atualização discursiva, ou seja, à troca de experiências entre os sujeitos, tornando possível a comunicação linguística (Benveniste, 1991).

b) As relações de trocas discursivas entre o locutor e um parceiro

Cada vez que a língua é acionada, o discurso é situado em um tempo, espaço e pelas pessoas a partir de um ato singular, onde ocorrem as trocas discursivas entre um *eu* e um *tu*. O texto pode ser analisado pensando nessa singularidade realizada que cada um evoca,

considerando sempre que ao enunciar eu implanto o outro dentro de mim, “Eu não emprego *eu* a não ser dirigindo-me a alguém, que será na minha locução um *tu*”. Essa condição de diálogo é que é constitutiva da *pessoa*, pois implica em reciprocidade (Benveniste, 1991, p. 283). Por isso, compreendemos a língua como uma prática de comunicação intersubjetiva, capaz de permitir ao sujeito de significar, não apenas como falante, mas também como escrevente em textos diversos.

Nesta ótica, Benveniste (1991) discute a instituição da subjetividade que ocorre no processo de apropriação da língua quando o sujeito implanta o outro diante de si. Essa relação de intersubjetividade encontramos nos textos do linguista em “Da subjetividade na linguagem”, “A linguagem e a experiência humana”, “A natureza dos pronomes” e “Estrutura da língua e estrutura da sociedade”. Esses textos evidenciam que, em todas as línguas, os falantes fazem uso da categoria de pessoa, tempo e espaço como uma experiência subjetiva do sujeito quando se apropria da linguagem para enunciar sua posição de sujeito.

O linguista explica a condição primeira de experiência subjetiva que o falante utiliza para a comunicação: a língua, que, em virtude de sua estrutura, permite uma produção diversa de enunciados em variedades ilimitadas provenientes do sentido. Benveniste ainda explica que há três propriedades inerentes à língua: primeiro, ela é formada de unidades significantes; segundo, possui a capacidade de arranjar esses signos linguísticos de maneira significativa; e, por fim, a partir desses dois elos, ele destaca a terceira propriedade como condição sintagmática, ou seja, a capacidade de seleção e organização de termos linguísticos seguindo regras específicas (Benveniste, 1989). Essas propriedades são, de fato, a explicação para compreendermos que nada pode ser compreendido sem a natureza da língua. O linguista ainda enfatiza que

Com efeito, a língua fornece ao falante a estrutura formal de base, que permite o exercício da fala. Ela fornece o instrumento linguístico que assegura o duplo funcionamento subjetivo e referencial do discurso: é a distinção indispensável, sempre presente em não importa qual língua, em não importa qual sociedade ou época, entre o eu e o não-eu, operada por índices especiais que são constantes na língua e que só servem a este uso, as formas chamadas em gramáticas de pronomes, que realizam uma dupla oposição, a oposição do “eu” ao “tu” e a oposição do sistema “eu/tu” a “ele” (Benveniste, 1989, p. 100-101).

Ademais, o linguista explica o fato de a língua apresentar uma dupla configuração de funcionamento: subjetivo e referencial no discurso. A primeira oposição em relação às formas linguísticas *eu* e *tu* faz referência ao discurso que ocorre entre pessoas (alocução), já a segunda oposição *eu*, *tu* a *ele*, remete à condição de referência pela possibilidade de o sujeito enunciar sobre algo ou alguém. Essa dupla aptidão da língua nos faz concordar com Benveniste (1989),

de que a língua, com efeito, é considerada uma prática discursiva capaz de revelar o uso particular que os falantes como os grupos sociais fazem da língua e as diferentes manifestações que resultam no interior da língua comum.

c) A referência como um efeito da enunciação

Na enunciação, consideramos o ato para, posteriormente, analisar a situação em que ocorre esse ato e, assim, descrever os recursos linguísticos utilizados pelos falantes. O ato, segundo Benveniste, é quando o locutor se apropria da língua para enunciar e atinge um ouvinte que lhe dará um retorno pela enunciação. O linguista discute que o locutor se apropria da língua para enunciar e referir pelo discurso e “para possibilitar ao outro da sua alocução correferir. Nesse caso, a referência é produto e efeito da enunciação de *eu* para um *tu* sobre um *ele*” (Silva, 2018). Para Benveniste, essas condições irão construir a referência no processo de enunciação, uma vez que,

O ato individual de apropriação da língua introduz aquele que fala em sua fala. Este é um dado constitutivo da enunciação. A presença do locutor em sua enunciação faz com que cada instância de discurso constitua um centro de referência interna. Esta situação vai se manifestar por um jogo de formas específicas cuja função é de colocar o locutor em relação constante e necessária com sua enunciação (Benveniste, 1989, p.84).

Por isso, concordamos com Silva quando ela enfatiza que “a análise de textos pelo viés enunciativo benvenistiano consiste em buscar os “vestígios” nos modos como cada locutor integra forma e sentido para colocar a língua em emprego em discursos presentes nas distintas práticas sociais” (Silva, 2018, p. 428-429). Dessa forma, compreendemos que o locutor e o interlocutor, quando se apropriam da língua, constroem a referência no texto escrito, uma vez que ela é a parte integrante da enunciação, permitindo aos interlocutores significarem em seu discurso.

d) A semantização – conversão da língua em discurso

Esta perspectiva enunciativa pressupõe a conversão da língua, como sistema virtual, em discurso, que deve ser tomado dentro de um quadro figurativo em que o locutor (*eu*) fala com um outro (*tu*) a respeito de uma não-pessoa (*ele*). Dessa forma, Benveniste (1989), explica que, do semiótico ao semântico, há uma mudança radical de perspectiva (...). A semiótica se caracteriza como uma propriedade da língua; a semântica resulta de uma atividade do locutor

que coloca a língua em ação. A semantização envolve esses dois modos de ser da língua, pois resume todo o trabalho realizado com a língua no discurso.

A enunciação, segundo Benveniste (1989), ocorre pelo quadro formal de realização da língua, quando o locutor se apropria de um aparelho de funções para enunciar. Nessa abordagem, a “relação do locutor com a língua determina os caracteres linguísticos da enunciação” (Benveniste, 1989, p. 82). Para que o locutor se aproprie da língua para marcar sua posição de sujeito, torna-se necessário utilizar de termos linguísticos necessários à enunciação. Para isso, tanto os verbos quanto os pronomes (pelos termos *eu-tu*), são características linguísticas que atualizam a categoria de pessoa, já que toda língua reserva um lugar para as categorias de pessoa, tempo e espaço como condição do sujeito utilizar da linguagem para significar.

Além dos índices específicos de pessoa, tempo e espaço, há, segundo Benveniste (1989), os procedimentos acessórios relevantes para a realização da enunciação. Os procedimentos acessórios remetem a toda singularidade linguística que o indivíduo evoca para construir o seu discurso junto ao seu alocutário. Assim, a esta singularidade está presente as funções sintáticas que a língua oferece ao indivíduo quando se apropria da língua. Alguns exemplos desses procedimentos, são discutidos por Benveniste (1989), como a interrogação que suscita uma resposta; a intimação que implica uma ordem, um chamamento; a asserção que visa comunicar uma certeza, assim como, algumas modalidades formais como os modos verbais e a fraseologia, dentre outros. Essas condições linguísticas disponibilizadas no sistema da língua corroboram com a intenção comunicativa que é construída por cada locutor na sua enunciação.

Portanto, podemos inferir que a enunciação é o resultado da semantização da língua, ou seja, quando o locutor converte a língua em discurso, apropriando-se de um aparelho de formas linguísticas disponível à língua a cada ato de discurso. Pensar em discurso nesse contexto leva-nos a refletir sobre a enunciação escrita, que embora apresente características específicas para a sua realização, é um sistema semiológico da língua que permite, por exemplo, aos estudantes significarem, por meio da escrita, diferentes gêneros e tipos textuais. Com isso, no ato da escrita do educando, ele levará em consideração duas condições específicas, primeiro que, na comunicação oral, a presença do locutor e do alocutário que agem numa dinâmica entre falante e ouvinte, ocorre em um tempo presente. Já para a enunciação escrita, o locutor e o alocutário tornam-se o enunciador e o leitor e compartilham de um tempo posterior ao ato do estudante.

São duas condições de realização do discurso praticadas pelos educandos, onde a língua realiza seu papel de significação.

No contexto da enunciação, a enunciação escrita é considerada por Benveniste (1989), como uma forma complexa de discurso, pois, para ele, o sistema da escrita funciona de forma diferente do sistema da língua. Para essa argumentação Benveniste discute um texto em que Saussure (2006) afirma que a língua e a escrita são dois sistemas diferentes de signos, mas que, no entanto, um precisa do outro para existir, pois, para Saussure, a escrita existe porque a língua representa. A partir dessa concepção, Benveniste (2014, p. 179) entende que “a escrita ‘representa’ uma forma secundária da fala, que é primeira. É a fala transferida. Ela permite que a língua semiotize a si mesma”. Dessa forma, a escrita passa a ser o resultado de uma ação da língua que agora é representada por meio de signos escritos e lidos.

Essa complexidade pode ser refletida quando o estudante, por exemplo, se dispõe a escrever um texto escrito, como a redação escolar, nesse momento, ele fará uso da língua para representar seu pensamento por meio da escrita. Assim, ao invés de utilizar palavras agrupadas oralmente, a preocupação será em agir por meio de signos traçados a mão para construir referência. A escrita permite ao educando um tempo maior para a organização de seu texto, isso facilitará a escolha de signos linguísticos adequados e escritos corretamente, prática que requer uma preocupação maior ao escrever, uma vez que existem signos da língua que falamos de uma forma, mas são escritos de outra. Benveniste (2014) traz uma discussão pertinente acerca dessa temática da língua e da escrita, onde ele tece algumas perspectivas. Uma delas é a conclusão de que, embora sejam sistemas distintos, tanto a língua quanto a escrita significam da mesma forma. Assim,

Com a escrita, o locutor deve se desprender da representação que tem instintivamente do falar enquanto atividade, enquanto exteriorização de seus pensamentos, enquanto comunicação viva. Deve tomar consciência da língua como realidade distinta do uso que dela faz: isso já é uma operação muito trabalhosa - como bem sabem, por experiência, aqueles que ensinam os rudimentos da escrita às crianças (Benveniste, 2014, p. 129).

Quando o aluno-escrevente se apropria da língua para escrever, ele se submete a uma série de mudanças necessárias à mudança de significação que a língua requer. Primeiro, vem a preocupação em construir o texto com os termos linguísticos adequados ao tipo textual, estruturar os parágrafos de forma coesa e coerente, de modo que seja compreensível para o seu interlocutor. Segundo, por se tratar de uma representação secundária à fala, ele precisa se

abstrair de algumas situações que são dispensáveis a escrita, como, por exemplo, o aspecto fônico relacionado a oralidade, que muitas vezes está submetido à linguagem coloquial, já que o tipo textual pressupõe a linguagem formal, posteriormente, o contexto da escrita que não é compartilhado com o interlocutor, necessitando do leitor uma leitura mais atenciosa para a interpretação das ideias do enunciador.

Assim como na fala, na escrita, o aluno-escrevente sempre irá considerar um interlocutor, que compartilha de um mesmo sistema linguístico que o seu, mesmo esse parceiro discursivo estando ausente no momento da escrita, o texto será desenvolvido considerando um “*tu*”, o leitor responsável por avaliar o ato discursivo. O tempo é outra característica específica da escrita, já que “o tempo de realização da escrita supõe o tempo da leitura” (Flores, 2013, p. 175). Nesse contexto, pensando na sala de aula, o interlocutor do estudante será o seu professor, que lhe dará um retorno após a leitura e correção da redação. Assim, o professor irá destacar os erros e orientar os ajustes indispensáveis para que o texto seja bem estruturado seguindo as correções necessárias.

Prática bem diferente é a do discurso oral, que ocorre no tempo presente, no aqui e agora da interação, permitindo aos interlocutores certas atualizações da língua durante as trocas discursivas, a realização de correções quando necessárias, conforme a reação do interlocutor etc. Desse modo, é importante destacar que, tanto na fala quanto na escrita, o aluno utiliza de signos linguísticos para construir discursos orais e escritos, com isso, ele constrói referência junto ao seu interlocutor a cada ato enunciativo.

Após essa rica discussão em relação às abordagens sobre o texto, discutiremos no próximo capítulo a reflexão enunciativa de Benveniste sobre a linguagem e seus desdobramentos para a abordagem do texto. Nessa perspectiva, Benveniste (1989,1991) apresenta a sua reflexão enunciativa sobre a análise do texto, destacando que a abordagem do texto como discurso deve partir do ato enunciativo, que cada locutor realiza quando se apropria do sistema da língua para construir significados. Para essa análise textual é preciso considerar aspectos subjetivos, contextuais e interacionais, promovendo aos interlocutores uma comunicação efetiva. Conforme o linguista, a linguística da enunciação deve sempre priorizar a relação entre linguagem, sujeito e situação enunciativa.

2.5. SÍNTESE DA DISCUSSÃO

A abordagem realizada até o momento da discussão tem o intuito de contextualizar a abordagem sobre o texto e mostrar a abertura que o texto dá a outras perspectivas. Em outros termos, o texto pode ser tomado como ponto de partida para observação de natureza mais ampla, e para isso, discutimos, por exemplo, o texto sob o ponto de vista da Linguística Textual e da Análise de Discurso. O texto foi tomado como objeto de investigação no campo da Linguística Textual, onde acompanhamos um longo percurso no decorrer de seu desenvolvimento que gira em torno de diferentes concepções de texto. De acordo com Koch (2023), desde o seu surgimento na segunda metade da década de 1960, a Linguística Textual mostrou grande desenvolvimento para nos ajudar a entender como se realiza a produção textual de sentido.

Nesta perspectiva, a Linguística Textual, em suas análises de estudo, compreende o texto inicialmente como uma concepção de base gramatical, voltado ao estudo interfrástico do sistema gramatical da língua. O texto, nessa ótica, era tido como um signo complexo, ou seja, de base semiótica, onde analisava-se apenas o texto como uma progressão de unidades linguísticas. Em seguida, vem a perspectiva semântica preocupada com a macroestrutura do texto a partir da relação da coerência sintático-semântica. Posteriormente, a virada pragmática visava o texto como uma atividade complexa de intenções comunicativas e sociais realizadas pelo falante, onde também se discutia sobre as teorias que abordam concepções de base discursiva e comunicativa. Na virada cognitivista, o texto era visto como o resultado de processos mentais, por meio de multiplicidade de operações cognitivas interligadas, até chegar à perspectiva sociocognitivo-interacionista, o texto agora era estudado como um lugar de interação entre os sujeitos, que dialogicamente por meio do texto constroem e por ele são construídos (Koch, 2023). Assim, ao privilegiar a concepção de texto interativa de base sociocognitiva, a Linguística Textual vem promovendo um diálogo com demais ciências, que buscam discutir sobre a complexidade de textos escritos e falados no processo de interação entre os sujeitos.

A Análise de Discurso, conforme explica Orlandi (2015), trabalha o sujeito, a história e a língua a partir de um diálogo com a linguística, a psicanálise e o marxismo. A integração da AD com esses três campos de saberes ocorre porque, essas formas de conhecimento oferecem ferramentas e perspectivas complementares para a compreensão da complexidade da comunicação e do poder subjacente à linguagem. Assim, ao considerar esses campos de conhecimento, o analista de discurso vai poder analisar em textos escritos ou falados não apenas o que é dito de forma superficial, mas considerar as dimensões psicológicas, sociais e

econômicas, que cercam o sujeito no desenvolvimento de seus discursos. Com isso, é possível depreender que, por meio da linguística, é possível analisar como os textos e a fala são construídos e interpretados, pois dependem da gramática, da semântica e da pragmática para a construção de sentidos. Pela psicanálise é possível analisar os aspectos subjetivos e inconscientes, pelo Marxismo, analisar as relações entre a linguagem e a ideologia, ou seja, como a linguagem é usada para desempenhar relações de poder e de dominação social.

A Análise de Discurso, por uma perspectiva textual, tem o intuito de compreender como as formações discursivas e ideológicas se materializam no texto. Os discursos na AD, seja falado ou escrito, são analisados porque possuem um objetivo comunicativo e, por isso, remetem sempre a aspectos históricos, culturais e ideológicos. O texto sob a Análise de Discurso vai mostrar que há uma abertura para a consideração de elementos ideológicos e das relações de poder que se constrói no desenvolvimento do texto. Dessa forma, como enfatiza Orlandi (2015), a noção de texto está presente em várias áreas de conhecimento. A linguagem é formada por um texto porque é através dele que a comunicação se torna completa em termos de clareza, permanência, adaptabilidade, alcance e capacidade de transmitir ideias complexas. O texto mesmo assumindo diversas formas e estilos fornece uma estrutura organizada, permite que os leitores aprendam e pensem sobre o que está sendo dito para que a comunicação seja, de fato, efetiva.

A Análise Crítica de Discurso, com base na abordagem de Fairclough (2001), analisa como a linguagem e o discurso constrói e reforçam ideologias, poder e hegemonia, conceitos influenciados por Antonio Gramsci. Fairclough aborda alguns procedimentos para análise de discurso a partir de uma organização tridimensional, o discurso como um texto (pela análise textual e linguística), uma prática (análise discursiva) e um exemplo de prática social (análise social) (Fairclough, 2001 *Apud* Pedrosa, 2005). Esse modelo permite identificar as escolhas linguísticas, questões ideológicas e de poder a partir de práticas sociais materializadas em textos.

Conforme explica o linguista, nenhum discurso pode ser considerado neutro, uma vez que é moldado por normas, valores, estruturas e relações de poder. Para Fairclough (2001), é preciso analisar a desnaturalização em construções discursivas, posto que, um discurso é carregado de escolhas ideológicas e, por isso, não deve ser agregado à linguagem e percebidos como “naturais”, anulando sua natureza construída. Dessa forma, a Análise Crítica de Discurso nos ajuda a compreender como os textos expressam ou desafiam estruturas sociais, ideológicas e relações de poder.

À vista disso, no contexto da redação do ENEM, a ACD pode ser usada como uma forma de analisar os argumentos dos participantes na construção de texto escrito, avaliando como esses argumentos refletem ideologias e relações de poder. Essa abordagem contribui para a organização das ideias dos candidatos em defesa de um ponto de vista acerca da temática proposta no exame, levando-os a refletir sobre os seus posicionamentos sociais e políticos no texto escrito.

Na Pragmática, por sua vez, entendemos esse campo de conhecimento como a área da Linguística que tem por interesse estudar os usos da língua, buscando compreender “como os processos subjacentes à utilização da linguagem verbal operam de modo a produzir sentidos que vão além daqueles reconhecíveis no nível de análise puramente sentencial” (Márcia Romero *et al*, 2019, p. 67). Assim, o texto, nessa perspectiva, é visto como uma forma de comunicação que vai além do sentido literal das palavras e das frases organizadas em uma determinada tipologia textual. Desse modo, a Pragmática, nesse contexto, tem como objetivo estudar como os textos são usados em contextos específicos e como o leitor/ouvinte vai interpretar o conteúdo com base nesses contextos para compreender os aspectos inferenciais da linguagem.

Em vista disso, a Pragmática observa o texto, levando em consideração alguns pressupostos que influenciam na produção e compreensão textual, como, por exemplo, o contexto cultural, que faz referência ao conhecimento compartilhado pelo enunciador do texto dando margem a diferentes interpretações do leitor; a intenção comunicativa e as implicações que os leitores inferem a partir do texto; as pressuposições quando o enunciador expressa uma informação na certeza de que o leitor/ouvinte tem conhecimento sobre o que está sendo discutido ou apresentado; a Pragmática também considera que um texto pode fazer referência a outro texto. Por isso, é preciso que os leitores recorram a conhecimentos prévios para a compreensão do conteúdo; o processo de inferência também é muito discutido, uma vez que permite aos leitores entenderem os significados implícitos e explícitos apresentados no texto. Por isso, compreendemos que aplicar a Pragmática na análise de texto, como o texto dissertativo-argumentativo, é uma forma de examinar como o locutor-escrevente utiliza da linguagem de maneira específica para atingir seus objetivos comunicativos.

Dessarte, a Pragmática é um campo que se estrutura em reflexões e o modelo griceano é um dos pilares fundamentais para discutir a produção de sentidos. O filósofo Hebert Paul Grice apresenta em seu texto *Logic and Conversation*, publicado em 1982, as implicaturas conversacionais, onde ele constrói um modelo teórico fundado em um princípio geral e um

conjunto de estratégias práticas para observar os atos de fala que são praticadas no discurso/texto e como se dá a organização e as violações das máximas conversacionais. Para isso, o filósofo pensa como ponto de partida, um Princípio de Cooperação, onde, durante uma conversa, Grice pensa ser imperativo que os sujeitos façam a contribuição para que a comunicação seja efetiva.

No entanto, ao perceber que comunicamos muito mais do que está literalmente explícito em um enunciado linguístico, Grice percebeu que a distância entre o que é dito e o que está implícito precisa ser melhor analisado e, por isso, ele propôs um conjunto de máximas conversacionais como regras interpretativas a serem seguidas para identificar aquilo que realmente as pessoas querem dizer quando falam ou escrevem (Márcia Romero *et al*, 2019). As regras que Grice pensou possibilitam que as pessoas possam interagir de forma prática e eficiente na comunicação. Assim, as máximas de qualidade (dá uma contribuição verdadeira), de relação (seja relevante), e de quantidade (oferecer a informação exigida), descrevem os modos como é possível cada falante/escrevente produzirem sentidos durante um momento de interação ou escrita de um texto, cabendo ao interlocutor/leitor analisar além do conteúdo literal que foi produzido.

Na perspectiva enunciativa, o texto não é posto como objeto de reflexão, mas o texto é tomado para analisar aspectos semióticos, de organização semiótica e, ao mesmo tempo, de organização semântica, ou seja, como ocorre a organização de sentido entre quem fala/escreve e o ouvinte/leitor. Dessa forma, tomar o texto sob uma concepção enunciativa é pensar como ocorre a relação entre o escrevente do texto e o interlocutor/leitor, buscando analisar de que maneira esse locutor-escrevente demonstra o seu engajamento subjetivo no desenvolvimento de textos escritos, de que maneira isso revela a organização semiológica do texto, de que maneira os sentidos são construídos e como a referência surge no texto. O engajamento subjetivo do sujeito ocorre por meio da linguagem e a linguagem só é possível, conforme Benveniste (2020), porque cada locutor se apresenta como sujeito no seu discurso ao se apropriar do sistema da língua e, nesse processo de apropriação, uma condição de diálogo é construída, uma vez que no discurso, assim como no texto escrito, toda situação comunicativa é realizada por um *eu* a um *tu* alocutário. Na escrita essa dinâmica ocorre, mas em tempos distintos.

Dessa forma, compreendemos que o desenvolvimento de textos escritos revela uma organização semiológica porque trata-se da maneira como os signos (palavras, frases e símbolos) são empregados para transmitir significados em um sistema de comunicação. A

semiologia estuda esses sistemas de signos e as regras que governam sua utilização. Por meio do sistema semiológico da escrita, o locutor-escrevente encontrará formas de organizar a sua enunciação, por isso, na escrita, o tempo de desenvolvimento é maior para desenvolver um texto mais elaborado, pois na escrita, o enunciador precisará realizar um processo de revisão e edição, planejamento, pesquisa, formatação etc. Assim, por meio do sistema semiológico da escrita, o sentido vai sendo construído no texto.

Para Benveniste (1991), o sentido está no âmbito do semiótico da língua, o campo das formas. Em *Os níveis da análise linguística*, o linguista apresenta duas definições de sentido levando em consideração a frase. A primeira, é a frase como integrante de um nível superior; a segunda, é o sentido expresso na frase como o resultado da linguagem em ação, em outros termos, a frase é o próprio discurso, pois nos comunicamos por meio dessas unidades linguísticas que expressam sentido em uma dada situação enunciativa. A frase, é, “porém, uma unidade completa, que traz ao mesmo tempo sentido e referência: sentido porque é enformada de significação, e referência porque se refere a uma determinada situação” (Benveniste, 2020, p. 144-145).

Em *A forma e o sentido na linguagem*, o sentido, conforme explica Benveniste (1989), está no âmbito do semiótico porque o signo linguístico comporta forma e sentido. É no uso da língua que um signo tem existência, logo, o termo que tem significado é aceito e o que não tem será rejeitado, pois não se configura como signo. Os signos organizados numa relação paradigmática permitem aos falantes ou escreventes selecionarem aqueles pertinentes à enunciação. No campo semântico a forma é o sintagma e o sentido, Benveniste denomina como a ideia que ela representa. Conforme Flores (2013, p. 141-142), esse “sentido se realiza, do ponto de vista da forma, pelo sintagma, pelo que se chama de agenciamento de palavras, pela organização sintática, pela ação que as palavras exercem uma sobre as outras”. Portanto, a enunciação está na frase e por meio de frases, discursos e textos podem ser desenvolvidos em dada instância de discurso.

3. SITUANDO A REFLEXÃO ENUNCIATIVA DE BENVENISTE SOBRE A LINGUAGEM E SEUS DESDOBRAMENTOS PARA ABORDAGEM DO TEXTO

Para a produção de textos dissertativo-argumentativos, o locutor-escrevente precisa partir da organização da língua como um sistema semiológico virtual, apropriar-se do sistema semiológico da escrita para semantizar suas ideias na materialização do texto escrito. Nesse sentido, é preciso discutir a organização do sistema semiológico da língua, os diferentes aspectos implicados nessa organização, entender a relação entre o sistema semiológico da língua e o sistema semiológico da escrita para podermos desenvolver uma reflexão sobre o processo de enunciação escrita que entra em jogo na produção de textos dissertativo-argumentativos.

A discussão sobre a língua como um sistema semiológico de signos se inicia nos estudos de Saussure (2006), sobretudo no que diz respeito à definição do objeto de estudo da Linguística: “A língua oferece um conjunto de convenções necessárias adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos” (Saussure, 2006, p. 17,). Para Saussure, a língua é um sistema significante justaposto a outros sistemas significantes que integram a linguagem e pode ser comparada, por exemplo, à escrita, ao alfabeto dos surdos-mudos, aos ritos simbólicos, às formas de polidez, aos sinais militares, dentre outros. A língua é apenas o principal desses sistemas. Saussure levanta essa afirmativa sobre a língua como um sistema semiológico ser o principal sistema significante dos outros sistemas, contudo não oferece ao leitor informações concretas a esse respeito. Mais tarde, essa afirmação foi melhor discutida por Benveniste (1989).

Desse modo, em Benveniste, a discussão sobre os sistemas semiológicos se inicia pelo estudo de sistemas de signos linguísticos semelhantes ao sistema da língua estudado por Saussure (2006), como os ritos, o alfabeto dos surdos, as formas de polidez etc. Benveniste explica que todos os sistemas de signos mencionados por Saussure têm a língua como principal desses sistemas que também faz parte de um sistema semiológico porque os demais sistemas “supõem a língua, que os produz e os interpreta” (Flores, 2013, p.149). A língua, conforme o linguista, desempenha um papel central em relação aos outros sistemas semióticos. Essa compreensão de Benveniste parte das ideias de Saussure que propôs a língua como o objeto da linguística, que, por sua vez, se realiza na linguagem por ser um sistema semiótico, autônomo e capaz de se interrelacionar com outros sistemas.

A língua, para Saussure, é um sistema semiótico primário estruturado que serve de base para outros sistemas significantes. Dessa forma, as muitas formas de comunicação, por exemplo, o cinema, a música, os signos visuais (placas de trânsito e as cores do semáforo), dentre outros, são dependentes da língua para semiotizar e interpretar seus significados. Portanto, a língua desempenha um papel central na decodificação de sistemas, uma vez que é caracterizada como um sistema socialmente determinado porque sendo enraizada de convenções sociais e culturais, torna-se capaz de estudar fenômenos ideológicos e culturais.

Para Saussure (2006), a tarefa do linguista seria compreender o funcionamento do sistema signifiante da língua a partir de suas unidades. A Linguística, portanto, daria conta de uma parte dos fatos semiológicos da linguagem - a língua, e caberia à Semiologia estudar a vida do signo no seio social. Os estudos voltados ao signo linguístico possibilitaram a Saussure vincular a Linguística como ciência à Semiologia. A língua, portanto, enquanto produto social da linguagem pode ser identificada pelo ato individual realizado durante a interação entre os indivíduos, que compartilham de um mesmo sistema semiológico. Nesse sistema, convém destacar que cada signo é o resultado da união entre um significante e um significado, que ocorre no cérebro quando associamos uma imagem acústica ao sentido antes de ser produzido na fala.

Para o sistema da escrita, Saussure (2006) faz uma abordagem comparativa com a língua. Ele explica que a escrita é uma representação do signo vocal e possui a mesma capacidade de significação. Por se tratar de um sistema que pode representar os atos de fala, porém, é de forma sistemática que avaliamos a importância em desenvolver metodologias de ensino que ajudem os estudantes a ter domínio para desenvolver produções textuais escritas em diferentes práticas sociais. Para isso, temos como suporte, por exemplo, uma gramática que descreve a estruturação da língua para que o educando possa organizar o seu texto de forma clara e objetiva na promoção de sentido. Para os desacordos existentes entre a grafia e a pronúncia, temos, por exemplo, um dicionário onde é possível representar as imagens acústicas de um sistema linguístico.

No entanto, consideramos pertinente apresentar algumas especificidades acerca da perspectiva da explicação de Saussure sobre a escrita ser uma representação do signo vocal, uma vez que mesmo sendo dois modos de significação construídos pela língua, ambas apresentam especificidades e diferenças significativas. Como duas modalidades de enunciação o locutor-escrevente faz uso de recursos distintos para comunicar. No contexto da enunciação

falada, por exemplo, a comunicação entre os interlocutores ocorrem em um tempo real de interação, podendo estes ajustarem as suas falas quando preciso. Em relação ao tempo, podemos afirmar que a enunciação falada é efêmera, não ocorre o registro para uma possível consulta posteriormente.

Além disso, há uma série de características que são percebidas no momento da enunciação falada e que, dificilmente, poderiam ser representadas pela escrita, como os recursos paralinguísticos: entonação de voz, pausas e volume, gestos, expressões faciais, dentre outras características que são marcadas de significação no contexto de fala. Desse modo, percebemos que nessa modalidade de comunicação, a organização do discurso é mais flexível e permite aos interlocutores a todo instante se autocorrigirem, realizarem pausas e repetição de termos linguísticos para que a comunicação ocorra de forma efetiva.

Desse modo, percebemos que os recursos da enunciação falada são ilimitados quando comparados à representação pela escrita. Inferimos isso pela pronúncia de algumas palavras que não são representadas da forma como falamos, por exemplo, a palavra “muito”, pronunciamos “muinto”, mas escrevemos “muito”. Esse exemplo desconstrói a afirmativa posta por Saussure em entender que a escrita é uma representação do signo vocal, uma vez que nem sempre essa representação corresponde, de fato, à forma como pronunciamos determinado enunciado.

Outrossim, os estudos basilares de Saussure permitiram a Benveniste ir além dessa concepção de língua, tendo como base de estudo o signo linguístico. A crítica que Benveniste fez em relação a Saussure foi sobre tomar o signo como um princípio de funcionamento da significação, pois para Benveniste, considerar apenas a significação no ambiente do signo é insuficiente, é preciso ir para a margem do discurso que é a língua em ação.

Em Semiologia da língua, Benveniste (1989) discute algumas percepções de Saussure e Peirce sobre uma ciência de signos e percebe que a visão de Saussure é a que mais se aproxima da lógica dos estudos linguísticos, pois além dele definir um objeto de estudo da linguística, pensou em uma ciência que estudaria todos os sistemas de signos existentes na sociedade, a Semiologia.

Assim, em Semiologia da língua, Benveniste (2023) traz uma abordagem muito pertinente sobre a relação entre os sistemas semiológicos e analisa essa ligação por meio de

dois princípios que dizem respeito aos sistemas semióticos: o princípio da não-redundância e o princípio da não trans-sistematicidade. O primeiro princípio traz à tona que dois sistemas semiológicos distintos não podem significar da mesma forma, como a língua e a escrita. Cada sistema possui o seu específico de significação, logo, o sistema da língua funciona de um jeito e o sistema da escrita de outra forma particular. Dessa forma, o estudante durante a realização da escrita de textos escolares ou no meio social ao qual ele está inserido, irá se deparar com a tarefa de conversão de um sistema que ele já domina, o sistema da língua para o sistema da escrita.

Para essa substituição, o locutor-escrevente precisa fazer uma sistematização na organização de seus argumentos, uma vez que, no discurso oral, o estudante está acostumado a pensar, organizar seus argumentos, refletir sobre determinadas questões, defender o seu ponto de vista, corrigir-se quando necessário na interação com o outro. Ou seja, é uma prática mais habitual de ser conduzida, porque o aluno pode, durante a interação, retomar a sua fala a qualquer momento durante uma aula sobre uma temática que esteja sendo discutida, como também já iniciar uma outra discussão sem ter planejado. Então, o fato é que, na escrita final de uma redação, o aluno-escrevente não poderá mais fazer alterações em seu texto, e o que está posto será avaliado. Assim, na escrita de texto dissertativo-argumentativo é preciso fazer um planejamento, pois será por meio da escrita que o estudante irá converter seus posicionamentos linguísticos e irá significar de forma diferente.

No segundo princípio, o da não trans-sistematicidade, um signo vai significar de acordo com o sistema no qual ele está inserido; é preciso interpretá-lo num sistema já específico e reconhecido por uma comunidade. O valor de um signo é estabelecido por regras de convenções já instituídas dentro de um sistema, se eu usar em um outro sistema vai significar de forma diferente - a cor vermelha, empregada nas regras de trânsito, dentro daquele contexto vai significar “pare”, já a mesma cor vermelha, em um outro sistema semiológico, vai ter outro significado e simbolismo diferente, como, por exemplo, no Egito o vermelho é considerado como um amuleto de sorte.

Para Benveniste (1989), a escrita é tomada como um sistema semiológico que está relacionada a outros sistemas semiológicos e tem a língua como o principal desses sistemas de significação. Assim, a escrita pela capacidade que possui de representação da língua oral, é um sistema que passa pelo crivo do sistema semiológico da língua, uma vez que, se não houvesse o ato, a escrita não teria o que fixar em imagens acústicas. A língua para Benveniste é um

sistema semiológico oral, e na perspectiva da escrita como uma forma de enunciação, temos uma relação estreita entre a língua sistema de signo e a escrita, por meio do qual os locutores podem se enunciar e faz o outro enunciar na sua própria escrita. Essa perspectiva evidencia o fato do locutor escrevente se colocar no discurso e influenciar a produção de discurso de seu interlocutor.

Na perspectiva enunciativa, Benveniste (1989), com base no signo linguístico discutido em Saussure, abriu o caminho para uma descrição das unidades semióticas caracterizadas pelo duplo ponto de vista da forma e do sentido na língua. O signo na língua está ligado ao modo semiótico que contém forma e sentido. Há para a língua duas formas de ser na forma e no sentido: uma ligada ao plano semiótico (formal) e outra relacionada ao plano semântico (discursivo). No plano semiótico, ocorre a organização formal dos signos linguísticos, por meio da qual são estabelecidas relações opositivas e virtuais entre os signos. O nível semântico, por outro lado, refere-se à língua em situação de uso. Ademais, este olhar de Benveniste sobre o que rege o signo desde a sua composição (plano semiótico) ao uso efetivo da língua (plano semântico) é o que permite aos falantes significar a cada ato discursivo. Como bem enfatiza o linguista, a linguagem além de servir para comunicar, ela serve para viver, pois permite todas as realizações que estão ligadas ao exercício do discurso (Benveniste, 1989).

Assim, quando o estudante busca atribuir significado pela sua escrita, ele faz uso do plano semiótico e do semântico da língua. Por isso, precisa dominar essas duas configurações, que permitirá a organização coerente do texto escrito. Além disso, o funcionamento semântico da língua possui uma significação que não estava previsto no plano semiótico. Desse modo, quando o aluno vai escrever um texto, se depara com a necessidade de construir significação, não apenas por meio de elementos semióticos, mas também do semântico. O funcionamento semântico da língua comporta os diferentes aspectos discursivos que o estudante utiliza em seu texto. Podemos pensar, por exemplo, em um tema específico que poderia ser abordado pelo ENEM, como “A Questão do Aborto no Brasil”, amplamente discutido na sociedade. Mesmo assim, o candidato pode ter certa dificuldade para desenvolver um repertório que aborda as principais informações sobre o que diz a legislação, como o assunto é visto por alguns segmentos da sociedade, etc. Desse modo, será preciso que ele demonstre um repertório sociocultural que fundamente os seus posicionamentos na redação.

Sob a perspectiva do semiótico e do semântico discutido por Benveniste, estão integrados na língua a forma e o sentido, seja no discurso oral ou no texto escrito. Benveniste

parte da discussão em que, a forma (o significante) de um signo linguístico não existe dissociado do sentido (o significado) que ele transmite, uma vez que, em toda prática linguístico-discursiva, existe essa relação lógica dentro do sistema da língua. Assim, cada indivíduo ao se apropriar dessas unidades, terá a responsabilidade de organizar seu discurso/texto nas diferentes práticas sociais.

No contexto avaliativo da redação do ENEM, para o desenvolvimento de texto dissertativo-argumentativo, o candidato precisa dominar os recursos semióticos para estruturar o seu texto e, ao mesmo tempo, deve formular semanticamente/discursivamente um ponto de vista sobre o tema exposto e fundamentá-lo citando autores de diferentes áreas (da filosofia, da sociologia, da literatura, etc.), a legislação, fazer alusão a filmes, séries músicas ou casos concretos, que abordem a temática, tendo em vista a banca avaliadora. Dessa forma, demonstrará o domínio e a propriedade sobre os seus argumentos no sistema linguístico ao qual ele recorre para significar em sua escrita.

Ademais, pensar no texto escrito como uma condição enunciativa de representação da língua, é discutir sobre o princípio de toda manifestação individual que o sujeito atualiza a cada ato discursivo. Em *O aparelho formal da enunciação*, Benveniste (1989) faz uma discussão importante sobre as condições pelas quais cada indivíduo constrói o seu discurso, explicando que é por meio de um sistema de formas linguísticas que possibilitam a enunciação. Conforme o linguista, a cada ato de realização da língua, o locutor faz a escolha de determinadas formas linguísticas para construir o seu discurso. No entanto, é preciso separar o emprego das formas do emprego da língua, pois essas duas atividades que a língua realiza são etapas existentes a toda manifestação linguística. Para o emprego das formas, Benveniste (2023, p. 81) explica que “é um conjunto de regras fixando as condições sintáticas nas quais as formas normalmente aparecem uma vez que elas pertencem a um paradigma que arrola as escolhas possíveis”. Isso ocorre porque, primeiro, partimos das escolhas de signos no plano virtual, selecionando os termos adequados ao ato discursivo que o locutor está submetido para, posteriormente, organizar a construção sintática do enunciado. À medida que essa organização vai sendo realizada que a língua entra em ação pela enunciação.

Desse modo, é na relação do locutor com a língua que a enunciação é construída e, para isso, Benveniste (1989) destaca os instrumentos de realização da enunciação: o locutor ao se apropriar de um aparelho de formas linguísticas, enuncia sua condição de locutor por meio de duas configurações do sistema da língua: os índices específicos e os procedimentos acessórios.

O primeiro estaria relacionado às categorias de pessoa, tempo e espaço, presentes em todo sistema linguístico, e o segundo corresponde aos mecanismos de sintagmatização e agenciamento das formas que cada locutor utiliza para marcar seu posicionamento em relação ao outro nas práticas discursivas. Assim, quando o locutor se apropria do seu aparelho formal da língua, ele implanta o outro diante de seu discurso. Esse fenômeno linguístico ocorre pela categoria de pessoa (na relação eu-tu), pelo indivíduo que assume o papel de locutor e que se dirige ao seu alocutário, o tu. É nessa rede de relações que a enunciação é construída.

Destarte, Benveniste (2023, p. 84) ressalta que “toda enunciação é, explícita ou implicitamente, uma alocução, ela postula um alocutário”. Dessa forma, toda vez que o estudante vai enunciar pela escrita, ele assume a língua e implanta um tu, o interlocutor que irá dialogar com a sua escrita em um momento posterior, visto que o tempo de interação com a escrita é diferente do tempo em um discurso oral. Na escrita, o estudante estará produzindo o seu discurso na construção de um ponto de vista e, por meio da leitura, o seu interlocutor/leitor buscará compreender os argumentos defendidos por ele.

Benveniste (2023) explica que, em toda enunciação, o locutor constrói referência junto a um parceiro discursivo. Isto é, sempre que vou enunciar, faço referência a algo ou a alguém, buscando articular os meus argumentos de forma clara e objetiva para que o meu discurso tenha sentido e seja compreendido pelo outro. Com a enunciação escrita não é diferente, o locutor-escrevente irá significar por meio de seu texto escrito, primeiro se apropriando da língua para representá-la por meio de signos visuais e, a partir dessa apropriação, ele fará uso de um sistema de formas linguísticas, no qual serão construídas as grandes funções sintáticas que o aparelho virtual da língua dispõe, como as frases interrogativas e exclamativas, as asserções, dentre outros mecanismos. Essas são algumas modalidades da língua representadas também na escrita, conforme apontam os estudos de Benveniste.

Ademais, para o linguista, essas grandes funções sintáticas são os procedimentos acessórios que podem ser tomados como procedimentos da enunciação. No entanto, essa lista mencionada pelo linguista não é exaustiva, uma vez que não se encerra apenas nessas possibilidades de enunciação, pois, conforme o linguista, “O que em geral caracteriza a enunciação é a *acentuação da relação discursiva com o parceiro*, seja este real ou imaginário, individual ou coletivo” (Benveniste, 1989, p. 87). Desse modo, a enunciação implica uma relação interdiscursiva entre aquele que fala/escreve (locutor) e que influencia de alguma forma

o outro/interlocutor, suscitando uma resposta. A cada ato discursivo, a referência é construída, isso revela que a enunciação é sempre inserida em um contexto que influencia a compreensão.

Por isso, quando pensamos em funções sintáticas como os mecanismos necessários à enunciação, isso envolve destacar que “Todas as formas lexicais e sintáticas da interrogação, partículas, pronomes, sequência, entonação, etc., derivam deste aspecto da enunciação” (Benveniste, 1989, p. 86). Para o linguista, a estrutura que a língua (como um sistema virtual de signos) oferece se configura como apenas uma dimensão do fenômeno da enunciação, que se realiza pela interação, pela situação enunciativa e pela construção de sentido nas trocas discursivas. Ao discutir sobre os recursos linguísticos usados na enunciação, Benveniste explica que essas ferramentas estruturam o modo como a relação entre locutor e interlocutor é construída e sinalizada no e durante um discurso.

Nessa perspectiva, é sobre a natureza intersubjetiva do discurso e a construção de referências discursivas na ação de falar/escrever, que o locutor-escrevente sempre utilizará um enquadramento discursivo para significar e suscitar no outro uma resposta e compreensão. Para isso, quando, por exemplo, eu me dirijo a alguém pela fala/escrita, eu posso usar um enquadramento discursivo para fazer um pedido, uma reclamação, um elogio, uma afirmação, etc., que implicará [...] “uma relação viva e imediata do enunciador ao outro numa referência necessária ao tempo da enunciação” (Benveniste, 1989, p. 86). Esses enquadramentos discursivos referem-se à maneira como cada locutor organiza o seu discurso de acordo com o seu objetivo comunicativo. Por isso, entendemos que a cada construção linguística pela escrita, o locutor-escrevente dispõe de um aparelho de funções linguísticas para enunciar e significar pelo discurso.

Ademais, pensemos, por exemplo, na asserção, como uma estrutura sintática das mais utilizada pelo locutor no discurso falado ou escrito. Essa construção sintática visa comunicar uma proposição afirmativa, no entanto, dependendo da situação de comunicação, da intenção do locutor e da interpretação do interlocutor, essa composição linguística pode expressar diferentes valores discursivos e ser mobilizada para expressar discursos mais complexos, como uma ameaça, uma repreensão, uma advertência, dentre outros. Assim, compreendemos que a forma como esse tipo de enunciado é interpretado depende de uma série de fatores que envolvem a relação entre locutor e interlocutor, o contexto pragmático, o tom da voz na fala, assim como os aspectos contextuais encontrados na escrita, (quando um enunciado pode variar

de acordo com a forma como é proferido). Essas formas de enunciação evidenciam as possibilidades de linguagem para construir diferentes intenções comunicativas na fala/escrita.

Portanto, o enquadramento discursivo realizado entre os interlocutores durante a enunciação falada/escrita, configura a interação e determina o modo como o interlocutor é intimado no discurso. Conforme Benveniste (1989) para essa condição de diálogo entre os parceiros discursivos, é preciso determinar o quadro figurativo da enunciação, ou seja, o aparelho formal de formas linguísticas dispostas no plano virtual da língua, na qual eles fazem uso durante o ato pela fala/escrita. É pelo discurso que ocorrem as trocas discursivas entre um eu-locutor e um tu-interlocutor, que compõem a estrutura do diálogo. Desse modo, “duas figuras na posição de parceiros são alternativamente protagonistas da enunciação” (Benveniste, 1989, p. 87). Assim, compreendemos que no contexto da enunciação, os interlocutores formalizam os seus discursos e pelas trocas discursivas construídas a partir de um aparelho de formas linguísticas, permite a cada locutor a construção de referência.

Isto posto, após a breve discussão que envolve os estudos de Saussure (2006) acerca da língua como objeto de estudo da linguística e os de Benveniste (1991;1989) sobre as línguas e a linguagem, passaremos para a próxima seção com o objetivo de contribuir para a construção de argumentações e análise da abordagem enunciativa, conforme Benveniste. No próximo tópico buscamos abordar os três momentos da reflexão teórica do linguista para discutir sobre as implicações de como a linguagem procede na produção de sentido na fala/escrita.

3.1. A ABORDAGEM ENUNCIATIVA DE BENVENISTE: OS TRÊS MOMENTOS DA REFLEXÃO TEÓRICA E SUAS IMPLICAÇÕES PARA ABORDAGEM DAS PRODUÇÕES TEXTUAIS.

Quando pensamos na linguagem como uma condição humana de interação entre os indivíduos no meio social, pois é o que define o homem como homem na sociedade, quando, por meio de uma língua, ele produz linguagem e é capaz de se relacionar com o outro para interagir em diferentes situações de comunicação, estamos pensando na condição humana de que é por meio da linguagem que a comunicação se efetiva, e essa prática é o que constitui o convívio em sociedade. Dessa forma, quando pensamos em produção de linguagem concluímos que toda comunicação é construída para um outro indivíduo, ou seja, é pela linguagem que a intersubjetividade ocorre como uma capacidade humana de compartilhar experiências, vivências, ideias, conflitos, sentimentos etc., uns com os outros. Assim, para que a comunicação

seja efetiva, os falantes precisam compartilhar de uma mesma língua para que não haja interferências durante a conversação.

Nesse contexto, com base na perspectiva teórica de Benveniste (1991; 1989), a respeito da enunciação, a linguagem é a base de comunicação do homem, e ela ocorre por meio da subjetividade e essa subjetividade é construída pela categoria de pessoa dada pelas formas *eu* e *tu*. É por meio da categoria de pessoa que a intersubjetividade acontece, pelas trocas comunicativas com o outro, desenvolvida durante o processo enunciativo. Na enunciação escrita também ocorre a intersubjetividade entre os falantes, mesmo que essa comunicação seja em um tempo diferente do discurso oral, pois será lido em tempo posterior a escrita, mas que no entanto, identificamos que o ato da escrita pressupõe o lado subjetivo da linguagem, assim como o lado intersubjetivo, o qual quando alguém escreve é para um outro a mensagem construída na escrita. Dessa forma, discutiremos a abordagem enunciativa de Benveniste sobre os três momentos da reflexão teórica sobre a enunciação levando em consideração algumas implicações para abordagem das produções textuais.

a) O primeiro momento da enunciação: pessoa e não-pessoa

Partimos do pressuposto da reflexão enunciativa de Benveniste para discutir alguns aspectos da linguagem que promovem no indivíduo a capacidade de comunicação no meio social. Partimos dessa reflexão para realizar alguns desdobramentos acerca da contribuição desses estudos em produções textuais escritas de candidatos que prestam a prova do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Dessa forma, torna-se importante iniciar essa abordagem refletindo sobre o primeiro momento da enunciação, que consiste na categoria de pessoa e não-pessoa na linguagem. Flores (2013) faz uma abordagem muito significativa sobre os principais pontos da enunciação presentes na configuração da língua que todo indivíduo faz uso quando se dispõe a assumir um ato enunciativo. É por meio de cada ato enunciativo que o falante significa e se constitui como sujeito da enunciação.

Nesta perspectiva, a noção de pessoa e não-pessoa é discutida por Benveniste em alguns de seus textos que se encontram nos PLGs I e II, como em *Estrutura das relações de pessoa no verbo* (1946), *A natureza dos pronomes* (1956) e *Da subjetividade na linguagem* (1958). São textos que apresentam uma reflexão significativa acerca dos três aspectos da enunciação. Haja vista, no primeiro momento, sobre a distinção de pessoa e não-pessoa, Flores (2013) enfatiza que os trabalhos de Benveniste construíram, ao longo de sua teoria, a percepção de que essa

distinção é pertinente ao sistema da língua, uma vez que é por meio dessa distinção que identificamos o que é subjetivo do que é objetivo na enunciação. A essa característica, Benveniste (1991) destaca que o fundamento da subjetividade é determinada pelo *status* linguístico de pessoa, ou seja, a subjetividade é construída a partir da categoria de pessoa, definidas pelos pronomes *eu* e *tu*, formas linguísticas que todo indivíduo usa ao se apropriar do sistema da língua para enunciar.

Com isso, Flores (2013) discute sobre o percurso que o primeiro momento percorreu na teoria do linguista. A primeira abordagem ocorreu no texto *Estrutura das relações de pessoa no verbo* (1946), e *A natureza dos pronomes* (1956). Justamente nesses primeiros trabalhos que se discute a condição do verbo e do pronome serem abordadas como características linguísticas que materializam e atualizam a categoria de pessoa, que é uma categoria mais geral ligada à linguagem. Assim, a linguagem e as categorias de pessoa, tempo e espaço estão no plano geral da língua porque todas as línguas preveem um espaço para essas categorias. Na língua, os pronomes e os verbos funcionam como índices, esses índices não remetem a uma pessoa objetiva, não remetem a nada no mundo, mas a uma instância de discurso que Benveniste toma como a enunciação, ou seja, o ato enunciativo.

Dessa forma, as formas *eu* e *tu* são posições linguísticas que integram a categoria de pessoa, e a não-pessoa é definido por Benveniste pela forma *ele*. Esse termo, na enunciação, faz referência ao lado objetivo da linguagem, que pode estar voltado para o conteúdo, para a cultura, ou seja, a não-pessoa é o objeto da enunciação, o que está sendo discutido durante um discurso. Eis a diferença entre pessoa e não-pessoa, a qual Flores (2013) enfatiza como uma das características sobre essa diferença que está na predicação verbal, pois “A ‘3ª pessoa’ é a única pela qual uma coisa é predicada verbalmente” (Benveniste 1991, p. 253). Assim, tudo o que não é submetido a *eu-tu* é configurado como a não-pessoa. Benveniste trata dessa correlação de pessoalidade pela distinção de pessoa e não-pessoa, que implica, de certa forma, a correlação de subjetividade na linguagem pelas condições de pessoa subjetiva (*eu*), aquela que usa a linguagem para transmitir uma mensagem, e da pessoa não subjetiva (*tu*), quem vai interagir ao receber uma informação durante um discurso (Flores, 2013).

Ao discutirmos como essa concepção de posição linguística na linguagem, imposta pela relação de pessoa e não-pessoa, entendemos, com Flores (2013), que se trata de uma relação antropológica na qual todo indivíduo, ao enunciar, se submete à categoria de pessoa quando se apropria da língua e define o que vai abordar e discutir para o outro em seu discurso. No texto

escrito, não é diferente, o falante agora passa a ser o autor de seu texto e irá produzir sobre um gênero ou tipo textual, levando em consideração o seu interlocutor nessa construção escrita. O texto precisa ser desenvolvido para alguém, para um *tu*, um parceiro discursivo que está ausente durante a sua escrita, mas que, ao ler e interpretar o texto, precisa compreendê-lo e refletir sobre o que está posto. Na construção do texto escrito, a categoria de pessoa, tempo e espaço está presente, pois são condições que funcionam para situar o leitor no tempo e no espaço dos acontecimentos de seu texto.

Para a condição primeira desse momento da enunciação, podemos pensar nos estudos de Saussure (2006), que vê a língua como sistema de signos e, o signo, é definido por ele numa relação opositiva a outros signos, ou seja, um signo é o que o outro não é. Dessa forma, uma construção linguística vai ser desenvolvida pela organização sistemática de signos que significam em uma língua. O falante, na organização de um discurso, ou o autor de um texto escrito, desenvolverá a sua enunciação por meio da organização de signos que uma língua lhe oferece. Será durante a organização de um texto escrito, por exemplo, o estudante selecionará os termos adequados para iniciar a introdução, em seguida o desenvolvimento e, posteriormente, a conclusão de seu texto, buscando apresentar ao seu leitor coesão e coerência pela organização de termos adequados em defesa de seus argumentos e seguindo à tipologia textual a qual ele está submetido.

Assim, nessa organização de frases, de períodos e de parágrafos, os signos linguísticos precisam ser organizados, pois nesse momento é crucial que o estudante busque as palavras adequadas para começar o seu texto, buscando um conectivo, uma frase coerente que conquiste o seu leitor. Por isso, cada elemento linguístico selecionado para compor o texto precisa ter significado naquele contexto em que está sendo desenvolvido a temática em questão. Quando analisamos como um texto dissertativo-argumentativo é escrito segundo a categoria de pessoa e não-pessoa, percebemos que as formas linguísticas *eu* e *tu* são o fundamento da escrita que irá designar aquele que escreve e para quem escreve. Essa prática define as pessoas relacionadas no discurso escrito, já a não-pessoa é o conteúdo do texto, o *ele*, sobre o que a pessoa subjetiva está escrevendo.

Nesse contexto, quando analisamos a visão de Saussure (2006) sobre a língua como um sistema de signos, em que o signo significa sempre numa relação opositiva a outros signos, e fazemos uma comparação com a categoria de pessoa, compreendemos que a categoria de pessoa só se define pela oposição à não-pessoa. A não-pessoa é o lado objetivo da língua, é por onde

cada indivíduo vai expressar o seu objeto da enunciação. O *eu* vai ser aquele que toma a palavra para enunciar e construir sentido junto ao seu interlocutor. Ao tomar a palavra o sujeito instala o outro dentro de si, e esse *eu* vai falar a um *tu* a respeito dele, ou seja, sobre alguém, sobre um tema específico, etc. Toda enunciação vai comportar uma categoria de pessoa, onde poderemos analisar as pessoas envolvidas no discurso e sobre o que está sendo discutido como resultado do ato enunciativo.

Com isso, há, de um lado, os pronomes e os verbos que vão funcionar como a categoria de pessoa e, por outro lado, também vão funcionar como índices. Esses índices remetem a uma instância de discurso que Benveniste (1991) toma como a enunciação. Os índices são os indicadores como os verbos, outros pronomes, os nomes, locuções adverbiais etc. Os índices de pessoa que unem *eu* e *tu*, são os responsáveis pela construção da subjetividade de cada falante, já que, para Benveniste (1991), a linguagem é o que define a identidade do homem como um sujeito falante capaz de se posicionar no discurso de diferentes formas. Dessa forma, entendemos os índices de pessoa como os elementos linguísticos que estão relacionados ao discurso e ao contexto em que os falantes estão inseridos. Para a construção de um discurso será levado em consideração a situação comunicativa, o interlocutor, o tempo e o espaço da enunciação.

Logo, diante dessas categorias linguísticas: os pronomes e os verbos, para que eu consiga preencher a referência dessas categorias é preciso associar essas categorias a uma instância de discurso. Flores (2013), explica que quando Benveniste (1991), fala em instâncias de discurso, ele está se referindo a instâncias que remetem a si mesmas e instâncias que não remetem a si mesmas, esta é do âmbito da não-pessoa. Para isso, podemos pensar na escrita de uma redação por um candidato que irá prestar o ENEM e precisa usar da linguagem em terceira pessoa (que remete ao âmbito da não-pessoa). O candidato precisa, ao escrever, levar em consideração toda a situação comunicativa que ele está inserido, ou seja, por se tratar de um texto formal, onde um avaliador irá corrigir e atribuir uma pontuação pelas competências atingidas, etc. A instância de discurso construída pelo candidato escrevente está relacionada à noção de como a linguagem é moldada e interpretada em diferentes situações de comunicação por um interlocutor.

Com isso, evidenciamos que, por meio da linguagem, o indivíduo constrói a sua realidade. Essa realidade é (re)construída constantemente e está vinculada à possibilidade da subjetividade. Benveniste (2020) explica que o fundamento da subjetividade é dado pela

categoria de pessoa pelas formas (eu-tu). Assim, “A linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como sujeito, remetendo a ele mesmo como *eu* no seu discurso. Por isso, *eu* propõe outra pessoa, aquela que, sendo embora exterior a “mim”, torna-se o meu eco - ao qual digo *tu* e que me diz *tu*” (Benveniste, 1991, p. 283). A subjetividade tratada por Benveniste é aquela ligada à pessoa do discurso que, ao se apropriar do sistema da língua, passa de locutor a sujeito e significa, construindo referência junto ao seu interlocutor por meio de seu discurso.

Portanto, compreendemos com Benveniste (1991), que o discurso só pode ser construído pelo sujeito que se assume com a posição de *eu*, e essa categoria linguística é o indicativo da subjetividade que é intrínseca em todo ato enunciativo. A subjetividade do sujeito não pode ser marcada apenas por uma construção de um enunciado, pois o sujeito precisa se posicionar como sujeito de sua enunciação diante de uma situação comunicativa e expressar seus valores, sentimentos, emoções percepções, etc. Logo, a subjetividade é construída por meio da organização linguística, que pode ocorrer em meio às diferentes interações comunicativas do sujeito. No texto escrito, a subjetividade do sujeito será construída pela organização de seus argumentos fundamentais em defesa de um ponto de vista coerente para que o leitor possa compreender a informação.

b) O segundo momento da enunciação: a reflexão sobre o semiótico e o semântico

Para a discussão sobre o semiótico e o semântico na língua em uma abordagem de produções textuais escritas, discutiremos de forma sucinta dois trabalhos de Émile Benveniste (2020/2023), que discorrem, por exemplo, sobre os textos *A forma e o sentido* (1966/1967), e *Os níveis da análise linguística* (1962/1964). A princípio, em *Os níveis da análise linguística*, Benveniste enfatiza como o sentido tem por natureza atravessar toda a língua, pois toda forma linguística tem um sentido construído. O linguista toma o sentido como a contraparte de uma forma, ele toma o sentido no sentido Saussuriano. Para Saussure (2006), o signo é a união de um significante e um significado. No âmbito do signo, eu vou encontrar um significante que pode ser, por exemplo, um prefixo ou um sufixo, que podem dar um sentido negativo ao signo, como em des-leal, des-proporcional, i-legal, des-gosto etc. Nessas construções linguísticas, podemos identificar que os prefixos [des] e [i] são signos porque têm um sentido, logo, são um significantes que se associam ao significado, ou seja, dá um sentido negativo ao signo que os antecede.

Nesse contexto, o sentido, para Benveniste, é a contraparte do significante. Esse sentido está no âmbito do semiótico da língua, das formas da língua como um sistema virtual de signos linguísticos que está no âmbito do paradigma. Dessa forma, Benveniste (1989), ao falar da noção de nível que ele usa para identificar os elementos segmentáveis dos não segmentáveis, enfatiza que os níveis têm a ver com um grupo que comporta unidades menores e que eu consigo segmentar a outras unidades no mesmo nível. Para isso, ele identifica que o menor nível de análise é o fonema porque, com o fonema, eu consigo, em um signo, distinguir um fonema de outro. Já o traço distintivo, que Benveniste vai chamar de merisma, ele é substituível, mas não pode ser segmentado como, por exemplo, ao decompor em traços menores os fonemas /p/ e /b/, observamos que ambos compartilham características como bilateral, oclusiva, surda/sonoro. Esses traços não podem ser decompostos porque se eu decompor perco o sentido. Diferente é a classe dos fonemas em uma palavra onde eu consigo manter o sentido.

Assim, Flores (2013, p. 131) explica, com base nos textos de Benveniste (2020/2023), que “o fonema é segmentável e substituível: o fonema /t/ é segmentável em /tato/ e substituível numa relação com /pato/. Logo, há duas classes de elementos mínimos: a dos elementos que são apenas substituíveis e a dos elementos que são segmentáveis e substituíveis”. Dessa forma, no fonema, eu mantenho o sentido e compreendo o que a mudança de um fonema provoca no âmbito de uma palavra. Se eu separar os fonemas a partir da operação de segmentação e substituição, tenho, por exemplo, os seguintes atos enunciativos: *bata - pata, mata - nata*. Nessa situação, consigo alterar o sentido da palavra com a troca de fonemas. Benveniste explica que, por meio da segmentação e substituição em uma língua, é possível identificar os elementos. Se o elemento contiver outros elementos, estamos diante de um nível fonemático; já se o elemento for apenas substituível, temos traços distintivos não segmentáveis, que não podem constituir classes sintagmáticas, mas apenas classes paradigmáticas (Benveniste, 1991).

Nesse contextura, quando Benveniste (1991) faz essa distinção entre o fonema e o traço distintivo, ele remete ao sentido, que considera fundamental em uma construção linguística. Assim, um elemento, para expressar sentido, precisa se referir sempre a uma unidade superior, como a palavra. Em sua análise, o nível inferior é o traço distintivo. A frase é o nível superior da análise, pois, no nível da frase, chegamos aos elementos que a compõem: substantivo, adjetivo, advérbio, pronome, artigo etc. O sentido da frase está no plano semiótico da língua, ligado à forma. O plano semiótico representa a língua como um sistema formal no plano paradigmático, que se manifesta como possibilidade de escolha. Benveniste (1991) também

explica que a frase apresenta dois sentidos: o primeiro está relacionado à forma (a língua como sistema de signos), e o segundo se refere ao plano do discurso, ou seja, à língua em ação, “o da língua como instrumento de comunicação, cuja expressão é o discurso” (Benveniste, 1991, p. 144).

Esse encadeamento de organização do enunciado que a língua propõe acerca do semiótico e do semântico também ocorre na produção do texto escrito. Primeiro, pelo fato de a comunicação ocorrer tanto pelo ato enunciativo oral quanto pelo discurso escrito, pois, em ambas as situações, o indivíduo estará submetido ao sistema da língua para organizar o seu discurso. No texto escrito, o locutor-escrevente precisa organizar a construção das frases e dos períodos da melhor forma possível, de modo a transmitir ao seu interlocutor a compreensão de suas ideias expostas por meio do texto. Essa não é uma tarefa fácil, visto que o locutor-escrevente não pode selecionar qualquer enunciado para compor sua produção. É preciso ter em mente que os segmentos linguísticos selecionados devem apresentar sentido no texto. É nesta perspectiva que podemos pensar na noção de níveis de análise linguística para a delimitação dos elementos que o locutor-escrevente vai utilizar para construir sentido em sua escrita.

Essa complexidade, como abordada por Benveniste (2020/2023), está na relação entre forma e sentido, que é a base para a abordagem dos modos semiótico e semântico nas práticas de linguagem. Assim, compreendemos que, no desenvolvimento do texto, a classe do paradigma e a classe do sintagma serão os meios de organização para a seleção de elementos pertinentes à produção textual. Essa organização ocorre porque, durante a escrita, é necessário que o locutor, ao se deparar, por exemplo, com a proposta de desenvolver um texto dissertativo-argumentativo sobre um tema específico, pelo plano paradigmático (o das formas), selecione os termos adequados à situação linguística exigida pela tipologia textual. Isso envolve a busca por sinônimos, substantivos, verbos, adjetivos etc. Na escolha desses elementos, o processo envolve a substituição e segmentação de termos, que dão corpo aos argumentos expostos.

Assim, quando os elementos de um texto são estruturados pelo plano semiótico, temos a formação do nível superior da língua: a frase. Para Benveniste, esse nível é composto por dois tipos de sentido. Primeiro, ele explica que “A frase se realiza em palavras, mas as palavras não são simplesmente os seus segmentos. Uma frase constitui um todo, que não se reduz à soma das suas partes; o sentido inerente a esse todo é repartido entre o conjunto dos constituintes” (Benveniste, 1991, p. 138). O linguista apresenta esse primeiro sentido de frase como algo

fundamental para a discussão, uma vez que é na frase que se constituem as unidades menores de significação organizadas no contexto de um enunciado. Ou seja, as palavras em uma frase não estão ali com seu sentido literal isolado, mas inseridas para significar algo no contexto do enunciado. Logo, o primeiro sentido da frase está associado à reunião das unidades na composição de textos.

Essa explicação é importante para entendermos as relações paradigmáticas e sintagmáticas que o locutor faz uso durante a organização da língua no nível superior de um discurso oral ou escrito pela frase. A frase é constituída pela disposição de palavras, onde a palavra pode ser analisada como o componente da sintagmatização que, relacionada a outras palavras, constituirá a formação de frases, uma vez que é por meio de palavras que a significação é construída. Dessa forma, em Benveniste (1991), compreendemos que o aluno-escrevente ao tentar produzir um texto escrito pelo sistema semiológico da escrita, ele vai relacionar, por meio do procedimento sintagmático, as palavras adequadas, que constituirão os enunciados empíricos na construção de significados.

Consoante ao que Benveniste institui como o segundo significado para o sentido de frase, Flores (2013) enfatiza dois pontos que são abordados pelo linguista, e que podemos fazer uma relação com a abordagem da escrita de textos escritos, como a redação. Assim, para a outra noção de sentido elaborada por Benveniste, Flores (2013, p. 134) explica que:

a) quando se diz que um elemento tem sentido, afirma-se que ele tem a propriedade de constituir e integrar;

b) quando se pergunta qual é o sentido, afirma-se que a língua serve para estabelecer uma certa relação com o mundo e, nesse caso, impõe-se outra tarefa de descrição e caracterização, bastante distinta da anterior, pois está-se agora no plano do discurso.

Desse ponto de vista, entendemos o raciocínio de Benveniste quando ele pensa no sentido de uma frase como uma construção linguística capaz de significar numa relação opositiva e distintiva de signos da qual os locutores fazem uso durante a comunicação. O sentido de uma frase está implícito, assim como, a priori, é impossível identificar a referência de uma construção linguística sem o emprego da língua. Logo, em uma redação, a linguagem como discurso é usada para a representação das ideias que estão postas no interior do texto; esses

argumentos precisam ser construídos pelo locutor-escrevente, não simplesmente com um aglomerado de frases, mas essas frases devem apresentar um sentido completo.

No texto, o locutor deve construir uma relação de coesão e coerência, de modo que o texto aborde questões voltadas para a discussão da temática em questão. Assim, “Cada enunciado, e cada termo do enunciado, tem assim um *referendum*, cujo conhecimento está implicado pelo uso nativo da língua” (Benveniste, 1991, p. 142). O linguista enfatiza que toda construção linguística tem um sentido, e assim também ocorre com o texto escrito, uma vez que uma das competências requeridas no texto é desenvolver um tema específico atendendo à estrutura dissertativo-argumentativa. Neste momento, o texto do locutor-escrevente deve apresentar um sentido quando for avaliado como um todo. Dessa forma, compreendemos que todo discurso é atualizado em frases.

Dessa forma, Benveniste (1991) pensa no sentido como uma situação que atravessa toda a língua. Logo, esse sentido estaria no plano semiótico da língua e seria implícito. A noção de sentido abordada pelo linguista é semelhante ao que Saussure (2006) pensa, que não é possível mexer na forma de um signo linguístico sem mexer no sentido, pois, dessa forma, o sentido ficaria comprometido. É como uma folha de papel que possui o verso e o averso, ou seja, um precisa do outro para que o sentido seja mantido. É nesse momento de reflexão que Benveniste (1989) vai refletir sobre a forma e o sentido da linguagem no plano semiótico e no plano semântico. Para Benveniste, há a língua como semiótico e há a língua como semântico. A divisão se dá no interior da língua, segundo Flores (2013, p. 145). Benveniste estabelece dois modos de ser da língua: na forma e no sentido. Logo, a língua é organizada no semiótico (na organização formal) e no semântico (no plano do discurso).

Com isso, no domínio semiótico estamos diante da relação intralinguística da língua, que corresponde ao plano virtual das formas, onde o sujeito identifica no interior da língua o signo adequado à enunciação. O emprego das formas é realizado a partir de uma rede de relações e oposições dentro de uma frase/texto, que vai determinar a construção e o sentido do enunciado. No domínio semiótico, os signos são organizados de acordo com as relações paradigmáticas, ou seja, por meio das substituições que integrarão o significado do enunciado. No domínio semântico, Benveniste (1989) toma a frase como o aspecto semântico que permite a comunicação entre os falantes de uma língua, pois no semântico o que encontramos é a língua em ação. Nas palavras de Benveniste:

Vemos desta vez sua função mediadora entre o homem e o mundo, entre o espírito e as coisas, transmitindo a informação, comunicando a experiência, impondo a adesão, suscitando a resposta, implorando, constringendo; em resumo, organizando toda a vida dos homens. É a língua como instrumento da descrição e do raciocínio. Somente o funcionamento semântico da língua permite a integração da sociedade e a adequação ao mundo, e por consequência a normalização do pensamento e o desenvolvimento da consciência (Benveniste, 1989, p. 227-228).

Dessa forma, ao compreender que a língua comporta dois modos de ser para significar no uso/discurso, identificamos a importância desse arranjo para a compreensão da construção da significação na linguagem. Pois, só vamos conseguir compreender como os sentidos são construídos quando observamos as formas (no sentido semiótico), quanto o nível semântico (o discurso). A referência é algo específico da semântica, uma vez que é um efeito da enunciação, ou seja, podemos pensar que a referência de uma frase está no todo, em tudo aquilo que ela provoca. Logo, é preciso entender que eu não tenho uma referência a priori, pois é preciso primeiro ter a atuação da língua. Assim, a construção de referência é construída por meio da frase/discurso, para posteriormente passarmos para a análise dos fatos mencionados e podermos chegar a uma conclusão efetiva do sentido construído durante o ato enunciativo.

c) O terceiro momento da enunciação: O aparelho formal da enunciação (1970)

No terceiro momento da enunciação, tomando por princípio teórico o trabalho base de Émile Benveniste, no qual o linguista faz uma síntese de sua reflexão linguística sobre a enunciação. No texto “*O aparelho formal da enunciação*, publicado no *PLG II (2023)*, são evidenciadas as discussões que antecedem a análise teórica sobre a enunciação, que envolve, por exemplo, os aspectos enunciativos que promovem a enunciação, como a forma e o sentido na linguagem, o semiótico e o semântico e a discussão sobre pessoa e a não-pessoa. Foi nesse texto que Benveniste veio a discutir sobre como a enunciação pode ser compreendida e a partir de que ponto podemos classificar a língua como um efeito enunciativo daqueles que utilizam da linguagem para significar, ou seja, compreender e ser compreendido. Como explica Flores (2013), o texto sobre o tema enunciação é uma reflexão linguística, que aborda aspectos teórico-metodológicos pertinentes à enunciação.

Assim, é no texto *O aparelho...*, que Benveniste (1989), ao levar em consideração a importância de se discutir o emprego da língua, busca apresentar uma definição para o termo enunciação. Para o linguista, a “enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (Benveniste, 1989, p. 82). Do ponto de vista do linguista, podemos refletir sobre o produto final que a língua promove toda vez que o locutor muda a língua em

discurso. Essa transformação ocorre por meio de um processo de agenciamento de formas e sentidos que resultará na enunciação (Flores, 2013). Por esse motivo, de acordo com Flores (2013), Benveniste enfatiza que a enunciação comporta alguns aspectos necessários à sua realização como

o aspecto de “realização vocal da língua”, de fonação, cuja ênfase de pesquisa favorece seu estatuto oral, vocal; b) o aspecto da conversação da língua em discurso. Diríamos que, por esse prisma, é favorecida uma visão operatória da enunciação; c) o aspecto do ato único e individual. Por esse viés, é incluída na discussão a interessante questão do locutor e, por ela, a da subjetividade na linguagem; d) o aspecto do diálogo, do quadro figurativo (Flores, 2013, p. 170).

Esse esquema apresentado por Flores resume bem as ideias já postas por Benveniste acerca dos aspectos da enunciação. O primeiro aspecto contempla os sons emitidos e percebidos pelos falantes que fazem uso de uma mesma língua por atos individuais da língua. O segundo está pautado no discurso que é realizado em palavras. O terceiro aspecto, sem dúvida, complementa o anterior ao abordar a conversão da língua em discurso, que Benveniste (1989, p. 83), define como a “semantização da língua que está no centro desse aspecto da enunciação, e ela conduz à teoria do signo e a análise da significância”. Nesse ponto, também entra em questão a subjetividade na linguagem, questão discutida em um outro texto do linguista, que aborda a distinção entre locutor e sujeito.

Para Benveniste (1991), a subjetividade é marcada pelo processo de apropriação, quando cada sujeito se apropria do sistema da língua para enunciar, em outros termos, é o “sujeito quem assume a posição de “eu”” (Flores, 2013, p. 100). O aspecto do diálogo é inerente a todo ato enunciativo, uma vez que quando o locutor se declara como sujeito da enunciação, ele implanta o outro dentro de si, haja vista que, em toda a enunciação existe um locutor e um alocutário.

Destarte, Benveniste (2023), diante dos aspectos abordados sobre a enunciação, discute o objeto próprio e funcional de realização da enunciação: a enunciação no quadro formal de sua realização. “O quadro formal da enunciação é constituído pelo ato, no qual estão implicados locutor e alocutário, situação na qual se constitui a referência construída no discurso, e os instrumentos de realização, específicos e acessórios” (Flores, 2013, p. 167).

Como Flores bem enfatiza, pelo ato enunciativo, os interlocutores constroem referência, ou seja, sempre que eu falo, falo de algo ou de alguém. Esse referente é o objeto de minha enunciação. Os instrumentos de realização (específicos e acessórios) são os responsáveis por

tornar o ato possível: a enunciação. Nesse contexto, percebemos o quanto Benveniste se preocupa em discutir como ocorre a prática enunciativa e, para isso, considera que cada sujeito possui um aparelho de formas linguísticas e, ao se apropriar da língua em um determinado evento comunicativo, faz uso dessas formas e constrói referência junto ao seu interlocutor.

Quando o locutor se apropria do aparelho formal da língua, ele enuncia por meio de índices específicos, reservados a toda língua, uma vez que esses índices estão relacionados ao contexto da enunciação. Isso ocorre, por sua vez, pelas categorias de pessoa na relação eu-tu, tempo e espaço.

Nesse sentido, Benveniste (1989) também menciona os dêiticos, que são cruciais para a construção de sentido na enunciação. Eles incluem os pronomes demonstrativos (este, esses, aquela etc.), os advérbios de lugar e tempo (aqui, ali, amanhã, à noite etc.) e as marcas de modalidade, que indicam a atitude do falante sobre o que está sendo discutido (certamente, possivelmente, talvez, posso etc.).

Assim, compreender os índices específicos na enunciação é fundamental para interpretar a dinâmica do discurso entre os falantes de uma língua em um contexto situacional.

Quanto aos procedimentos acessórios, Flores (2013) explica que eles estão ligados à singularidade que toda a língua evoca ao enunciar. Isto significa que esses procedimentos acessórios usados na linguagem são recursos linguísticos e paralinguísticos que os falantes usam para enriquecer o processo comunicativo. Dentre eles, podemos pensar na adaptação do vocabulário específico usado quando é preciso adaptar a linguagem ao contexto do interlocutor durante uma comunicação, nos gestos e expressões faciais que são tão comuns entre os falantes durante uma conversa, a entonação e a prosódia quando precisamos, por exemplo, fazer uma entonação de pergunta ou de surpresa/espanto (exclamação), a repetição de termos para dar ênfase em uma frase, recursos gramaticais e lexicais como os marcadores discursivo (então, por outro lado etc.), e os sinônimos e antônimos, dentre outros. Esses recursos utilizados pelos falantes possibilitam que eles produzam enunciados mais completos e compreensíveis.

Torna-se pertinente à discussão, diante do contexto da enunciação, argumentar sobre o que Benveniste, no final do texto *O aparelho...*, menciona a respeito de um outro desdobramento que poderia ser realizado no âmbito da enunciação com relação a distinção entre a enunciação falada e a enunciação escrita. O linguista menciona que na enunciação escrita

“Esta se situa em dois planos: o que escreve se enuncia ao escrever e, no interior de sua escrita ele também faz os indivíduos se enunciarem. Amplas perspectivas se abrem para a análise das formas complexas do discurso, a partir do quadro formal esboçado aqui” (Benveniste, 1989, p. 90). Para o linguista a enunciação escrita carrega uma série de complexidades que necessitam de uma maior atenção durante a elaboração devido à necessidade de planejamento, precisão e clareza no desenvolvimento, e pela falta de contextualização no momento da escrita, uma vez que durante a escrita o locutor-escrevente não recebe um posicionamento imediato sobre seu discurso.

Para a abordagem dessa complexidade enunciativa, como bem discute Benveniste, são levadas em consideração algumas questões que podemos analisar, por exemplo, durante a prática de escrita de uma redação escolar.

Compreendemos que, assim como a escrita, a enunciação escrita possui um sistema semiológico de comunicação, por meio do qual o locutor-escrevente encontra formas de organizar sua enunciação. No sistema simbólico da escrita, encontramos elementos como os grafemas e os fonemas, bem como normas para seguir regras de ortografia e gramática, entre outros. Esses elementos são necessários para a construção de significado.

Valorizar apenas a linguagem verbal como o único sistema semiológico de comunicação é desconsiderar o fato de que existem outros modos de representação e comunicação: a linguagem não verbal, os códigos sociais, os sistemas visuais, entre outros.

Com isso, é preciso enfatizar que, em todos os sistemas semiológicos, a língua é o interpretante. Como bem destaca Saussure (2006), para a interpretação de sistemas linguísticos e não linguísticos, a língua se encarrega dessa função. Nessa conjuntura, a enunciação escrita de uma redação escolar é uma forma de comunicação considerada carregada de complexidade, pois necessita de habilidades específicas de organização, estrutura e revisão de texto para que a mensagem seja transmitida de forma clara e eficiente.

Dessa forma, o locutor-escrevente, ao produzir uma redação escolar, precisa pensar em toda a estrutura do texto, de modo que organize os parágrafos com coesão e coerência, faça a escolha lexical correta, organize as sentenças/frases e deixe evidente que tem domínio do tema, utilizando argumentos precisos e bem fundamentados. Isso permitirá que ele conquiste uma boa avaliação durante a correção. A complexidade da enunciação escrita também está presente em

outros gêneros e tipos textuais, como o artigo científico, que demanda uma estrutura rigorosa de elaboração. Nesse tipo de texto, a linguagem utilizada é formal, pois se trata de uma pesquisa científica, na qual serão compartilhadas informações de cunho científico.

Ademais, partindo do texto *O aparelho...*, o que Benveniste propõe analisar na enunciação, segundo o linguista, deve partir do aparelho formal que a língua oferece a todo aquele que se dispõe a enunciar. Ao se apropriar do aparelho formal da língua, o sujeito constrói com ela um aparelho de enunciação. O aparelho formal da enunciação é construído toda vez que o locutor enuncia, com base no aparelho formal da língua (Flores, 2018). Desse modo, na enunciação escrita, diferentemente da enunciação falada, que comporta locutor e interlocutor, o locutor e o interlocutor passam a ser autor e leitor, os quais não irão compartilhar do mesmo contexto situacional. Essa é uma das complexidades que mais influenciam a enunciação escrita, o que exigirá do locutor-escrevente uma elaboração mais cuidadosa de seu texto para não comprometer a compreensão de seu leitor.

Destarte, para situarmos a especificidade da enunciação escrita, tendo por base o quadro formal pensado por Benveniste, é preciso entender, conforme explica Flores (2013), que a escrita possui um estatuto próprio na enunciação: o quadro formal de realização da escrita. O quadro formal é utilizado conforme o ato, a situação e os instrumentos necessários ao discurso. O ato na enunciação escrita implica autor e leitor. Para Benveniste, “O ato individual pelo qual se utiliza a língua introduz, em primeiro lugar, o locutor como parâmetro nas condições necessárias da enunciação” (Benveniste, 1989, p. 83). Esse primeiro ponto destacado na enunciação merece cuidadosa atenção ao ser discutido na situação enunciativa da escrita, primeiro, pelo fato de não existir enunciação sem alguém que enuncie. Ou seja, não haveria escrita sem um autor. Na análise de Benveniste (1989), toda enunciação ocorre quando um locutor/autor se apropria da língua para introduzir aquele que fala em sua fala; em outras palavras, para introduzir aquele que escreve em sua escrita.

Dessa forma, Benveniste (1989, p. 84) continua apresentando situações que o indivíduo promove para se marcar na situação enunciativa da escrita, uma vez que é pelo ato que “desde que ele se declara locutor e assume a língua, ele implanta o outro dentro de si, qualquer que seja o grau de presença que ele atribui a este outro. Toda locução é, explícita ou implicitamente, uma alocução, ela postula um alocutário”. Nessa citação do linguista podemos situar o alocutário do texto escrito, fazendo menção ao leitor, esse leitor reconstrói a enunciação do

autor e internaliza o seu discurso. Segundo Flores (2018, p. 413) “Locutor e alocutário são, em suma, sempre colocutores”.

Assim, como já mencionado aqui anteriormente, a situação de realização da escrita também é diferenciada da fala. Essa diferença ocorre devido a temporalidade em que a escrita acontece, pois o tempo de realização da escrita supõe o tempo da leitura (Flores, 2013). Dessa forma, o aluno-escrevente quando se apropria do seu aparelho de forma linguística para escrever um texto escrito, ele é considerado o autor de seu texto. A escrita do aluno implica um alocutário, o leitor. Desse modo, para a realização da escrita, o aluno-escrevente precisa levar em consideração que, no texto escrito, o enunciador e o leitor não estão presentes fisicamente no mesmo tempo e espaço, e isso implica ao leitor tentar reconstruir o sentido posto no texto sem a presença do enunciador, em outras palavras, na enunciação escrita, o leitor estará dividido entre a subjetividade do enunciador do texto e a interpretação que ele precisa fazer para compreender a proposta situada.

Com isso, quando pensamos na situação de realização da escrita, podemos refletir sobre o que menciona Benveniste ao explicar que “na enunciação, a língua se acha empregada para expressão de uma certa relação com o mundo. A condição mesma dessa mobilização e dessa apropriação da língua é, para o locutor, a necessidade de referir pelo discurso, e, para o outro, a possibilidade de co-referir identicamente [...] (Benveniste, 1989, p.84)”. O linguista, nesse trecho, deixa claro ao leitor que a língua é usada para expressar a relação do sujeito com o mundo ao seu redor, pois é por meio da língua que os indivíduos desenvolvem e expressam a sua subjetividade, assim ocorre na escrita de uma redação, o aluno-escrevente expressa a sua subjetividade na construção de referência de seu texto escrito.

A referência é outro ponto também discutido pelo linguista, uma vez que, segundo Flores (2018, p. 413), “trata-se de ver como locutor e alocutário – constitutivos do ato enunciativo – referem e correferem via discurso, construindo um sentido singular acerca do que falam. Esse sentido é a referência e não o referente”. Flores enfatiza que o sentido presente no ato enunciativo é o sentido construído pelos interlocutores da enunciação. Dessa forma, na especificidade da enunciação escrita, cada locutor/autor irá utilizar de sua enunciação para expressar a sua relação com o mundo e para construir referência junto ao seu leitor/interlocutor.

Os instrumentos de realização da enunciação são marcados pela distinção entre índices específicos e procedimentos acessórios, elementos que toda língua evoca ao enunciar. Os

índices específicos marcam as categorias de pessoa, tempo e espaço, enquanto os procedimentos acessórios estão relacionados às estratégias linguísticas que cada locutor, de modo singular, emprega durante um discurso. Conforme aponta Flores (2018), assim como na fala os falantes fazem uso desses procedimentos, na escrita eles também desempenham um papel essencial, pois contribuem para a construção de sentido na comunicação. No entanto, na enunciação escrita, o enunciador pode se deparar com restrições específicas, como na produção de uma redação, em que é necessário adotar uma linguagem formal e utilizar elementos linguísticos que garantam a coesão e coerência do texto.

3.2. DIFERENTES ASPECTOS DA PRODUÇÃO TEXTUAL: SUBJETIVIDADE, INTERSUBJETIVIDADE, ENUNCIÇÃO

Os trabalhos de Émile Benveniste (2014, 1991, 1989) promovem, em nossa perspectiva, uma compreensão mais detalhada sobre como cada indivíduo utiliza a linguagem para significar. Embora os estudos do linguista não tenham sido apresentados como uma teoria unificada da enunciação, suas investigações sobre a linguagem e as línguas proporcionam bases sólidas para refletirmos sobre uma possível teoria da enunciação benvenistiana. Assim como qualquer teoria, entendida como um sistema de ideias que busca explicar um fenômeno observado, os trabalhos de Benveniste têm o objetivo de fornecer uma estrutura que organize os dados sobre as práticas de linguagem, permitindo uma compreensão mais profunda do campo da enunciação. Dessa forma, torna-se possível analisar como cada indivíduo, ao se apropriar da língua, desenvolve novas experiências de significação por meio da linguagem.

Nesse contexto, discutiremos como o texto escrito pode ser considerado uma prática discursiva realizada via enunciação, observando os aspectos de subjetividade e intersubjetividade. Dessa forma, ao considerarmos a linguagem como a principal via pela qual o indivíduo se constitui como sujeito de sua enunciação, percebemos que ele cria sua realidade a partir de suas experiências vividas no meio social e cultural. Essas experiências possibilitam a interação com o outro, seu interlocutor, configurando assim o cenário da subjetividade.

Como explica Benveniste (1991), o fundamento da subjetividade é determinado pelo *status* linguístico da *pessoa*. A subjetividade está diretamente relacionada à categoria gramatical de pessoa, que pressupõe um diálogo entre dois sujeitos: aquele que fala, o *eu*, e aquele que é interpelado no discurso, o *tu*. A linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como sujeito de sua enunciação e se refere a si mesmo em seu discurso. A cada ato enunciativo, o

locutor pressupõe a presença de um outro, o *tu* para, no discurso, construírem juntos referência e significado. Benveniste destacou os pronomes pessoais (*eu/tu*) como os principais indicadores de subjetividade, pois são elementos centrais da enunciação. Ao se referirem à categoria de pessoa, esses pronomes estabelecem a relação fundamental entre locutor e interlocutor, possibilitando a interação discursiva.

Cada vez que a língua é enunciada, o discurso é situado em um tempo, espaço e pelas pessoas a partir de um ato singular, no qual ocorrem as trocas discursivas entre um *eu* e um *tu*. O texto pode ser analisado considerando essa singularidade realizada que cada um evoca, tendo em mente que, ao enunciar, eu implanto o outro dentro de mim: “Eu não emprego eu a não ser dirigindo-me a alguém, que será na minha alocução um tu” (Benveniste, 2020, p. 286).

Por isso, compreendemos a língua como uma prática de comunicação intersubjetiva, capaz de significar não apenas como falante, mas também como escrevente. É na escrita que locutor e interlocutor ganham o *status* linguístico de enunciador e leitor. No entanto, em ambas as situações discursivas, a figura do enunciador como locutor-escrevente se constitui como aquele que, pela linguagem, se torna sujeito ao se apropriar da língua e designar-se como *eu* (Benveniste, 1991). A subjetividade é a condição de existência do eu que, por meio do sistema semiológico da escrita, se submete à estrutura e à competência de uma tipologia textual para construir significado para seu leitor.

Para Benveniste (1991), a subjetividade só é possível a partir da presença do outro, ou seja, do *tu* da enunciação. Dessa forma, compreendemos, pela ênfase do linguista, que, para haver subjetividade, primeiro é necessário que exista a intersubjetividade. Em outras palavras, a condição primeira para que o sujeito se declare como sujeito de sua enunciação é reconhecer a presença do outro, pois a enunciação só pode acontecer na presença de um interlocutor, seja ele real ou imaginário. Será por meio dessa relação de trocas comunicativas que o sentido vai sendo construído a cada ato enunciativo. Benveniste ainda discute as formas linguísticas utilizadas por cada sujeito, ou seja, os termos apropriados à enunciação: “A linguagem de algum modo propõe formas *vazias*, das quais cada locutor, em exercício de discurso, se apropria e às quais refere à sua *pessoa*, definindo-se ao mesmo tempo a si mesmo como *eu* e a um parceiro como *tu*” (Benveniste, 1991, p. 286). Pela linguagem, cada locutor se constitui como sujeito para construir sua subjetividade.

Nesse contexto, Benveniste (1991/2020) discute como a subjetividade pode ser observada por aquele que se apropria da língua. É justamente por meio de algumas formas, que todo sistema linguístico dispõe a quem deseja enunciar, como os pronomes, a dêixis, os advérbios, os adjetivos etc., que a subjetividade se manifesta. Toda língua dispõe de formas específicas, que estão disponíveis para que cada sujeito expresse sua subjetividade na linguagem.

Na enunciação escrita, podemos pensar que essa mesma prática ocorre quando o enunciador se assume como sujeito ao se apropriar da língua para marcar sua subjetividade. Para isso, ele também utiliza formas linguísticas presentes no sistema da língua para desenvolver seu texto. Como o tempo da escrita é diferente do tempo do discurso, isso requer do locutor-escrevente um planejamento mais rigoroso de sua escrita, visto que, na enunciação escrita, os termos devem ser bem empregados para garantir a compreensão das ideias discutidas no texto.

Assim, compreendemos que a cada ato enunciativo, seja ele, oral ou escrito, os falantes vão fazer uso de formas linguísticas para construir referência junto ao seu interlocutor, ou seja, discutir ou argumentar sobre algo em específico. Após o uso das formas, esses signos linguísticos estarão vazios de referência novamente para que outro possa tomar a palavra ou a escrita e significar pela linguagem. Assim, a intersubjetividade é possível no texto escrito porque o enunciador na dinâmica de interação irá considerar o seu leitor como aquele responsável pela interação e construção de sentido a partir do diálogo e interpretação do texto.

3.3. A CONSTRUÇÃO ENUNCIATIVA DA REFERÊNCIA NO TEXTO ESCRITO

O texto escrito, assim como o discurso oral, tem a sua especificidade. Para esse modo de significação exercido pelos sujeitos em uma dada situação comunicativa, tendo como base o plano da língua, compreendemos, pelos trabalhos de Benveniste (1989; 2014) e Flores (2018), que o texto escrito possui particularidades próprias. Cada sujeito, ao expressar sua realidade, a realidade discursiva, em um processo de interação entre locutor e interlocutor, se depara com uma realidade temporal e espacial distinta da do discurso oral, uma vez que, no tempo da escrita, a interação com o texto ocorrerá em um momento posterior à sua produção. No entanto, deve-se observar que, em ambas as formas de comunicação, segundo Benveniste, os interlocutores constroem seu discurso por meio de um *aparelho de formas linguísticas* disponível a cada ato discursivo na sistematização de ideias.

Para essa discussão, utilizamos como trabalho norteador o texto *O aparelho formal da enunciação*, de Émile Benveniste (1989), discutido também por Flores (2018), que traz uma abordagem significativa para a interpretação da expressão enunciação escrita. Benveniste não chega a se aprofundar sobre essa temática, mas dá margem à interpretação para que possamos compreender essa outra face de expressão da língua, que oferece ao sujeito a possibilidade de enunciar por meio de sua escrita.

No final de *O aparelho...*, Benveniste enfatiza que muitos outros desdobramentos devem ser estudados no contexto da enunciação e, dessa forma, “Ter-se-ia que considerar as alterações lexicais que a enunciação determina, a fraseologia, que é a marca frequente, talvez necessária, da ‘oralidade’. Seria preciso também distinguir a enunciação falada da enunciação escrita” (Benveniste, 1989, p. 90). Para o linguista, a enunciação escrita é uma forma complexa de discurso por diversos fatores, como o fato de a escrita requerer um texto mais elaborado, de leitor e autor não responderem no mesmo contexto situacional imediato, como ocorre na oralidade, além da distância temporal e espacial que o escritor precisa levar em consideração. Daí surge a necessidade de pensar nos diferentes contextos de leitura e nas possíveis interpretações que poderão ser realizadas.

Segundo o linguista, a enunciação provoca esse desdobramento que faz com que cada indivíduo enuncie a sua condição de sujeito — sujeito de sua enunciação — para construir referência junto ao seu interlocutor. Podemos entender a referência como a língua em ação, que comporta um sistema de signos e permite a cada sujeito uma nova atualização no discurso. É por meio da enunciação que cada sujeito se define e se posiciona para construir sentido.

Benveniste explica que a linguagem tem uma função referencial, na qual os signos linguísticos são usados para apontar ou referir-se a objetos do mundo real ou a alguém em específico. Em outras palavras, ao produzir um enunciado, há uma intenção comunicativa de referir-se a um interlocutor. Na enunciação escrita, o aluno-escrevente, por exemplo, constrói referência ao desenvolver a sua redação, utilizando argumentos claros e fundamentados sobre a temática proposta na prova do ENEM. Para isso, o candidato precisa atentar-se à *competência II*, que solicita a aplicação de conceitos de várias áreas do conhecimento para desenvolver o tema proposto na redação.

Benveniste apresenta uma síntese no texto *O aparelho...*, que segue uma sequência pela qual é possível acompanhar o raciocínio do linguista sobre o tema enunciação escrita. Como

ênfatiza Flores (2018), Benveniste estuda um percurso detalhado para a realização da enunciação, no qual, primeiro, ele explica que é preciso considerar o ato discursivo que cada falante executa ao se apropriar de sua língua; posteriormente, a situação que leva ao acontecimento do discurso; e, por fim, os instrumentos de realização, ou seja, os recursos que todo falante utiliza ao enunciar.

Nesse sentido, Benveniste explica o processo que a enunciação propõe e considera o ato como fator primordial para a sua efetivação. Segundo o linguista, para que, de fato, o ato seja concretizado, é preciso que alguém se aproprie da língua para se marcar como sujeito e, a partir do momento em que esse *eu* se apropria da língua para enunciar, esse sujeito não está mais sozinho: ele implica um interlocutor, um *tu*, em sua enunciação. É nesse contexto que pensamos a enunciação escrita como o resultado da atualização da língua, que, por meio de um aparelho de formas, constrói significado e referência em sua escrita. Junto ao seu interlocutor, ocorre um processo de referir e correferir pelo discurso.

Assim, compreendemos que   por meio dessa interação que locutor e interlocutor ao se apropriarem da língua constroem referência no texto escrito, uma vez que, a referência   a parte integrante da enunciação, pois permite aos interlocutores significarem em seu discurso. Como bem enfatiza Benveniste,

na enunciação, a língua se acha empregada para expressão de uma certa relação com o mundo. A condição mesma dessa mobilização e dessa apropriação da língua é, para o locutor, a necessidade de referir pelo discurso, e, para o outro, a possibilidade de co-referir identicamente, no consenso pragmático que faz de cada locutor um co-locutor. A referência   parte integrante da enunciação (Benveniste, 1989, p. 84).

Para o linguista, locutor e interlocutor referem e co-referem pelo discurso. Isso ocorre porque, a cada instância de discurso, uma situação discursiva é desenvolvida. Podemos pensar na situação discursiva como a situação enunciativa, que envolve o ato da fala ou da escrita. Nesse contexto, o ambiente no qual a enunciação é produzida inclui vários fatores, como o locutor, o interlocutor, o tempo e o lugar, assim como o propósito da comunicação, ao qual os interlocutores estão comprometidos a discutir.

Para esse propósito, é preciso pensar nos recursos linguísticos que cada falante utilizar  durante sua enunciação. Esses recursos, conforme Benveniste, estão disponíveis no sistema formal que toda língua oferece no processo de seleção e organização sintática dos termos para

a construção de referência. Os recursos linguísticos necessários a cada ato são divididos em índices específicos, fundamentais para toda enunciação, e em procedimentos acessórios.

Ao pensar na especificidade da enunciação escrita no texto dissertativo-argumentativo, o locutor-escrevente se submete ao sistema formal da língua para enunciar e construir referência. Isso ocorre porque, ao se apropriar da língua, ele dispõe de um aparelho de formas linguísticas, como já mencionamos anteriormente, e, por meio dos procedimentos específicos (*eu-tu*), esse locutor-escrevente pode construir uma variedade de referências e de sentidos em seu texto para o seu avaliador, o *tu* de sua enunciação. Dessa forma, podemos interpretar que a referência em Benveniste significa o sistema da língua do falante/escrevente, que constrói sentidos a cada ato enunciado/escrito. Ao se apropriar do sistema da língua, o locutor-escrevente constrói sua enunciação por meio de procedimentos acessórios. Conforme Flores (2018), com base no aparelho formal da língua, o locutor constrói um aparelho formal de enunciação a cada vez que enuncia.

Com isso, podemos discutir os procedimentos acessórios da enunciação como todos os recursos que a língua evoca para construir referência junto ao seu interlocutor. Segundo Benveniste (1989), há muitos mecanismos que podem ser tomados como acessórios da enunciação usados para influenciar de alguma forma o comportamento do alocutário. O linguista menciona a intimação, a asserção, a interrogação e as modalidades formais pertencentes aos verbos ou às fraseologias. Na verdade, o que caracteriza cada enunciação é a singularidade que cada sujeito evoca na relação discursiva com seu parceiro. No contexto da enunciação escrita, essa singularidade também ocorre, porém apresenta uma maior complexidade devido, por exemplo, à permanência do texto escrito, que permite ser revisitado várias vezes e exige maior clareza e organização do escritor. Além disso, há a autonomia do texto, uma vez que, no texto escrito, o leitor adquire uma autonomia que lhe permite realizar interpretações independentemente da presença do enunciador. Por esse motivo, a análise precisa ser diferenciada para que a compreensão seja efetivada.

Dessa forma, o texto *O aparelho formal da enunciação* permite-nos refletir sobre a singularidade que a língua evoca no discurso oral e na enunciação escrita, já que, em ambas as situações, o sujeito se apropria do aparelho da língua para construir sua singularidade sintática, na qual evoca os procedimentos acessórios da enunciação para construir a referência em seu texto. Para essa análise, podemos pensar nos procedimentos acessórios como um agenciamento de palavras organizadas no plano da língua para a construção de sentidos.

2.4 O texto escrito sob o aspecto enunciativo: os procedimentos de sintagmatização e a semantização.

Quando pensamos na língua como um sistema, o que vem à nossa mente é a capacidade de comunicação que ela disponibiliza a cada falante que deseja se expressar. Com efeito, o fato de a língua comportar um sistema de signos, no qual cada falante constrói uma rede de significados com base em uma rede de relações, é a condição primeira que nos permite pensar nos estudos que tratam desse fenômeno tão relevante: a noção de língua e enunciação. Essas relações foram objeto de interesse tanto de Saussure (2006) quanto de Benveniste (1991; 1989), para explicar as formas de funcionamento da língua que ocorrem em cada circunstância de uso, nas quais os falantes atualizam sua função linguística para se expressar no discurso e através da escrita. Podemos explicar ainda que essas relações compõem o que Saussure nomeou de relações sintagmáticas e associativas.

Saussure (2006) preocupou-se em analisar essas relações apenas no plano da sintaxe da língua, diferentemente do que Benveniste interpretou ao tratar dessas combinações, pois elas fazem parte do que podemos considerar um "produto da enunciação". Benveniste, ao estudar essas combinações, analisa a sintaxe da enunciação e não apenas a sintaxe da língua já posta no plano semiótico, o das formas. Como bem enfatiza Mello (2012, p. 67): “Para Benveniste, as relações associativas e sintagmáticas de Saussure se dão na e pela enunciação, uma vez que, para ele, existe somente um sistema, o da língua em uso”. As relações associativas pertencem à esfera paradigmática da língua (ao plano virtual), na qual, por meio da memória, cada falante seleciona termos que pertencem a grupos específicos de palavras que irão compor uma rede de relações maior para a organização do discurso ou da escrita. No plano sintagmático, as relações ocorrem de forma linear para a composição de enunciados coerentes.

Nesse contexto, em Benveniste, discutimos a respeito da enunciação nos procedimentos de sintagmatização, que ocorrem pelo ato enunciativo, por situações distintas e por meio de instrumentos necessários a cada atualização linguística. Ao discutir esse percurso, torna-se pertinente contextualizá-lo com base em alguns textos de Benveniste, como, por exemplo, *A forma e o sentido na linguagem*, no qual o linguista faz uma abordagem acerca do semiótico e do semântico como duas noções que pertencem à língua e promovem a linguagem e que, por isso, formalizam o funcionamento da língua. Cada sujeito se comunica com seu interlocutor porque, primeiro, formaliza na língua o objeto de seu discurso e, pela linguagem, significa. Cabe-nos aqui abordar o que Benveniste propõe sobre sua noção de signo linguístico: para ele,

as noções de forma e sentido são o que integra, no discurso/texto, os elementos da língua de que cada sujeito faz uso ao enunciar.

Nessa perspectiva, o modo como Benveniste (1989) discute o signo linguístico, como uma unidade do domínio semiótico que comporta forma e sentido, permite-nos analisar, nesse viés, como cada sujeito integra na língua forma e sentido para a construção de diferentes enunciados linguísticos, como, por exemplo, a produção do texto dissertativo-argumentativo, que demanda do sujeito/autor um conhecimento linguístico-discursivo do tema e adequação à modalidade formal da língua escrita. Para a construção desse tipo textual, o aluno-escrevente dispõe de sua singularidade enunciativa para a criação de enunciados harmônicos. Isso é possível porque, com base em Benveniste (1989, p. 226), “Cada signo entra numa rede de relações e de oposições com outros signos que o definem, que o delimitam no interior da língua. Quem diz ‘semiótico’ diz ‘intralinguístico’. Cada signo tem de próprio o que o distingue dos outros signos”. É nessa conexão entre oposição e reconhecimento que o texto vai sendo costurado e promovendo sentido ao locutor/leitor.

Dessa forma, com o domínio semiótico, entramos no segundo domínio da língua, o semântico, que, conforme explica Benveniste (1989), ocorre através de relações substitutivas, pelas quais o sujeito coloca a língua em ação por meio da construção de frases, que são a “expressão semântica por excelência” (Benveniste, 1989, p. 228). Portanto, ao evidenciar os dois modos de ser da língua — o semiótico e o semântico — que correspondem às relações de forma e sentido, situamo-nos no plano da semantização da língua, que ocorre quando o sujeito atualiza a língua em discurso.

Evidentemente, na construção de textos escritos, a singularidade do sujeito/autor se manifesta, registrando sua capacidade enunciativa na construção de discursos/textos. É por meio da construção de frases que o sujeito exprime seu pensamento e estrutura a ideia de texto, enquanto o sentido vai sendo desenvolvido para preencher um propósito comunicativo. Como explica o linguista,

“este sentido se realiza formalmente na língua pela escolha, pelo agenciamento de palavras, por sua organização sintática, pela ação que elas exercem umas sobre as outras. Tudo é denominado pela condição do sintagma, pela ligação entre os elementos do enunciado destinado a transmitir um sentido dado, numa circunstância dada. Uma frase participa sempre do “aqui e agora”; algumas unidades de discurso são aí unidas para traduzir uma certa ideia interessante, um certo presente de um certo locutor (Benveniste, 1989, p. 229).

Benveniste explica que toda construção linguística depende de uma organização sintática que ocorre no plano sintagmático da língua. Em outros termos, o sentido de um texto/discurso só é possível porque, antes, o sujeito se submete a um agenciamento de termos linguísticos, que permite a construção de significado. Pensar nessa circunstância é compreender que o sentido é elaborado com base na perspectiva e nas experiências do locutor/autor, embora, na escrita, autor e leitor não compartilhem o mesmo momento de interação.

Isso explica o fato de o sujeito selecionar, de forma particular, os signos linguísticos de seu repertório semiótico para a elaboração do texto escrito, como o dissertativo-argumentativo. Para esse tipo textual, é necessário selecionar um léxico adequado à formação de frases, períodos e parágrafos, como sugerem as competências do ENEM, ao exigir, por exemplo, que o candidato utilize um repertório diversificado, empregue recursos coesivos na articulação do texto e atente-se à escrita formal da Língua Portuguesa.

Pensando no contexto de sala de aula, mais especificamente no Ensino Médio, um aluno que escreve uma redação é norteado por um exame aplicado para o ingresso às universidades: o ENEM. Para realizar esse exame, o aluno precisa conhecer os critérios exigidos para a elaboração da prova. Dessa forma, o texto é abordado no contexto do Ensino Médio para trabalhar a compreensão textual e, ao mesmo tempo, direcionar os estudantes à produção textual exigida na redação do exame. Assim, ao ministrar aulas de Língua Portuguesa, o professor buscará desenvolver metodologias que promovam o alcance das competências exigidas pelo ENEM.

À vista disso, pensando no contexto da enunciação, o aluno, por sua vez, considera seu interlocutor imediato, que é o professor, mas também pensa em um outro interlocutor: aquele que irá corrigir sua redação. Desse modo, para atingir os critérios do exame, será necessário que ele tenha conhecimento do manual de competências estabelecido pela prova.

Neste cenário, o professor deve partir do ponto de vista de que, além do conhecimento construído em sala de aula, é essencial que os estudantes se inspirem em outras redações já analisadas e corrigidas pelos avaliadores do exame. Para isso, temos, por exemplo, as redações nota mil, que podem servir como referência para apresentar exemplos concretos aos alunos. No entanto, é preciso ter consciência de que exemplos práticos, por si só, não são suficientes para que os estudantes desenvolvam textos com bons argumentos, uma vez que é necessário que

estejam atualizados por meio de leituras de diferentes obras, as quais os auxiliarão no desenvolvimento da escrita.

Assim, ao selecionar essas redações, o professor poderá trabalhar em sala de aula exemplos de repertório sociocultural, como frases de autores que podem ser usadas como citação, além de propostas de intervenção, entre outros elementos. Dessa forma, ao analisar as redações produzidas pelos alunos, o professor se deparará com uma pluralidade de textos, que precisam ser analisados levando em consideração a singularidade enunciativa construída. Diante desse posicionamento singular, revela-se uma concepção de texto que reflete a expressão particular de cada estudante.

É comum, na construção de textos escritos, assim como no discurso, nos depararmos com situações em que termos que possuem significados opostos se unem e apresentam valores que promovem sentido ao objeto do texto. Benveniste discute sobre a adequação de signos que, fora do discurso, compreendem conceitos contraditórios, mas que, quando submetidos a uma circunstância de uso, passam a apresentar uma definição coerente. “Isso é tão comum que nós nem tomamos consciência; tal o liame entre ‘ter’ e ‘perder’ em ‘eu tenho perdido’, entre ‘ir’ e ‘vir’ em ‘ele vai vir’, entre ‘dever’ e ‘receber’ em ‘ele deve receber’” (Benveniste, 1989, p. 230).

Nesse processo de auxiliação verbal, percebemos a transformação no sentido das palavras quando as agenciamos pelo processo de sintagmatização. Na enunciação escrita, o agenciamento de signos linguísticos é organizado segundo a atitude do sujeito/autor, sempre considerando uma estrutura linear para a promoção de sentido, na qual cada termo linguístico é empregado para expressar uma situação enunciativa para um outro.

Essa discussão sobre o processo de sintagmatização que a língua realiza pode ser relacionada ao texto *Os níveis da análise linguística*, no qual Benveniste (1991) busca discutir os elementos que compõem os termos linguísticos por meio da relação de substituição e segmentação. Nessa relação, que ora ocorre de forma simultânea, o linguista explica que são duas operações que merecem reflexão, uma vez que uma permite a substituição e a outra, a segmentação e a substituição. Esse evento, possível de ocorrer em todo sistema linguístico, é definido por Benveniste para distinguir duas classes de elementos mínimos que ele analisa como dois níveis de análise linguística, o nível fonemático e os traços distintivos.

Nessa circunstância, compreendemos em Benveniste que o nível fonemático se refere aos fonemas, que são as unidades mínimas responsáveis por distinguir significados em uma determinada língua. Evidenciamos isso porque as diferenças entre fonemas promovem a capacidade de diferenciação entre as palavras. Por exemplo, a troca entre os fonemas /p/ e /b/ nas palavras “pato” e “**b**ato” ou “**b**ala” e “**p**ata” altera o significado.

Os traços distintivos, que Benveniste nomeou como merismas, são características fonéticas que diferenciam os fonemas em uma língua, como a sonoridade, o ponto e o modo de articulação. Em português, por exemplo, há a diferença de sonoridade entre os fonemas /p/ e /b/, em que o primeiro é surdo e o segundo é sonoro. Benveniste ainda explica que:

Chegamos assim a distinguir duas classes de elementos mínimos: os que são ao mesmo tempo segmentados e substituíveis, os fonemas; e os que são apenas substituíveis, os traços distintivos dos fonemas. Pelo fato de não serem segmentados, os traços distintivos não podem constituir classes sintagmáticas; mas pelo fato de serem substituíveis, constituem classes paradigmáticas (Benveniste, 1991, p. 134-135).

A condição linguística analisada neste jogo de relações, que Benveniste tenta responder é a condição de sentido, que, conforme Flores (2013) explica, o sentido é alcançado quando o nível superior é efetivado. Dessa forma, temos o fonema que é substituível e segmentável no nível do conjunto dos morfemas, e como constituinte dessa unidade mais alta temos o que integra a palavra, ou seja, do nível fonemático passa-se ao nível do signo, a palavra. A palavra, por sua vez, irá constituir o nível superior da análise linguística, a frase, que por sua vez realiza-se em palavras. Conforme enfatiza Benveniste (1991, p. 138): “A palavra é um constituinte da frase, efetua-lhe a significação; mas não aparece necessariamente na frase com o sentido que tem como unidade autônoma.” A palavra aqui precisa ser encarada em seu nível sintagmático e no sentido que ela promove quando compõe uma frase, que é diferente de uma palavra quando encontra-se isolada em seu sentido literal.

Nesse sentido, Benveniste explica que a frase pode ser compreendida pela predicação devido à sua propriedade de estabelecer uma relação entre o sujeito e o predicado, que é o que promove a comunicação proposicional. Na enunciação escrita, nos deparamos com a análise do nível da frase que o aluno-escrevente organiza ao desenvolver o seu texto. Por meio da frase, estabelece-se uma relação de sentido e realiza-se um ato comunicativo significativo. Assim, a frase pode ser compreendida como um ato enunciativo realizado por um sujeito, e a predicação é a maneira pela qual esse sujeito constrói algo sobre o mundo e estabelece uma conexão entre a vivência do locutor e o sentido proposicional da frase.

Isto posto, ao desenvolver textos escritos, o aluno-escrevente apresenta sentido e referência. Sentido porque cada termo linguístico pensado para compor seu texto está carregado de significado, e referência porque, tratando-se de uma tipologia textual, ele se refere a uma determinada situação comunicativa. A frase, conforme Benveniste, é a unidade do discurso; em outros termos, é a língua em ação. Por isso, há frases que expressam “proposições assertivas, proposições interrogativas, proposições imperativas, que se distinguem por traços específicos de sintaxe de gramática, e se apoiam igualmente na predicação” (Benveniste, 1991, p. 144). Essas três modalidades são, de fato, comportamentos que cada sujeito realiza para interagir com seu interlocutor; é por meio delas que conseguimos identificar a atitude que o locutor deseja transmitir para que a comunicação seja bem-sucedida. Portanto, compreendemos que, no desenvolvimento do texto como discurso, o aluno-escrevente utiliza signos formais para construir frases, por meio das quais a interação será realizada.

Desse modo, evidenciamos que os procedimentos de sintagmatização ocorrem pelo ato enunciativo, mas também é preciso discutir as situações distintas e os instrumentos necessários a cada atualização linguística que o sujeito realiza no processo de interação com seu interlocutor. Para discutirmos esses aspectos, que ocorrem tanto na enunciação falada quanto na enunciação escrita, tomamos como base o texto *O aparelho formal da enunciação*, uma síntese que apresenta uma proposta de reflexão acerca da expressão “enunciação escrita”. Nesse artigo, o linguista sintetiza seu pensamento sobre a enunciação. Em *O aparelho...*, Benveniste explica que “A enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (Benveniste, 1989, p. 83). O linguista demonstra preocupação em esclarecer as condições em que ocorre a enunciação, pois, como ele bem descreve, o que deve interessar à análise linguística é o ato de realização da língua. Essa relação do locutor com a língua é o que determina os caracteres linguísticos que marcam essa interação (Benveniste, 1989).

Assim sendo, Flores (2018) explica o pensamento que Benveniste desenvolve ao conceber a enunciação como um funcionamento da língua, que dispõe, para isso, de um “aparelho” de formas linguísticas. A cada ato enunciativo, esse “aparelho” é atualizado, representando uma nova circunstância de discurso. Logo, para estudar o quadro formal de realização da enunciação, é preciso considerar três momentos indispensáveis, o ato, as situações em que esse ato se realiza e os instrumentos que o tornam possível.

Conforme Benveniste (1989), o ato é o parâmetro principal da enunciação, pois, por meio dele, o sujeito já tem arquitetado em sua mente o que será discutido, isto é, o produto final.

Assim, o ato de o locutor se apropriar da língua pressupõe uma dependência da interação, uma vez que, sempre que se constrói um diálogo, ele é pensado em função do outro, o interlocutor. Nesse sentido, como explica o linguista: “Toda enunciação é, explícita ou implicitamente, uma alocação, ela postula um alocutário” (Benveniste, 2023, p. 84). Independentemente da presença desse alocutário no discurso ou na escrita, uma alocação é sempre construída.

Dessa forma, o ato de enunciação envolve o momento em que o sujeito fala ou escreve e inclui as escolhas de termos linguísticos que ele faz para construir referência junto ao seu interlocutor. Esse ato reflete a subjetividade do sujeito, que é construída pela sua singularidade enunciativa. A enunciação está sempre incluída em um contexto; desse modo, quando pensamos nas circunstâncias em que um ato discursivo ou escrito ocorre, estamos considerando o contexto espacial e temporal em que ele acontece, o que demandará do locutor uma maior ou menor formalidade. Assim, compreendemos que as circunstâncias influenciam a forma e o conteúdo do discurso. A forma está relacionada à estrutura e à formalidade, e o conteúdo faz referência às informações e aos argumentos compartilhados no discurso ou na escrita. Dessa maneira, a circunstância em que ocorre o ato pode ser refletida na enunciação escrita como uma capacidade do aluno-escrevente de estruturar o tipo textual ao grau de formalidade que a situação enunciativa exige. Em uma redação escolar, por exemplo, a tipologia pede uma estrutura e um grau de formalidade que precisam ser seguidos, como o domínio da escrita formal da Língua Portuguesa para que a comunicação seja clara e objetiva.

Além das circunstâncias da enunciação, temos os recursos linguísticos, que se referem às ferramentas que o sujeito utiliza para construir o seu discurso. Ao se apropriar do aparelho formal da língua, o locutor tem como objetivo enunciar; ele faz isso porque o aparelho linguístico dispõe, de um lado, de índices específicos e, de outro, de procedimentos acessórios (Benveniste, 1989). Flores explica que “o locutor constrói um aparelho formal de enunciação a cada vez que enuncia, com base no aparelho formal da língua” (Flores, 2018, p. 404). Aos índices específicos, consideramos aqueles para os quais toda língua reserva um lugar, permitindo que os sujeitos possam enunciar: são os índices de pessoa, marcados pelos pronomes pessoais (eu-tu), para estabelecer uma relação entre o enunciador e o interlocutor do discurso. Em seguida, temos os tempos verbais, os quais situam o discurso no tempo em que ocorrem (presente, passado e futuro), e os dêiticos espaciais e temporais (aqui, ali, agora, hoje...), palavras que dependem da situação enunciativa para definir o seu significado no discurso ou texto escrito.

Os procedimentos acessórios constituem outra categoria linguística que o aparelho formal da língua oferece a cada falante para que sua singularidade enunciativa seja desenvolvida. Para isso, Benveniste (1989) menciona que muitos mecanismos fazem parte desse procedimento e cita alguns a título de conhecimento e compreensão: a interrogação, que é uma enunciação desenvolvida para provocar uma resposta; a intimação, para ordens e pedidos; a asserção, para comunicar uma certeza; a negação; os tipos de modalidades formais, como os modos verbais e a fraseologia (talvez, sem dúvida etc.). De fato, “[...] a enunciação fornece as condições necessárias às grandes funções sintáticas” (Benveniste, 1989, p. 86). Nessa circunstância, os mecanismos aqui citados e pensados por Benveniste são o que caracteriza a enunciação. Em outros termos, a enunciação só é possível porque ocorre numa relação discursiva entre interlocutores que, ao colocar a língua em funcionamento, se apropriam do aparelho de formas linguísticas e constroem o seu discurso/texto.

Portanto, quando pensamos a enunciação escrita a partir do quadro formal exposto por Benveniste em *O aparelho...*, compreendemos que o linguista tenta explicar que a linguagem é empregada tanto na comunicação oral quanto na escrita, uma vez que na enunciação o sujeito pode ser autor ou locutor. O sujeito do enunciado está presente no texto pela representação do “eu” (explícito ou implícito), no entanto, pode ser representado em terceira pessoa como pede, por exemplo, a redação do ENEM.

Na enunciação escrita o enunciador faz uma adaptação de muitas características da enunciação oral como os tempos verbais, onde na escrita os eventos devem ser marcados de acordo com o momento da escrita. Os procedimentos acessórios na escrita, ocorrem por meio dos marcadores discursivos para a organização do texto por meio dos conectores para a coesão e coerência textual, assim como pela pontuação e formatação, garantindo a compreensão e organização para guiar o leitor durante a leitura.

Dessa forma, compreendemos que a enunciação escrita a partir do quadro formal da língua mantém uma relação entre o enunciador do texto e o sujeito da enunciação (a representação do *eu*), buscando situar o discurso no contexto e fazendo as adaptações necessárias para que o texto comunique de forma coesa e coerente.

2.5 Síntese da discussão

Quando buscamos situar a reflexão de Benveniste (1991; 1989) sobre a relação entre linguagem e língua e seus desdobramentos na abordagem do texto, tomamos a Teoria

Enunciativa como uma base teórico-metodológica para a análise da concepção de texto escrito. Entendemos a enunciação escrita como uma prática enunciativa em que o sujeito constrói referência junto ao seu interlocutor por meio da língua-linguagem. No desenvolvimento do texto, o sujeito utiliza sua língua como discurso para expressar sua singularidade enunciativa dentro de um tempo, espaço e contexto específicos. É por meio da língua, composta por um sistema de signos linguísticos, que cada locutor, ao se apropriar desse sistema, constrói sua condição de sujeito na enunciação. Dessa forma, nesta abordagem enunciativa, discutimos alguns dos trabalhos fundamentais do linguista para situar a concepção de língua-linguagem adotada neste estudo.

Dessa maneira, abordamos três momentos essenciais da reflexão teórica de Benveniste. O primeiro refere-se à distinção entre pessoa e não-pessoa, que envolve a subjetividade do sujeito na linguagem. Para Benveniste, os pronomes e o verbo pertencem à categoria de pessoa, pois essas formas refletem a interação entre os sujeitos durante a comunicação, promovendo a intersubjetividade. As categorias “eu” e “tu” existem apenas no momento da enunciação e são compartilhadas pelos interlocutores durante a interação. Já a terceira pessoa, representada por “ele”, é classificada como não-pessoa, ou seja, a face objetiva da língua. Enquanto “eu” e “tu” são categorias essenciais para a enunciação e só existem na troca comunicativa, a terceira pessoa representa a ausência dessa relação direta, indicando alguém ou algo que não está presente na enunciação. A subjetividade da linguagem, segundo Benveniste (1991), manifesta-se no processo de apropriação da língua pelo locutor, que assume a condição de sujeito ao referir-se a si mesmo (“eu”) em seu discurso.

O segundo momento de reflexão diz respeito à distinção entre o semiótico e o semântico, que reflete sobre a unidade do signo linguístico. Para Benveniste (1989), o signo pertence ao domínio semiótico da língua e compreende tanto a forma quanto o sentido. O signo resulta da associação entre uma parte significante e seu significado, formando um termo linguístico. O sentido do signo é definido a partir do uso que os falantes fazem dele, sendo reconhecido intralinguisticamente. Ou seja, o significado de um signo não é fixo, mas determinado pela relação que estabelece com outros signos em um dado contexto discursivo. No domínio semântico, encontramos a língua em ação: seu emprego ocorre por meio das frases, que, por sua vez, são organizadas sintaticamente a partir do agenciamento de palavras que promovem o sentido do discurso ou texto.

O terceiro momento da Teoria Enunciativa de Benveniste é sua formulação sobre o aparelho formal de enunciação, no qual ele define a enunciação como: “A enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (Benveniste, 1989, p. 82). Dessa forma, a enunciação é caracterizada como um ato que permite ao locutor transformar a língua em discurso. Segundo Flores (2013), essa conversão ocorre por meio do agenciamento de formas e sentidos, ou seja, o discurso é construído primeiramente pela forma (estrutura linguística: sujeito, verbo, complemento), que, por sua vez, implica o sentido (referência e contexto). Em síntese, Benveniste concebe o aparelho formal da enunciação como um mecanismo que possibilita a interação entre locutor e interlocutor na construção do discurso/texto, utilizando recursos específicos e acessórios para garantir a realização do enunciado.

Ao pensar o texto escrito sob a perspectiva enunciativa, percebemos que o locutor, ao enunciar, constrói sua singularidade enunciativa à medida que se apropria do sistema da língua para produzir sentido junto ao seu interlocutor/leitor. É por meio da enunciação que o sujeito se posiciona e se define, revelando sua subjetividade. Essa subjetividade manifesta-se nas escolhas lexicais e sintáticas, que revelam a intenção comunicativa do enunciatador. Mesmo na ausência física do interlocutor durante a escrita, a subjetividade permanece presente no texto. Assim, com base no quadro formal de realização da língua, o locutor-escrevente desenvolve um quadro formal de enunciação, pois, ao apropriar-se do aparelho linguístico da língua, ele elabora diferentes tipos textuais conforme as demandas das situações de interação comunicativa.

Nessa perspectiva, a construção da referência na enunciação escrita é inerente a todo discurso. A linguagem desempenha uma função referencial, pois os signos linguísticos são utilizados para indicar ou remeter a objetos do mundo real ou a interlocutores específicos. Ao produzir um enunciado, há sempre uma intenção comunicativa do locutor de referir-se a um interlocutor. Assim, na enunciação escrita, o locutor-escrevente constrói referência ao elaborar gêneros textuais diversos, como uma receita, um artigo científico, uma redação, entre outros. Conforme Benveniste (1989), o locutor-escrevente utiliza um aparelho de formas linguísticas que permite a construção de sentido a cada ato enunciativo por meio da escrita. Ao apropriar-se da língua, ele dispõe desse aparelho linguístico para organizar estruturas sintáticas, e, conforme o tipo textual, o sentido do texto vai sendo construído.

Nesse contexto, quando analisamos o texto escrito sob o aspecto enunciativo, considerando os procedimentos de sintagmatização e semantização, refletimos sobre o uso da língua-linguagem no desenvolvimento textual. Segundo Flores (2013), embora o uso da língua envolva apropriação, atualização, sintagmatização e semantização, este último termo resume todo o trabalho realizado pela língua para a compreensão de sentidos e a construção de referência, ou seja, a conversão em discurso. Ao transformar a enunciação falada em enunciação escrita, o enunciador enfrenta diversas exigências. Durante o processo de produção do texto, o locutor-escrevente trabalha com dois procedimentos fundamentais descritos por Benveniste: sintagmatização e semantização.

A sintagmatização corresponde à organização dos elementos dentro de uma estrutura linear na linguagem. Assim, os morfemas e as palavras são combinados para formar frases e sentenças maiores. Já a semantização diz respeito à transformação da língua como sistema de signos significantes em discurso, ou seja, a partir do uso concreto na comunicação escrita. Dessa forma, a combinação adequada dos elementos dentro de um texto é essencial, pois sua organização influencia diretamente na construção de sentido.

4. ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

4.1. COLETA DO CORPUS, TRANSCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A presente pesquisa é do tipo qualitativa, tendo como *corpus* oito redações de participantes que prestaram o ENEM em 2022, com o tipo textual dissertativo-argumentativo, disponibilizadas on-line por meio de cartilha pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). A publicação da cartilha é intitulada *A redação do ENEM 2023 Cartilha do Participante*. No corpo da cartilha, encontra-se organizado um sumário que arranja as informações sobre a matriz de referência para a redação 2023, com as cinco competências que são avaliadas na redação, e, em seguida, a amostra de dez redações nota mil do ENEM 2022. O intuito da cartilha é oferecer orientações basilares, assim como exemplos de redações que servirão como um direcionamento objetivo para os candidatos que irão prestar o exame nos anos posteriores. Os textos disponibilizados na cartilha atingiram as exigências relativas às cinco competências do exame, sendo selecionados como referência. Além disso, cada texto segue com comentários conforme as correções realizadas pelos avaliadores.

As análises têm caráter qualitativo-interpretativista. A abordagem interpretativista trata-se de um paradigma de pesquisa de lógica indutiva que valoriza a interação intersubjetiva entre o sujeito e o objeto a ser investigado, de modo que, conforme explica Saccol (2009, p. 14), essa abordagem adotada “assume que o que se tem como resultado de uma investigação não são os fatos em si (uma realidade objetiva), mas a interpretação do pesquisador sobre as interpretações dos indivíduos que participam em um determinado fenômeno)”. Assim, ao direcionar a pesquisa para a abordagem interpretativista, buscamos compreender as produções textuais escritas como um fenômeno social que permite ao locutor-escrevente compartilhar de suas perspectivas para influenciar o pensamento das pessoas, fazendo-as refletir sobre a sociedade na qual vivemos.

Respaldamo-nos na abordagem semiológico-enunciativa, conforme Saussure (2006), Benveniste (1989, 1991) e Flores (2013), para analisar como o locutor-escrevente, ao se apropriar do sistema de signos linguísticos, constrói sentido e referência no texto escrito, integrando os domínios sintáticos e semânticos da língua-discurso. Desse modo, a competência do locutor-escrevente, através da produção de texto dissertativo-argumentativo, é discutida pela perspectiva enunciativa, que implica na análise de signos linguísticos, comportando, de um lado, forma e sentido no domínio semiótico, pela correspondência de significante e significado quando é identificado intralinguisticamente, e no domínio semântico, que se configura como o próprio discurso.

Com isso, com base nessa abordagem enunciativa, buscamos analisar, em redações de candidatos que prestaram o ENEM em 2022, os procedimentos de sintagmatização às estratégias de construção de pontos de vista na enunciação escrita. Assim, ponderamos que, pelos procedimentos de sintagmatização, a semantização é construída pelos significados construídos, articulados e expressos no texto, e, sob uma perspectiva semiológico-enunciativa, discutimos como cada autor(a) constrói a sua singularidade sintática.

Desse modo, analisamos como os signos linguísticos são selecionados e organizados para compor frases e estruturas maiores, considerando escolhas paradigmáticas e segmentações. Destacamos, nas análises, que, pela construção do texto escrito, o locutor-escrevente, ao se apropriar da língua como um sistema de signos, dispõe para si de um aparelho de formas linguísticas e, a partir do plano paradigmático formal da língua, pela categoria de escolhas, realiza os procedimentos de substituição e segmentação durante a seleção de signos linguísticos para compor um nível de análise maior: a frase. É por meio de frases que o texto é construído e, com ele, o sentido e a referência.

No aspecto da semantização, avaliamos como os significados são construídos, articulados e expressos no texto, integrando aspectos micro (escolha de palavras e construção de frases) e macro (estratégias argumentativas e agenciamento de signos linguísticos). Com isso, partimos do domínio da língua como um sistema de signos e entramos no domínio da língua como um instrumento de comunicação, cuja expressão é o discurso que se realiza por meio de frases. Frases essas que apresentam diferentes modalidades: construções assertivas, interrogativas, imperativas etc. É por meio dessas modalidades frasais que identificamos a intenção comunicativa do enunciador na redação e a construção de seu ponto de vista sobre os “Desafios para a valorização de comunidades e povos tradicionais no Brasil”.

5. ANÁLISE DOS DADOS

No contexto escolar do Ensino Médio, para a formação geral básica, o professor de Língua Portuguesa precisa desenvolver, nos estudantes, habilidades e competências de acordo com alguns eixos curriculares. Esses eixos objetivam promover uma formação integral, desenvolvendo habilidades cognitivas, sociais, éticas, culturais e emocionais. Para isso, o professor de Língua, além de ensinar práticas de oralidade e análise linguística/semiótica, também trabalha com o eixo da produção textual, a partir de textos escritos e orais. Nessa prática, é preciso desenvolver, nos estudantes, a habilidade de compreender e produzir gêneros e tipos textuais utilizados nos distintos campos de atuação social, como o texto dissertativo-argumentativo, exigido no ENEM.

Para a produção de textos escritos, no ensino de Língua Portuguesa, a preocupação central das escolas está em ensinar o português padrão, para que os alunos desenvolvam a escrita na modalidade formal da língua, visto que o domínio dessa variedade é cobrado no ENEM e nos vestibulares. Com isso, os professores se deparam com a tarefa de preparar esses estudantes para a leitura e a produção de textos na escola. A leitura, por exemplo, é a principal ferramenta para o desenvolvimento do conhecimento. Por isso, torna-se necessário o hábito de leitura de variados textos, que possam ser utilizados em diferentes situações comunicativas e que exijam dos alunos certa fluência linguística, como na produção do texto dissertativo-argumentativo.

Nesse sentido, podemos refletir sobre a responsabilidade de desenvolver uma redação, uma vez que essa prática requer do estudante o domínio de construções linguísticas adequadas para a produção de um texto escrito compreensível e coerente com a proposta do exame. Daí a importância de ensinar e praticar, em sala de aula, habilidades de leitura e escrita de diferentes tipos textuais, além de possibilitar que os estudantes conheçam e se familiarizem com as competências exigidas pelo ENEM, já que o exame avalia a redação com base em cinco competências estabelecidas.

Diante dessas competências, primeiro, é preciso que o locutor-escrevente demonstre domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa; segundo, que compreenda a proposta de redação e aplique conceitos de várias áreas do conhecimento para desenvolver o tema; terceiro, que organize opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista; quarto, que

demonstre conhecimento dos mecanismos linguísticos; e, por fim, que elabore uma proposta de intervenção para o problema abordado no exame (Brasil, 2023).

Com efeito, para desenvolver textos dissertativo-argumentativos, o estudante, por exemplo, precisa ter conhecimento das características e da estrutura desse tipo textual. Por isso, ele deve compreender que a redação segue uma organização estruturada, dividida entre macroestrutura e microestrutura. Do ponto de vista da macroestrutura, esta se organiza em três grandes blocos que se inter-relacionam para a construção de sentido: introdução, desenvolvimento e conclusão. Na introdução, o objetivo é contextualizar a temática para guiar o leitor sob a perspectiva que será desenvolvida ao longo do texto. É nesse bloco que os argumentos serão fundamentados de acordo com o ponto de vista do enunciador, e, por meio desses argumentos, é preciso demonstrar um repertório sociocultural para que a produção tenha mais visibilidade e seja bem avaliada pelo corretor do exame. No desenvolvimento e na conclusão, esses blocos também precisam estar alinhados à tese, garantindo uma argumentação consistente e completa.

Desse modo, para promover a qualidade do texto com uma comunicação coerente e eficiente, o locutor-escrevente busca estabelecer uma relação de harmonia entre os argumentos registrados na escrita. Essa relação entre os raciocínios exige uma concatenação de ideias, ou seja, as informações apresentadas na produção do texto dissertativo-argumentativo precisam ser articuladas a partir de uma sequência lógico-semântica na construção de referência. Logo, é necessário desenvolver uma lógica enunciativa para a construção de sentido na linha de raciocínio do enunciador. Por esse motivo, cada passo estruturado no texto deve estar relacionado ao tema definido, evitando a fuga total do tema ou uma abordagem apenas parcial, como orienta a competência II do exame, que trata do tangenciamento, o qual ocorre quando o locutor-escrevente se baseia apenas no assunto mais amplo do tema proposto (Brasil, 2023, p. 13).

Essa lógica enunciativa, essencial para a produção do texto dissertativo-argumentativo, depende de elementos enunciativos fundamentais para estruturar a redação tanto no plano do discurso quanto no plano da história. No plano do discurso, o locutor-escrevente constrói sua subjetividade no texto, organizando seus argumentos de acordo com seu ponto de vista para se relacionar com seu interlocutor. Nesse tipo de texto, o escrevente se posiciona com a intenção de persuadir e convencer o avaliador sobre a tese que defende. Já o plano da história é marcado pela objetividade, ou seja, os argumentos desenvolvidos no texto devem ter um fundamento

sólido e ser apresentados de forma objetiva, com base no contexto social, histórico e cultural no qual o locutor-escrevente está inserido.

Desse modo, entendemos que a lógica enunciativa que orienta a construção do texto depende sempre desses dois princípios, que permitem a interação entre a subjetividade do locutor-escrevente no texto e a objetividade presente nas informações agregadas ao conhecimento do enunciador ao longo de sua vida. Em Benveniste (1991), no texto *As Relações do Tempo no Verbo Francês*, evidencia-se como o tempo verbal organiza a enunciação, seguindo essa lógica de interação no discurso entre o tempo da história e o tempo do discurso. Para o linguista, a enunciação histórica “trata-se da apresentação dos fatos sobrevividos a um certo momento do tempo, sem nenhuma intervenção do locutor na narrativa” (Benveniste, 1991, p. 259). O tempo histórico, para o linguista, remete ao tempo do acontecimento, no qual não há o envolvimento do locutor. No contexto da redação, esse fato é marcado, por exemplo, quando o locutor-escrevente apresenta seus argumentos para demonstrar seu repertório sociocultural e defender um posicionamento no texto.

Nessa perspectiva, no contexto do ENEM, é preciso compreender que o texto é produzido no âmbito do exame e, portanto, insere-se no plano da história. Dessa forma, dependendo da temática estabelecida para a produção do texto dissertativo-argumentativo, os avaliadores serão responsáveis por analisar o que é apresentado pelo enunciador, verificando se os argumentos são pertinentes ao tema e se os dados e fatos sustentam as ideias discutidas. Por isso, Benveniste (1991), ao relacionar o tempo com o tempo verbal, explica que o tempo verbal serve para organizar a enunciação nos planos da história e do discurso. Ele menciona, por exemplo, que o passado simples é utilizado pelo locutor no discurso para expressar eventos passados e contextualizar o ponto de vista defendido no texto escrito.

No plano do discurso, que pode ser tanto falado quanto escrito, Benveniste (1991) explica que os tempos verbais no presente e no futuro são empregados pelo locutor-escrevente para expressar sua subjetividade e sua relação com a proposta enunciativa. Na redação, o tempo presente é frequentemente utilizado para expressar opiniões e argumentos do enunciador. Assim, é nesse tempo verbal que o enunciador se posiciona e implica o outro na sua escrita, levando-o a interpretar e compreender sua discussão. É por meio dessa dialética que se estabelece a interação no texto entre o locutor-escrevente, a situação enunciativa e a lógica do texto na organização das ideias discutidas.

Nos aspectos microestruturais da redação, são estabelecidos a formalidade no texto, os conectivos que garantem a coesão e a coerência, e outros elementos essenciais para a construção de referência. Esses aspectos complementam a estrutura macroestrutural da redação, promovendo maior clareza na organização de frases e parágrafos para a construção do sentido. Dessa forma, os aspectos microestruturais em um texto dissertativo-argumentativo compreendem todos os elementos relacionados à organização das frases nos parágrafos. Em outras palavras, esses aspectos estão conectados à linguagem e à gramática que estruturam uma língua. À vista disso, os elementos microestruturais na redação incluem o cuidado com a ortografia, a gramática, a concordância verbal e nominal, a regência, o uso adequado dos sinais de pontuação para expressar ideias, a escolha do léxico apropriado — visto que se trata de um texto que exige linguagem formal — e o emprego de conectores e marcadores discursivos, que contribuem para a organização textual.

Outrossim, na proposta do texto dissertativo-argumentativo no exame, são oferecidos ao enunciador textos motivadores que contextualizam a temática abordada, auxiliando na compreensão de determinado problema. Assim, ao tomar conhecimento do tema a ser tratado, o enunciador se depara com textos justapostos em uma relação intertextual, permitindo que interprete e compreenda a contextualização, para, então, defender um ponto de vista sobre a problemática. Os textos motivadores, que remetem ao tema proposto, têm como objetivo orientar a reflexão dos participantes, possibilitando a relação com outras informações de acordo com seu conhecimento e repertório linguístico. Dessa forma, ter ciência das competências exigidas no exame contribui para o desenvolvimento de um texto objetivo e bem estruturado, que será analisado pelos avaliadores.

Nesse contexto, explicamos que o corpus de pesquisa é analisado sob uma perspectiva semiológico-enunciativa da língua/linguagem, com embasamento na teoria enunciativa de Émile Benveniste (1991,1989), na qual, por meio de seus textos, o linguista oferece uma reflexão contextualizada ao abordar aspectos enunciativos da linguagem. A abordagem semiológico-enunciativa nos textos motivadores do exame busca compreender como o sentido é construído por meio da interação entre diferentes signos linguísticos. Observa-se, na proposta de redação, que os textos motivadores incluem materiais jornalísticos, dados estatísticos, opiniões, imagens, citações de especialistas, entre outros elementos.

Por meio do estudo enunciativo, é possível analisar como os textos motivadores promovem sentido, ou seja, constroem significados junto à temática discutida, a partir da

estrutura que os rege e da relação estabelecida entre os elementos. Os elementos linguísticos usados em cada componente textual (linguagem verbal e visual) formam um sistema no qual cada situação discursiva influencia a outra, criando uma articulação entre os discursos apresentados no exame para orientar o locutor-escrevente acerca do tema em questão. À vista disso, podemos destacar alguns elementos que marcam uma análise semiológico-enunciativa nos textos do ENEM, como, por exemplo, a construção de sentido por meio da multimodalidade, com a presença de imagens e gráficos que, junto ao texto, resultam em um sistema semiótico multimodal. Esse fenômeno é evidente, por exemplo, quando um gráfico com dados sobre o analfabetismo dialoga com um texto que enfatiza a importância da escolarização para crianças, jovens e adultos. Ou seja, cada elemento linguístico apresentado contribui para a compreensão e construção do sentido.

Ademais, outro elemento relevante para o enunciador, já mencionado neste trabalho, é a interação com o leitor e a atitude crítica na produção do texto dissertativo-argumentativo, promovida pelos textos motivadores como parte de seu propósito comunicativo. Nesse contexto, há um movimento de integração de sentidos entre os textos dispostos no exame, com o intuito de fazer com que o leitor-escrevente compreenda a discussão do tema. Entretanto, os textos oferecidos podem apresentar pontos de vista divergentes, exigindo do locutor-escrevente uma boa interpretação e reflexão crítica para desenvolver um texto bem articulado e fundamentado. Por isso, é essencial analisar a linguagem implícita do texto, realizando uma interpretação que vá além do sentido literal, explorando o que está subentendido nas informações apresentadas.

Desse modo, os textos motivadores no exame funcionam como uma espécie de guia para estimular no locutor-escrevente uma postura crítica durante a produção do texto escrito. A partir de uma análise enunciativa, identificamos que esses textos oferecem ao enunciador um amplo e variado campo semântico, pois abordam questões sociais, culturais e econômicas, refletindo a relação entre os elementos textuais e contextuais do tema abordado. Além disso, auxiliam na construção da argumentação do enunciador, uma vez que as informações neles presentes podem contribuir para o desenvolvimento de ideias, para a identificação de conflitos e para a percepção de lacunas que precisam ser abordadas e solucionadas em relação à temática.

Assim, por meio de uma análise semiológico-enunciativa, percebemos que há uma relação entre sistemas na disposição dos textos motivadores da redação do ENEM. Essa relação se manifesta na forma como os textos escritos estão organizados na integração do sentido. O

locutor-escrevente demonstra sua compreensão da temática por meio de suas construções linguísticas ao longo da redação. Essas construções expressam seu posicionamento sobre o tema proposto no exame. Dessa forma, o enunciador elabora seu texto dissertativo-argumentativo seguindo a estrutura exigida pelo exame.

Desse modo, a redação do ENEM segue a estrutura do texto dissertativo-argumentativo em que o enunciador deve expor e defender um ponto de vista sobre um determinado tema. Para desenvolver o seu ponto de vista é preciso primeiro ler e interpretar os textos motivadores e com base nos conhecimentos adquiridos ao longo de sua formação, basear-se em argumentos consistentes e apresentar uma proposta de intervenção. Assim, a estrutura recomendada pela redação do exame é que o texto seja estruturado em: introdução, desenvolvimento e conclusão.

A introdução é o parágrafo inicial, no qual o enunciador contextualiza o tema com base em um repertório sociocultural, apresenta sua tese — defendendo um ponto de vista sobre o tema — e menciona dois argumentos que serão desenvolvidos nos parágrafos seguintes. Nos parágrafos do desenvolvimento, esses argumentos são sustentados e aprofundados em relação à tese. Para que as ideias estejam integradas e em conexão com a tese, cada parágrafo do desenvolvimento deve seguir uma estrutura específica. Assim, é necessário apresentar um tópico frasal, introduzindo a questão que será defendida; fundamentar o argumento com um repertório que o valide; detalhá-lo, explicando sua relação com o tema; e, por fim, concluir o parágrafo mantendo a conexão com a tese e facilitando a transição para o próximo parágrafo.

Na conclusão, retoma-se a tese, reafirmam-se os argumentos desenvolvidos ao longo do texto e apresenta-se uma proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Essa proposta deve especificar o agente, a ação, o modo/meio de execução, detalhar como será realizada e apontar o efeito/finalidade esperados. O último parágrafo deve encerrar o texto de maneira clara e decisiva. Ao propor uma solução prática para o problema discutido, o locutor-escrevente precisa esclarecer quem será o responsável pela ação, o que será feito para solucionar o problema, como essa ação será concretizada e qual será o impacto esperado. Nesse momento, ser objetivo é essencial para manter o alinhamento com a tese e garantir a coesão textual.

Para desenvolver um texto bem articulado e alinhado aos critérios avaliativos do exame, conforme os estudos enunciativos de Benveniste (2020; 2023), o locutor-escrevente expressa sua relação com a língua ao se apresentar como sujeito de seu discurso e apropriar-se do sistema linguístico para construir significado. Isso implica que, ao produzir sua escrita, ele se coloca

como sujeito e estabelece referência junto ao seu interlocutor — o avaliador da redação — por meio de mecanismos acessórios de significação. Esses mecanismos, analisados na Competência IV dos critérios avaliativos do exame, referem-se à estruturação lógica e formal entre as partes do texto.

A organização textual exige que frases e parágrafos estabeleçam entre si uma relação que garanta a sequência coerente do texto e a interdependência entre as ideias (Brasil, 2023, p. 19). Dessa forma, a produção do texto dissertativo-argumentativo requer uma estrutura lógica, o que é possível por meio dos elementos enunciativos disponíveis no sistema da língua.

Diante disso, na análise das redações dos participantes do ENEM 2022, buscamos investigar, sob a perspectiva enunciativa e com base nos estudos teórico-metodológicos de Benveniste (1991,1989), como cada locutor-escrevente utiliza procedimentos de sintagmatização para a construção de sentido. O objetivo é compreender de que forma esses procedimentos reforçam o ponto de vista defendido, além de organizar os argumentos de maneira clara e persuasiva. Dessa forma, direcionamos nossa análise para responder aos seguintes questionamentos:

- De que maneira o locutor-escrevente, ao se apropriar da língua como discurso para significar por meio da escrita, organiza os mecanismos de sintagmatização relacionados aos marcadores discursivos, à seleção lexical e à organização sintática no texto escrito?
- De que modo se manifesta a subjetividade do enunciador, por meio dos mecanismos de enunciação empregados nos textos, como o uso de pronomes, tempos verbais e marcas de pessoalidade, revelando a posição do sujeito na enunciação escrita?
- Como os mecanismos da língua permitem ao locutor-escrevente semiotizar e semantizar pela língua escrita na construção de referência?

Destarte, a seguir, seguem as oito amostras de textos escritos desenvolvidos por participantes que prestaram o exame e alcançaram a nota máxima na avaliação. O tema proposto no exame foi sobre os “Desafios para a valorização de comunidades e povos tradicionais no Brasil”. Enfatizamos que a nota atribuída aos participantes no exame, pelos critérios avaliativos dos corretores, não será questionada neste trabalho, uma vez que o nosso propósito está acentuado em analisar os mecanismos de sintagmatização da língua em construções linguísticas de produção de texto escrito, usados para sustentar a perspectiva e a intenção do enunciador locutor-escrevente.

No Brasil, o Artigo 1º da Constituição Federal de 1988 delibera a garantia da cidadania e da integridade da pessoa humana como fundamento para a instituição do Estado Democrático de Direito, no qual deve-se assegurar o bem-estar coletivo. *No entanto, hodiernamente*, não há o cumprimento efetivo dessa premissa para a totalidade dos cidadãos, *haja vista* os empecilhos no que tange à valorização de comunidades e povos tradicionais no país. *Nesse viés*, torna-se essencial analisar duas vertentes relacionadas à problemática: a inferiorização desses grupos bem como a perspectiva do mercado nacional.

Sob esse prisma, é primordial destacar a discriminação contra esses indivíduos no Brasil. *Nesse sentido*, de acordo com o sociólogo canadense Erving Goffman, o estigma caracteriza-se por atributos profundamente depreciativos estabelecidos pelo meio social. *Nesse contexto*, observa-se a maneira como os povos tradicionais, a exemplo dos quilombolas e dos ciganos, sofrem a estigmatização na sociedade brasileira, pois são, muitas vezes, considerados sujeitos sem utilidade para o crescimento econômico do país, uma vez que as práticas de subsistência são comuns nessas comunidades. *Dessa forma*, ocorre a marginalização desses grupos, fato o qual os distancia da valorização no país.

Outrossim, é relevante ressaltar a perspectiva mercadológica brasileira como fator agravante dessa realidade. *Nessa conjuntura*, segundo a obra “O Capital”, escrita pelos filósofos economistas Karl Marx e Friedrich Engels, o capitalismo prioriza a lucratividade em detrimento de valores. *Nesse cenário*, diversas empresas, no Brasil, estruturadas em base capitalista, atuam a partir de mecanismos de financiamento e apoio às legislações que incentivam a exploração de territórios ambientais habitados por povos tradicionais, como a região amazônica, sem levar em consideração a defesa da sociobiodiversidade nessas comunidades. *Desse modo*, há a manutenção de ações as quais visam somente ao lucro no mercado corporativo e são coniventes com processos de apropriação bem como de desvalorização dos nichos sociais de populações tradicionais no país.

Portanto, são necessárias intervenções capazes de fomentar a valorização desses indivíduos na sociedade brasileira. *Para tanto*, cabe ao Ministério da Educação promover a mudança das concepções discriminatórias contra as comunidades tradicionais, por meio da realização de palestras periódicas nas escolas, ministradas por sociólogos e antropólogos, as quais conscientizem os sujeitos acerca da importância desses povos para o país, a fim de minimizar o preconceito nesse âmbito. *Além disso*, é dever do Ministério da Economia impor sanções às empresas que explorem os territórios habitados por essas comunidades, com o intuito de desestimular tais ações. *A partir dessas medidas*, a desvalorização das populações tradicionais poderá ser superada no Brasil.

Texto 1: amostra de texto escrito disponibilizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

No texto escrito, buscamos analisar aspectos enunciativos da linguagem relacionados aos procedimentos de sintagmatização, que estão diretamente ligados à sintaxe, responsável por estudar a estrutura das frases e as relações entre as palavras em um enunciado/texto. Assim, compreendemos que, para a produção do texto escrito, o locutor-escrevente recorre aos procedimentos de sintagmatização como artifícios necessários à combinação de palavras e à formação de sintagmas, que são unidades maiores de significado dentro de uma frase.

É de acordo, por exemplo, com o IV critério de competência elaborado pelo ENEM que o enunciador demonstra seu conhecimento sobre os mecanismos linguísticos necessários à construção da argumentação textual por meio das relações semânticas ao longo do texto, como as “relações de igualdade (assim como, outrossim...), de adversidade (entretanto, porém...), de causa/consequência (por isso, assim...), de conclusão (enfim, portanto...), dentre outros” (Brasil, 2023, p. 20). Assim, discutimos o pensamento de Benveniste (1991; 1989) sobre como o locutor-escrevente desenvolve a sintagmatização na escrita, compreendendo que o sentido é construído por meio da articulação de palavras na composição de frases coerentes, essenciais para a construção de significado no texto escrito.

Isto posto, a sintagmatização em um texto implica duas condições necessárias ao locutor-escrevente. Primeiro, as relações de seleção, que envolvem a escolha de palavras e substituições possíveis dentro de categorias lexicais e gramaticais. Depois, as relações de combinação, que dizem respeito ao agrupamento de palavras ou unidades menores de acordo com as regras sintáticas e gramaticais da língua. A primeira condição faz referência ao eixo paradigmático da língua, no qual o locutor-escrevente realiza escolhas e substituições para alterar o sentido de um enunciado sem comprometer sua estrutura sintática. Conforme explica Benveniste, é por meio dos eixos paradigmático e sintagmático que ocorre a riqueza e a complexidade da comunicação entre os sujeitos.

A redação do enunciador demonstra que ele tem domínio da estrutura do texto dissertativo-argumentativo, pois conseguiu organizá-lo de maneira adequada e construir seus argumentos com justificativas fundamentadas em seu ponto de vista. O tema da redação, “Desafios para a valorização de comunidades e povos tradicionais no Brasil”, é discutido pelo enunciador com propriedade. No primeiro parágrafo, ele apresenta o tema embasado em repertório sociocultural, citando o artigo 1º da Constituição Federal de 1988 para argumentar que, conforme preconiza a Carta Constitucional, não está sendo cumprida a premissa de garantir a cidadania e o bem-estar dos cidadãos — o que se reflete, principalmente, na valorização de comunidades e povos tradicionais no país. Após a tese, o enunciador defende dois argumentos que sustentam seu ponto de vista: primeiro, abordando a inferiorização dos grupos tradicionais; depois, discutindo os desafios impostos pela globalização no mercado nacional.

No segundo parágrafo, destaca-se a discriminação contra os povos tradicionais. O enunciador fundamenta seu argumento com base na perspectiva do sociólogo canadense Erving Goffman sobre a estigmatização desses grupos na sociedade brasileira, relacionando essa

desaprovação à ideia de que são considerados sujeitos incapazes de evoluir. Dessa forma, acabam marginalizados e excluídos do convívio social.

No terceiro parágrafo, o argumento é sustentado a partir da obra *O Capital*, escrita pelos filósofos e economistas Karl Marx e Friedrich Engels, para analisar a perspectiva do mercado nacional. Segundo os autores, "o capitalismo prioriza a lucratividade em detrimento de valores". Assim, é comum que empresas voltadas para o modelo capitalista se preocupem exclusivamente com o lucro, submetendo-se, por exemplo, à exploração de territórios ambientais ocupados por povos tradicionais. Além disso, não há, na maioria dos casos, um apoio institucional efetivo à proteção dos direitos territoriais dessas comunidades.

Na conclusão, são mencionadas duas propostas de intervenção que poderiam ser implementadas por dois agentes distintos: o Ministério da Educação, por meio de ações de conscientização sobre os povos tradicionais para combater o preconceito, e o Ministério da Economia, por meio da aplicação de punições às empresas que exploram os territórios dessas comunidades. As medidas apresentadas têm o propósito de superar a desvalorização dos povos tradicionais no país, proporcionando a essas populações a valorização de sua cultura e garantindo sua sustentabilidade com base no respeito aos seus modos de vida.

Ademais, ao analisarmos a redação do enunciador que prestou o exame, percebemos que, ao se apropriar da língua como discurso para construir significado por meio da escrita, ele organiza mecanismos de sintagmatização na produção do texto dissertativo-argumentativo. Para isso, o escrevente utiliza um conjunto de formas linguísticas que é atualizado no plano virtual da língua a cada construção enunciativa (Benveniste, 1989). Ao verificarmos a escrita da redação, identificamos a rede de relações sintagmáticas na produção de frases e parágrafos, organizadas para desenvolver a tipologia textual e construir referência sobre o tema proposto. No primeiro parágrafo, observamos um importante respaldo proporcionado pela menção ao repertório sociocultural, por meio da citação do artigo 1º da Constituição Federal de 1988. Essa construção linguística foi registrada pelo sistema semiológico da escrita, por meio do qual o locutor-escrevente encontrou formas de organizar sua enunciação.

Nesse contexto, é por meio da organização dos signos linguísticos adequados que os significados vão sendo construídos na escrita. Quando isso ocorre, as relações paradigmáticas e sintagmáticas da língua são acionadas para a representação textual. Assim, cada termo linguístico presente na redação foi organizado por meio de um arranjo que comporta forma e

sentido dentro do domínio semiótico e semântico. Conforme enfatiza Benveniste (1989), a forma e o sentido de um signo linguístico, enquanto unidade do domínio semiótico, estão relacionados ao paradigma da língua, ou seja, à rede de escolhas que, conseqüentemente, necessita do domínio semântico para a concretização da referência no texto escrito. Dessa forma, ao mencionar o artigo 1º da Constituição Federal na introdução, o enunciador parte da unidade mínima de organização da oração, selecionando as unidades semióticas adequadas a partir das regras que governam o uso da língua. Para organizar a frase, foi necessário considerar as relações e oposições que os signos linguísticos desempenham na construção frasal, a fim de formar uma estrutura que expresse sentido.

Nessa perspectiva, como explica Flores sobre as relações de substituição de signos na composição de frases, “o sentido do signo, unidade do domínio semiótico, é definido como o uso que os falantes fazem dele, uso este reconhecido intralinguisticamente” (Flores, 2013, p. 140). O signo, no âmbito semiótico, está associado à dimensão paradigmática pelo conjunto de signos dentro de um sistema que comporta forma e sentido, uma vez que, para ser utilizado no discurso, precisa ser reconhecido entre os sujeitos de uma língua. Ele também se relaciona à dimensão sintagmática.

No domínio semântico, que se associa ao eixo sintagmático da língua, o signo linguístico está vinculado à parte prática da comunicação; em outros termos, trata-se da língua em ação, empregada em contextos específicos para construir e significar enunciados. Dessa forma, é no domínio semântico que ocorre a construção de sentido no argumento usado pelo locutor-escrevente como repertório sociocultural, após a escolha dos termos adequados para referir-se à Constituição Federal de 1988. Por isso, compreendemos que os domínios semiótico e semântico interagem constantemente a cada uso efetivo da língua, seja no sistema semiológico da escrita ou no discurso.

Ademais, dentre os recursos analisados, destaca-se a expressão adverbial dêitica “hodiernamente”, que funciona como um indicativo temporal. O enunciador enfatiza, no texto, que a Constituição não está sendo cumprida na atualidade, especificamente no que se refere à garantia da cidadania e da integridade da pessoa humana. Esse elemento dêítico faz uma remissão ao constituinte discutido anteriormente: a garantia e a integridade da pessoa humana. As formas remissivas dêíticas, conforme Benveniste (1991), funcionam como indicadores de subjetividade. Para o linguista, as dêixis são elementos da enunciação, empregados pelos sujeitos ao se apropriarem da categoria de pessoa (eu-tu). O uso da dêixis nesse contexto é um

recurso linguístico que permite ao interlocutor/leitor compreender que o significado do termo *hodiernamente*, presente no argumento da escrevente, fundamenta a comunicação no aqui e agora da enunciação escrita. Considerando que a temática aborda “a valorização de comunidades e povos tradicionais do país”, é possível perceber que a intenção do enunciador é evidenciar a condição precária que esses grupos enfrentam na contemporaneidade.

Assim, conforme explica Flores (2013, p. 95), “a dêixis para Benveniste não é a propriedade que uma palavra tem de se referir a um objeto no mundo. Ao contrário disso, sua especificidade decorre da contemporaneidade com a categoria de pessoa”. De acordo com o linguista, os termos dêiticos remetem à enunciação no momento em que cada sujeito desenvolve uma instância comunicativa com seu interlocutor. Na enunciação escrita, portanto, o locutor-escrevente dispõe de palavras dêiticas para expressar sua subjetividade e situar seus argumentos de acordo com a situação comunicativa que deseja informar ao interlocutor/avaliador da redação.

Desse modo, ao utilizar a dêixis temporal para atualizar o interlocutor/leitor sobre a situação enunciativa discutida no texto, o enunciador evidencia o momento em que o discurso foi produzido. O termo “hodiernamente” é um advérbio empregado para expressar o tempo presente na escrita. Nesse trecho da introdução, o enunciador situa sua tese no *eu-aqui-agora* do discurso escrito sobre a temática do exame. Por isso, Benveniste (1991) discute que essas formas remissivas dêiticas são contemporâneas da instância de discurso. Ao analisarmos, por exemplo, a categoria de pessoa (relação entre *eu* e *tu* no momento da enunciação), o tempo (quando o discurso ocorre no presente da fala/escrita) e o espaço (o lugar que o locutor ocupa no momento da enunciação), percebemos que esses elementos são construídos no ato de interação. Assim, essas categorias são fundamentais para evidenciar como cada sujeito se inscreve na linguagem para enunciar e expressar sua subjetividade.

Logo, a expressão “hodiernamente” ganha sentido no texto porque expressa a relação que o enunciador constrói ao defender seu ponto de vista, primeiro situando o interlocutor sobre os argumentos apresentados na introdução e a defesa da tese. Em segundo lugar, porque ao se posicionar no discurso escrito, o enunciador evidencia que “agora”, ou seja, no presente momento, as comunidades e povos tradicionais no Brasil não têm garantidos os direitos previstos no Artigo 1º da Constituição Federal de 1988, que trata da cidadania e da dignidade da pessoa humana. Esses fundamentos devem ser fortalecidos pelo Estado para garantir uma

sociedade democrática, na qual os direitos e liberdades dos cidadãos sejam respeitados, assegurando melhores condições de vida para todos.

Para situar o espaço que ocupa no momento da enunciação, o enunciador discute a dimensão geográfica, cultural e social relacionada à temática do exame. Ao abordar o tema “Desafios para a valorização de comunidades e povos tradicionais no Brasil”, proposto no ENEM, o enunciador segue a orientação da prova ao tratar do espaço geográfico brasileiro, no qual esses grupos não são respeitados como cidadãos. Além disso, há empresas que visam apenas o desenvolvimento econômico e se apropriam dos recursos naturais de territórios dessas comunidades sem considerar as consequências dessa exploração para a sociobiodiversidade e o respeito a esses povos. Ao discutir o espaço cultural e social, o enunciador argumenta que grupos como quilombolas e ciganos são estigmatizados em razão de sua identidade, cultura e modos de vida. Diante dessa realidade, a participante propõe soluções, reivindicando medidas de intervenção para que a desvalorização desses povos seja superada.

Ademais, o termo “hodiernamente”, utilizado pelo enunciador, demonstra sua preocupação em construir um texto bem articulado, em conformidade com a estrutura da tipologia textual e as competências avaliadas pelo exame. Para desenvolver um texto dissertativo-argumentativo que contemple essas competências, o locutor-escrevente precisa mobilizar uma série de procedimentos que envolvem tanto aspectos macroestruturais quanto microestruturais do texto. Nesse sentido, o uso do advérbio de tempo para situar o leitor em relação a um fato dentro de um determinado tempo e espaço constitui uma estratégia da participante para encadear as ideias nos parágrafos, demonstrando domínio da modalidade escrita formal da Língua Portuguesa.

Entretanto, é preciso pontuar que escrever textos formais não significa apenas mobilizar recursos linguísticos pouco utilizados na comunicação cotidiana. O uso de certos termos pode soar rebuscado em algumas situações enunciativas, mesmo em textos formais e acadêmicos. Em vez de transmitir a informação de forma clara e objetiva, esse uso pode dificultar a interpretação do leitor/interlocutor. Por essa razão, é fundamental equilibrar as informações construídas no texto com o uso de conectores adequados à situação enunciativa. Na primeira redação analisada, o termo “hodiernamente” foi empregado para situar o avaliador/interlocutor quanto ao que determina o artigo 1º da Constituição Federal de 1988. No entanto, ele poderia ser substituído por alternativas como “atualmente” ou “na época atual” sem comprometer o sentido da sentença.

Desse modo, a partir de uma perspectiva semiológica-enunciativa sobre os procedimentos de sintagmatização, identificamos no texto escrito que, por meio do uso de conjunções e locuções nos parágrafos do desenvolvimento e da conclusão, o enunciador elabora as frases que compõem o texto e integra o produto final: o ponto de vista defendido. Na perspectiva benvenistiana (2020), a frase representa o nível linguístico superior que o sujeito constrói para se comunicar. Conforme explica o linguista, a definição da frase se dá por meio de seus elementos constituintes: ela é composta por palavras que expressam o sentido pretendido pelo sujeito e, por meio dela, a comunicação se efetiva.

Nesse sentido, a frase é compreendida como “uma unidade completa, que traz ao mesmo tempo sentido e referência: sentido porque é enformada de significação, e referência porque se refere a uma determinada situação” (Benveniste, 2020, p. 144-145). Para o linguista, a frase, mesmo composta por unidades menores, constitui o próprio discurso. Assim, conjunções e locuções como: *no entanto, haja vista, nesse viés, sob esse prisma, nesse contexto, dessa forma, outrossim, nessa conjuntura, nesse cenário e desse modo*, utilizadas pelo enunciador para iniciar frases e parágrafos no texto escrito, são as primeiras unidades selecionadas na língua para articular as ideias planejadas. Quando combinadas aos demais enunciados, essas expressões ajudam a construir os argumentos concretos no texto.

Consequentemente, cada termo léxico-gramatical utilizado na organização da frase foi submetido a um agenciamento de escolhas e à organização sintática, que teve início no plano virtual da língua para a estruturação do texto. A locução prepositiva usada para iniciar a frase do segundo parágrafo — *"Sob esse prisma, é primordial destacar a discriminação contra esses indivíduos no Brasil"* — foi o conectivo selecionado para estruturar a construção frasal de defesa do primeiro argumento apresentado na introdução. Por meio dessa frase, podemos analisar como ocorrem as relações de sintagmatização e paradigma, que ajudam a explicar a estrutura e a organização do sentido na sentença. Como já mencionado, a sintagmatização refere-se à forma como as palavras se combinam em uma relação de sentido para formar uma construção específica de discurso. O paradigma, por outro lado, representa um conjunto de possibilidades dentro da mesma categoria gramatical, permitindo ao escrevente substituir uma palavra ou expressão na frase sem alterar sua estrutura nem distorcer seu sentido.

Nesse contexto, na frase *"Sob esse prisma, é primordial destacar a discriminação contra esses indivíduos no Brasil"*, temos que a sintagmatização é a forma como os elementos foram organizados nessa frase. Levando em consideração a gramática tradicional com foco nos

sintagmas, podemos decompor essa frase em seus termos acessórios: sujeito, verbo e objetos para a construção de sentido. Observando as relações sintagmáticas, analisamos a sequência da seguinte forma:

- **“Sob esse prisma”** - É um sintagma que funciona como um adjunto adverbial de modo, onde a locutora-escrevente demonstra a perspectiva que deseja destacar ao se referir a situação enunciativa expressa anteriormente.
- **“é primordial”** - Nessa construção temos um predicado nominal e o verbo “é” é um verbo de ligação que conecta o sujeito implícito (ser primordial realizar tal ação) a qualidade que lhe é atribuída: ser primordial.
- **“destacar a discriminação contra esses indivíduos no Brasil”** - É o complemento verbal (objeto direto) que completa o sentido do verbo destacar.

Quando analisamos a frase por uma perspectiva paradigmática, observamos as alternativas paradigmáticas possíveis de serem realizadas dentro de uma estrutura frasal. Desse modo, algumas palavras dentro da mesma categoria poderiam ser substituídas na frase *“Sob esse prisma, é primordial destacar a discriminação contra esses indivíduos no Brasil”* pelo locutor-escrevente na redação:

- **“Sob”** - (preposição) a escrevente poderia substituir por sob essa ótica, sob esse ponto de vista etc.
- **“Esse”** - (pronome demonstrativo) pode ser substituído por aquele, tal, dependendo da situação enunciada.
- **“prisma”** - (substantivo) pode ser substituído por perspectiva, ângulo ou ótica ou outros substantivos possíveis.
- **“Primordial”** - (adjetivo) pode ser substituído por fundamental, essencial, vital e outros adjetivos relacionados.
- **“Destacar”** - (verbo) pode ser substituído por enfatizar, ressaltar, salientar e com isso dar ênfase ao que se está expressando.
- **“Discriminação”** - (substantivo) pode ser substituído por preconceito, intolerância, segregação ou outros substantivos relacionados.
- **“Contra”** - (preposição) pode ser substituído por outras preposições que indicam oposição ou relação adversa como a favor de, em oposição a, sob, e outros termos relacionados.

- **“Esses”** - (pronome demonstrativo) pode ser substituído por aquele, este, esta ou essas.
- **“Indivíduos”** - (substantivo) pode ser substituído por pessoas, cidadãos, seres humanos como substantivos relacionados.
- **“No Brasil”** - (locução prepositiva) Nesta locução, a participante poderia substituir essa expressão indicando um outro lugar, como no Rio de Janeiro, em Santa Catarina ou no território nacional.

Dessa forma, compreendemos que, no desenvolvimento do texto escrito, o enunciador seleciona e organiza cada constituinte da frase e, com isso, constrói uma unidade completa de sentido e referência. Sentido porque, conforme Benveniste (1991), está relacionado à função semântica dos elementos linguísticos na língua, ou seja, é no ato de escrever e conforme a situação comunicativa que as palavras ganham significado; e referência porque se refere a uma determinada situação comunicativa. Assim, analisamos que o texto foi desenvolvido por meio de um agenciamento sintagmático que envolve signos linguísticos para a composição de frases e parágrafos. Essas frases estão bem articuladas, como sugere a competência IV do ENEM.

Em seguida, no segundo texto escrito, buscamos analisar, na redação, os mecanismos de sintagmatização, reconhecidos como recursos acessórios da língua para a construção de sentido no texto escrito, conforme os estudos de Benveniste (1991; 1989). Com base nesses questionamentos, discutimos a respeito da semiotização e da semantização da língua escrita na construção de referência.

O poeta modernista Oswald de Andrade relata, em “Erro de Português”, que, sob um dia de chuva, o índio foi vestido pelo português — uma denúncia à aculturação sofrida pelos povos indígenas com a chegada dos europeus ao território brasileiro. Paralelamente, no Brasil atual, há a manutenção de práticas prejudiciais não só aos silvícolas, mas também aos demais povos e comunidades tradicionais, como os pescadores. Com efeito, atuam como desafios para a valorização desses grupos a educação deficiente acerca do tema e a ausência do desenvolvimento sustentável.

Diante desse cenário, existe a falta da promoção de um ensino eficiente sobre as populações tradicionais. Sob esse viés, as escolas, ao abordarem tais povos por meio de um ponto de vista histórico eurocêntrico, enraízam no imaginário estudantil a imagem de aborígenes cujas vivências são marcadas pela defasagem tecnológica. A exemplo disso, há o senso comum de que os indígenas são selvagens, alheios aos benefícios do mundo moderno, o que, conseqüentemente, gera um preconceito, manifestado em indagações como “o índio tem ‘smartphone’ e está lutando pela demarcação de terras?” — ideia essa que deslegitima a luta dos silvícolas. Entretanto, de acordo com a Teoria do Indigenato, defendida pelo ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, o direito dos povos originais à terra é inato, sendo anterior, até, à criação do Estado brasileiro. Dessa forma, por não ensinarem tal visão, os colégios fomentam a desvalorização das comunidades tradicionais, mediante o desenvolvimento de um pensamento discriminatório nos alunos.

Além disso, outro desafio para o reconhecimento desses indivíduos é a carência do progresso sustentável. Nesse contexto, as entidades mercadológicas que atuam nas áreas ocupadas pelas populações tradicionais não necessariamente se preocupam com a sua preservação, comportamento no qual se valoriza o lucro em detrimento da harmonia entre a natureza e as comunidades em questão. À luz disso, há o exemplo do que ocorre aos pescadores, cujos rios são contaminados devido ao garimpo ilegal, extremamente comum na Região Amazônica. Por conseguinte, o povo que sobrevive a partir dessa atividade é prejudicado pelo que a Biologia chama de magnificação trófica, quando metais pesados acumulam-se nos animais de uma cadeia alimentar — provocando a morte de peixes e a infecção de humanos por mercúrio. Assim, as indústrias que usam os recursos naturais de forma irresponsável não promovem o desenvolvimento sustentável e agem de maneira nociva às sociedades tradicionais.

Portanto, é essencial que o governo mitigue os desafios supracitados. Para isso, o Ministério da Educação — órgão responsável pelo estabelecimento da grade curricular das escolas — deve educar os alunos a respeito dos empecilhos à preservação dos indígenas, por meio da inserção da matéria “Estudos Indigenistas” no ensino básico, a fim de explicar o contexto dos silvícolas e desconstruir o preconceito. Ademais, o Ministério do Desenvolvimento — pasta instituidora da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais — precisa fiscalizar as atividades econômicas danosas às sociedades vulneráveis, visando à valorização de tais pessoas, mediante canais de denúncias.

Texto 2: amostra de texto escrito disponibilizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

De acordo com as competências dispostas no exame, o enunciador apresenta ter um excelente domínio das convenções da escrita e da estruturação das regras sintáticas impostas pelo sistema da língua. Percebemos que a articulação das frases está em conexão com a composição dos parágrafos no texto. Conforme explica a competência I do exame: “Uma

estrutura sintática convencional pressupõe a existência de determinados elementos oracionais, que se organizam na frase e garantem a fluidez da leitura e a apresentação clara das ideias do enunciador, organizadas em períodos bem estruturados e completos” (Brasil, 2023, p. 12).

Desse modo, o enunciador demonstra que compreendeu a proposta do exame ao estruturar os seus argumentos de forma complexa, ou seja, ele faz uma análise profunda, buscando interpretar e explicar os significados e implicações referentes ao tema. Isso fica evidente no parágrafo da introdução, em que ele aborda a temática fazendo conexões e aplicando outras ideias, oriundas de diferentes áreas do conhecimento observadas ao longo do texto. Para isso, ele apresenta um repertório sociocultural, citando o poema *Erro de Português*, de Oswald de Andrade, para contextualizar a problemática ao leitor acerca dos desafios enfrentados pelos povos silvícolas e demais povos e comunidades tradicionais, que, por meio de uma imposição, foram, desde muito tempo, subalternos aos interesses da elite. Essa prática é reflexo do que teve início com a aculturação sofrida pelos povos indígenas com a chegada dos europeus ao território brasileiro.

Ademais, em sua tese sobre os desafios enfrentados pelas comunidades e povos tradicionais, o locutor-escrevente defende dois argumentos para a valorização desses grupos: “a educação deficiente acerca do tema e a ausência do desenvolvimento sustentável”. Esses argumentos são explorados no segundo e terceiro parágrafos. Diante do cenário apresentado, o enunciador considera como o primeiro fator responsável pelos desafios para a valorização desses grupos a falta de um ensino eficiente que, de fato, evidencie aos estudantes que esses grupos têm os seus direitos garantidos. Desse modo, a escola, ao apresentar essa perspectiva, contribui para a desvalorização e amplia uma visão limitada dos discentes, reforçando a ideia equivocada de que esses povos tradicionais não têm contato com a sociedade moderna e, portanto, desconhecem as tecnologias. Essa concepção de ensino promove uma visão estereotipada e preconceituosa. Além disso, o enunciador traz à tona a luta dos silvícolas pela demarcação de terras, apresentando como respaldo a Teoria do Indigenato, defendida pelo ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, que entende que o direito dos povos originários à terra é inato.

No terceiro parágrafo, o locutor-escrevente discute a ausência do desenvolvimento sustentável nas áreas ocupadas pelas populações tradicionais, destacando a importância de preservar o meio ambiente e contribuir para a sustentabilidade do planeta. No entanto, o que ocorre nessas áreas é a exploração ilegal e impune, promovida por entidades mercadológicas

que visam apenas o lucro, em detrimento da harmonia entre a natureza e as comunidades em questão. Diante disso, as consequências são refletidas quando, por exemplo, os rios são contaminados, prejudicando a cadeia alimentar dos animais e provocando a infecção de mercúrio nos humanos devido à contaminação dos rios pelo garimpo ilegal.

Desse modo, ao articular as ideias de forma lógica e consistente no decorrer dos parágrafos do desenvolvimento, o enunciador contribui para a construção de um texto claro e objetivo. É notório que ele estruturou cada segmento de forma coesa e coerente, o que fica evidente quando sustenta seus argumentos com base em informações plausíveis à temática. Na conclusão, são apresentadas duas propostas de intervenção, de acordo com o IV critério do exame, uma vez que “Propor uma intervenção para o problema apresentado pelo tema significa sugerir uma iniciativa que busque enfrentá-lo” (Brasil, 2023, p. 22).

Nesse sentido, evidenciamos que, a partir de uma perspectiva semiológico-enunciativa na abordagem do texto escrito, desenvolve-se uma relação de interação entre o enunciador do exame (locutor) e quem interpreta (interlocutor). Nesse processo, percebemos o quanto o locutor-escrevente mobilizou mecanismos linguísticos para enunciar e defender o seu ponto de vista na escrita. Pelos procedimentos acessórios, ele organizou os elementos do texto – palavras, frases e parágrafos –, que se relacionam na construção de referência. Os procedimentos acessórios são os mecanismos sintagmáticos que a língua, como um sistema virtual de signos, permite a cada sujeito para construir seu discurso (Benveniste, 1989).

Ademais, para a organização dos mecanismos de sintagmatização no texto escrito, o locutor-escrevente se apropria do sistema virtual da língua para desenvolver o seu repertório linguístico e, para isso, busca apoio nos textos motivadores e no conhecimento construído ao longo de sua formação. Os textos motivadores no ENEM são essenciais para direcionar os participantes na compreensão do tema proposto. Por esse motivo, mesmo possuindo algum conhecimento sobre a temática, o enunciador utiliza as informações oferecidas nesses textos como subsídios para a abordagem de diferentes aspectos, como orientação sobre o tema, contextualização e fonte de informação, além de estimular o pensamento crítico do candidato que se depara com uma temática que, por vezes, é pouco discutida nas escolas.

Desse modo, pelos procedimentos de sintagmatização, o locutor-escrevente organiza seus argumentos no texto dissertativo-argumentativo e, com isso, constrói a sua singularidade sintática. Conforme Benveniste, a singularidade que cada locutor organiza evoca a língua inteira, uma vez que “O ato individual de apropriação da língua introduz aquele que fala em sua fala. Esse é um dado constitutivo da enunciação. A presença do locutor em sua enunciação faz com que cada instância de discurso constitua um centro de referência interno” (Benveniste, 1989, p. 84). O linguista explica a expectativa da subjetividade na linguagem, que ocorre por um ato individual de utilização da língua, permitindo a cada locutor construir o seu discurso a partir de sua perspectiva enunciativa, ou seja, ao se apropriar da língua de forma individual, o enunciador busca adequá-la à situação comunicativa planejada, de acordo com seu conhecimento, intenções e contextos.

Por isso, a subjetividade na linguagem, conforme Benveniste (1989), é o que permite a cada sujeito se inscrever na linguagem como um “eu” locutor que evoca um “tu” interlocutor durante uma interação. A cada ato ocorre uma nova perspectiva linguística, situada em um tempo e espaço definidos pelos interlocutores. Dessa forma, quando o locutor-escrevente se manifesta por meio do texto escrito, ele se apropria da língua e demonstra a sua subjetividade ao expressar seus conhecimentos e ideias acerca do tema proposto pelo exame. Isso é perceptível em todo o texto; no entanto, destacamos alguns trechos da redação para análise, conforme a perspectiva enunciativa de Benveniste.

Desse modo, ao se apropriar do sistema da língua como discurso, o locutor-escrevente mobiliza diferentes mecanismos linguísticos e discursivos para significar. Isso reflete as condições socioculturais e ideológicas às quais ele está inserido. Por essa razão, evidenciamos que o enunciador desenvolve sua subjetividade na escrita da redação ao acionar os mecanismos de sintagmatização organizados na língua. Esses mecanismos são os elementos linguísticos organizados na fala ou na escrita, combinados e estruturados de forma linear para a construção de frases e parágrafos em um texto.

Assim, no segundo parágrafo da redação, observamos como o enunciador utiliza alguns mecanismos de sintagmatização para estabelecer a relação entre as frases e os parágrafos, mantendo uma sequência lógica das ideias discutidas. Desse modo, alguns marcadores discursivos foram organizados no parágrafo pelos termos “*diante desse cenário*”, “*sob esse viés*”, “*a exemplo disso*”, “*entretanto*” e “*dessa forma*”. Do ponto de vista semiológico-

enunciativo, esses marcadores linguísticos foram selecionados estrategicamente como uma forma de estruturar os argumentos e direcionar o leitor para a intenção comunicativa construída.

Como já mencionado anteriormente, nos parágrafos do desenvolvimento, o locutor-escrevente tem como compromisso microestrutural atender-se aos elementos mais específicos do texto para a construção de sentido. Assim sendo, ele seleciona os mecanismos linguísticos que têm conexão e promove uma relação clara entre os segmentos das frases, utilizados para expressar a consequência lógica do que foi apresentado anteriormente neste parágrafo. Outro mecanismo importante está na organização sintática pela construção de frases no texto. As estruturas sintáticas, sejam elas simples ou complexas, são o resultado da intenção comunicativa do locutor-escrevente.

Então, quando analisamos, por exemplo, a primeira oração da introdução em “O poeta modernista Oswald de Andrade relata, em *Erro de Português*, que, sob um dia de chuva, o índio foi vestido pelo português — uma denúncia à aculturação sofrida pelos povos indígenas com a chegada dos europeus ao território brasileiro”, observamos que essa estrutura sintática é complexa porque foi bem elaborada e detalhada, do ponto de vista linguístico e discursivo, evidenciando que o enunciador tem propriedade em seu discurso sobre o tema em questão.

Nesse contexto, observamos que, na primeira oração da introdução da redação, a estrutura sintática é organizada de forma hierárquica, onde a oração principal está interligada às orações subordinadas para explicar a intenção do enunciador. Na estrutura, é possível analisar uma relação semântica quando o locutor-escrevente contextualiza a situação enunciativa sobre “Os povos e comunidades tradicionais no Brasil”. Para isso, ele utiliza um repertório sociocultural pertinente à discussão e, em seguida, dá uma explicação que enaltece seu posicionamento sobre a denúncia à aculturação sofrida pelos povos indígenas.

Desse modo, para construir sentido no texto escrito, é preciso levar em consideração não apenas as estruturas sintáticas, mas também a relação semântica que é construída no decorrer do texto, uma vez que as ideias são organizadas com um propósito comunicativo. Assim, quem escreve organiza argumentos plausíveis para atender à expectativa do interlocutor.

Dessa forma, os recursos utilizados na construção de frases e parágrafos são os mecanismos acessórios que, conforme Benveniste (1989), configuram os recursos sintagmáticos enunciativos promovidos durante a relação entre o locutor (autor da redação) e o

texto escrito, assim como entre o locutor e o interlocutor (avaliador da redação). Esses mecanismos são estruturados no sistema virtual da língua, onde é possível expressar estratégias de argumentação e uso de modalizadores que indicam a intenção comunicativa do enunciador para enfatizar certeza, dúvida ou possibilidade dos argumentos dentro do texto. São os recursos linguísticos que vão apresentar qual o posicionamento do enunciador diante da temática discutida, dentre outros fatores que marcam essa interação linguístico-discursiva na escrita do texto dissertativo-argumentativo.

Desse modo, o locutor-escrevente, via discurso escrito, expõe a realidade, a vivência e as lutas dessas comunidades aos avaliadores da redação. Os aspectos enunciativos, portanto, desempenham um importante papel como mecanismo de interação e informação entre os interlocutores, pois estruturam o discurso, permitindo ao enunciador discutir com seu leitor aspectos sociais, culturais e políticos dos “povos e comunidades tradicionais”.

Conforme Benveniste (1991), entendemos que é no ato da enunciação (no agora) que o candidato desenvolve seus argumentos, abordando as condições de vida e os direitos desses povos que não são valorizados, apontando as lutas que vêm ocorrendo desde a chegada dos portugueses às terras brasileiras. Em seu enunciado (no conteúdo), podemos observar que o enunciador versa sobre a trajetória desses grupos, resgatando suas memórias e tradições, assim como sai em defesa deles ao apresentar uma proposta de intervenção para o reconhecimento e valorização.

Ao abordar, por exemplo, no primeiro parágrafo do desenvolvimento sobre a luta pela demarcação de terras e pelo direito que esses povos originários têm à terra, o enunciador está tratando aqui como o lugar da enunciação, que se refere aos espaços ocupados por esses povos e comunidades tradicionais. É desse ponto de vista que o locutor-escrevente semiotiza e semantiza pela língua escrita. Ele semiotiza os sentidos relacionados ao tema porque, ao se apropriar da língua, mobiliza os signos linguísticos disponíveis em seu repertório para selecionar e articular as palavras nas frases e nos parágrafos do texto. Essas construções atribuem significados específicos ao texto, representando, por meio da escrita, os elementos de seu discurso. E, assim, ele semantiza porque, ao dar significado às suas escolhas linguísticas, estabelece conexões de significação que guiam a interpretação do interlocutor/avaliador na defesa da luta pela demarcação de terras e pelos direitos dos povos originários.

Assim, podemos analisar que o texto é organizado a partir de procedimentos semióticos e semânticos para a significação por meio da escrita. Ao observar, por exemplo, na primeira oração do terceiro parágrafo, a informação: “Além disso, outro desafio para o reconhecimento desses indivíduos é a carência do progresso sustentável.”, indicamos que, do ponto de vista da semiotização, os signos utilizados nessa sentença foram reconhecidos no sistema da língua e selecionados pelo enunciador para a construção da proposição. Por outro lado, quando analisamos na perspectiva da semantização, cada palavra foi organizada pensando no sentido que ela expressa nessa situação comunicativa.

Então, os signos linguísticos são selecionados e reconhecidos como elementos do discurso no momento da enunciação, uma vez que esses signos, pertencentes ao domínio do semiótico, apresentam significação e, portanto, um duplo ponto de vista: o da forma e o do sentido (Benveniste, 1989). De acordo com o linguista, cada signo combina forma (letras e palavras) e sentido (conceito/ideia) na linguagem para a representação no mundo. Desse modo, tudo o que é reconhecido no sistema da língua é interpretado e tem significado. Por isso, durante a escrita, o enunciador faz a escolha pertinente dos termos linguísticos para tentar representar os elementos no texto.

Desse modo, quando o locutor-escrevente semantiza pela escrita, é o próprio discurso que ele constrói, ou seja, é a língua em ação. Esse é o momento em que o enunciador não apenas reconhece o sentido de cada signo utilizado, mas busca contextualizar e ampliar sua compreensão ao longo da redação. Esse processo ajuda na clareza das informações apresentadas ao longo do texto. Como explica Benveniste (1989), a unidade do semântico é a palavra e a palavra, por sua vez, integra a frase, que é a expressão semântica por excelência, já que, conforme o linguista, essa é a forma pela qual nos comunicamos, “mesmo que truncadas, embrionárias, incompletas, mas sempre por frases” (Benveniste, 1989, p. 227). Assim, ao semantizar pela escrita, o enunciador constrói referência porque faz uso de um agenciamento de palavras que organiza sintaticamente para expressar o seu posicionamento na redação.

Portanto, ao construir frases que expressam significados específicos relacionados à temática do ENEM, o enunciador coloca a língua em ação e semantiza pela escrita. Ao colocar a língua em ação, conforme explica Benveniste (1983), o locutor mobiliza mecanismos linguísticos e discursivos da língua-discurso (léxico, sintaxe, gramática etc.), para a organização de suas ideias de forma clara e consistente, por meio de uma linguagem estratégica que apresente informações convincentes ao seu interlocutor/avaliador.

Continuamente, segue a análise da terceira redação, desenvolvida por um enunciador que prestou o exame. Seguem o texto e a análise de alguns aspectos macroestruturais para analisar como cada sujeito, ao se apropriar do sistema virtual da língua, desenvolve a sua subjetividade pela organização de um agenciamento de formas linguísticas para construir sentido e referência no texto escrito.

O poema “Erro de Português”, do escritor modernista Oswald de Andrade, retrata o processo de aculturação dos indígenas durante a colonização do Brasil. Atualmente, no país, ainda existem inúmeros desafios para a valorização de comunidades e povos tradicionais devido, sobretudo, à ineficiência estatal histórica em assistir esses indivíduos e ao desconhecimento, por parte da população, sobre a diversidade e a importância desses grupos.

É necessário destacar, de início, o descaso do Poder Público em assegurar, de maneira efetiva, os direitos fundamentais às comunidades tradicionais. De fato, o Estado, historicamente, negligenciou a proteção de organizações sociais distintas, tais quais ciganos, quilombolas e indígenas e, muitas vezes, legitimou a dissolução da cultura desses povos, prova disso foi, durante o período de Ditadura Militar, a adoção de uma política assimilacionista, isto é, de integração dos povos nativos aos costumes da sociedade citadina como tentativa de extinguir determinadas tradições. Dessa forma, as populações tradicionais são desvalorizadas e, não raro, não reconhecidas pelo Governo, conjuntura que impossibilita seu pleno exercício de dignidade, tendo em vista a dificuldade de acesso a direitos sociais imprescindíveis para seu bem-estar e para a perpetuação de seus saberes ao longo das gerações, necessários para a manutenção de uma identidade coletiva associada ao reconhecimento de sua ancestralidade.

Além da ineficiência do Estado, o desconhecimento dessa diversidade cultural por parte de muitos indivíduos acentua a desvalorização dos povos tradicionais. Notadamente, a invisibilidade de comunidades históricas compromete o desenvolvimento de senso crítico frente à importância dessas organizações sociais para a construção identitária do país, cenário que comprova o pensamento da escritora brasileira Cecília Meireles, em sua obra “Crônicas da Educação”, na qual consigna: a educação é fundamental para a orientação individual, ou seja, para a criticidade nas inúmeras situações da vida social. Conforme esse raciocínio, a sociedade não valoriza devidamente as populações ancestrais e, diversas vezes, segrega essas coletividades por não conhecer sua relevância para a cultura nacional, comprometendo, assim, a manifestação de suas tradições relacionadas ao sentimento de pertencimento e ao modo de viver em harmonia não só com o espaço, mas também com os outros sujeitos.

É imprescindível, portanto, que Estado, aliado à esfera municipal e estadual de poder, proteja, efetivamente, as comunidades tradicionais do Brasil, por intermédio de políticas públicas voltadas para o reconhecimento oficial de povos ancestrais negligenciados, como extrativistas e pescadores, bem como para a promoção de direitos às diversas organizações culturais — com a demarcação de terras indígenas e quilombolas e a visita periódica de agentes do governo que documentem as necessidades de cada grupo —, a fim de proporcionar o exercício de dignidade para esses indivíduos. Urge, também, que a escola possibilite o conhecimento sobre essas populações, mediante palestras e aulas extracurriculares — com profissionais da área de história e de antropologia, que demonstrem a importância dessas comunidades —, com o intuito de incentivar a criticidade dos estudantes sobre a valorização de povos tradicionais.

A abordagem do texto numa perspectiva enunciativa, conforme Benveniste (1989; 1991), pode ser utilizada para estudar como ocorre a relação discursiva entre o locutor-escrevente e o interlocutor-leitor. Dessa forma, compreendemos que é por meio de aspectos semióticos (signos linguísticos) e semânticos (o próprio discurso) que o enunciador constrói sentido no texto escrito. Por isso, ao analisar a terceira redação, identificamos que o locutor-escrevente demonstra seu domínio linguístico-discursivo sobre a temática proposta pelo exame.

Para desenvolver o texto dissertativo-argumentativo, é necessário mobilizar mecanismos da língua para estruturá-lo. É por meio de signos reconhecidos na língua que o enunciador planeja seu projeto de texto e desenvolve seus argumentos, uma vez que, como explica Benveniste (1989, p. 226), “É no uso da língua que um signo tem existência; o que não é usado não é signo; e fora do uso o signo não existe.” Conforme o linguista, o signo, como unidade do semiótico (relação de substituição na cadeia paradigmática), precisa ser reconhecido no sistema da língua para que os interlocutores possam utilizá-lo na fala e na escrita. Para Flores (2013, p. 140), “o sentido do signo, unidade do domínio semiótico, é definido como o uso que os falantes fazem dele, uso este reconhecido intralinguisticamente.” Portanto, na construção do texto escrito, o enunciador faz uso de signos linguísticos a partir de uma rede de escolhas e substituições necessárias para promover a coesão e o sentido.

Desse modo, percebemos que, na escrita, o uso de signos linguísticos foi organizado a partir de um processo de seleção, combinação e substituição necessários para a construção de frases e parágrafos. Essa organização fica evidente ao longo de todo o texto. Por isso, destacamos, ao longo da escrita, alguns tópicos para análise da redação a partir de aspectos macroestruturais.

Nesse sentido, no primeiro parágrafo, o locutor-escrevente, para defender seu ponto de vista sobre “Desafios para a valorização de comunidades e povos tradicionais no Brasil”, apresenta um repertório sociocultural, conforme destacamos a seguir:

O poema “Erro de Português”, do escritor modernista Oswald de Andrade, retrata o processo de aculturação dos indígenas durante a colonização do Brasil.

Na redação, o enunciador, ao abordar aspectos avaliados nas cinco competências do exame, cumpre a Competência II ao fundamentar o tema com um repertório sociocultural, citando o poema do escritor modernista Oswald de Andrade. Essa alusão contribui para a argumentação, pois valida o ponto de vista construído. Ao apresentar um repertório que

contextualiza a situação precária em que se encontram esses grupos e comunidades tradicionais, o enunciador demonstra que, ao longo de sua formação, estudou sobre o tema, tornando seus argumentos pertinentes à discussão.

Ao contextualizar a temática, o enunciador apresenta uma tese e dois argumentos, desenvolvidos nos parágrafos do desenvolvimento. Na tese, defende-se que os desafios para a valorização de comunidades e povos tradicionais no Brasil ainda são evidentes devido a dois fatores: “à ineficiência estatal histórica em assistir esses indivíduos e ao desconhecimento, por parte da população, sobre a diversidade e a importância desses grupos.” Os motivos destacados na tese, que evidenciam o desprestígio de grupos tradicionais, são explicados no segundo e no terceiro parágrafos da redação.

Sobre a ineficiência estatal histórica na defesa das comunidades tradicionais, o enunciador critica o fato de que, ao longo da história, o Estado não tem cumprido seu dever no que diz respeito à assistência e ao apoio a esses grupos. Ou seja, o Estado tem sido negligente, deixando de atender às necessidades básicas dessas comunidades e falhando na implementação de políticas públicas eficazes.

Para validar o primeiro argumento, a candidata fundamenta seu raciocínio ao mencionar que essa prática de não reconhecimento foi intensificada durante a Ditadura Militar, período em que o governo adotou políticas que buscavam assimilar grupos culturalmente distintos aos costumes e tradições da sociedade dominante.

No segundo parágrafo do desenvolvimento, ao discutir o desconhecimento da população sobre a diversidade e a importância desses grupos, o locutor-escrevente explica as razões pelas quais a sociedade tende a desvalorizar as populações tradicionais. Ele destaca que essa desvalorização ocorre porque falta conhecimento sobre a relevância cultural desses grupos. Além disso, enfatiza que essas populações fazem parte da história do país, contribuindo para a diversidade cultural, a identidade nacional e o legado histórico brasileiro.

À vista disso, observamos que o enunciador, ao organizar suas ideias para escrever a redação seguindo o aspecto macroestrutural do texto — com o repertório, a tese, os argumentos e a proposta de intervenção —, desenvolve sua escrita com clareza e objetividade. Isso ocorre porque, ao manusear a língua numa relação de paradigma e sintagma para construir seus argumentos, ele seleciona termos adequados para conferir significado à escrita. Ao produzir o

texto dissertativo-argumentativo, o locutor-escrevente faz escolhas específicas para estruturar seus argumentos dentro do sistema da língua. Para isso, seleciona diferentes signos — palavras, expressões, modalizadores linguísticos etc. — que constituem seu posicionamento.

Para essa organização linguístico-discursiva, o enunciador aciona o sistema virtual da língua, reconhecendo cada termo e refletindo sobre o sentido que ele representará, empregando-o em oposição a outros signos. Ou seja, é pela relação de distintividade entre os signos que a sentença ganha significação. Assim, ao se apropriar do sistema abstrato da língua como um sistema semiótico, ele coloca a língua em ação, construindo seu discurso no plano semântico. Conforme Benveniste (1989), no domínio do semiótico temos o signo linguístico, que pertence a um sistema de relações (a língua), enquanto no semântico, o sentido é construído com base na intenção comunicativa do enunciador para um interlocutor.

Dessa forma, entendemos que esses dois domínios, apesar de apresentarem diferenças, estão interligados no texto. De acordo com Flores (2013), a palavra é a unidade do semântico e encontra sua expressão na frase, sendo definida por uma relação de sintagma e sentido. Benveniste chama essa relação de ideia, afirmando que “o sentido da frase é de fato a ideia que ela exprime; este sentido se realiza formalmente na língua pela escolha, pelo agenciamento de palavras, por sua organização sintática, pela ação que elas exercem uma sobre as outras” (Benveniste, 1989, p. 229). Assim, a língua desempenha o papel de construir significados durante a interação entre os interlocutores, pois cada escolha e relação sintática organizadas no discurso oral ou escrito contribuem para a construção do sentido.

Além disso, outro ponto importante a ser analisado está na conclusão da redação, aspecto que leva o enunciador a atender à Competência V do exame: “Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos” (Brasil, 2023, p. 7). Nessa construção, é apresentada uma solução para o problema discutido, enfatizando que dois agentes precisam agir para garantir que as comunidades tradicionais no Brasil tenham seus direitos assegurados e preservados. Além disso, destaca-se a importância de que a escola possibilite o conhecimento sobre essas populações, permitindo que os estudantes desenvolvam um pensamento crítico sobre a valorização dessas comunidades tradicionais. A conclusão foi desenvolvida seguindo uma organização semiótico-semântica da língua como discurso, por meio da escolha e do emprego de cada termo linguístico para expressar o ponto de vista, a partir da composição de frases e parágrafos na redação.

Conforme Benveniste (1989), o sentido que cada frase expressa pode ser compreendido pelo resultado do agenciamento de palavras, ou seja, na redação do exame, o significado de cada frase está relacionado à ideia que ela transmite no contexto linguístico. No entanto, a referência que uma frase ou parágrafo transmite ao interlocutor está vinculada à realidade discursiva dos interlocutores. Nesta redação, os argumentos foram desenvolvidos seguindo essas duas dimensões: pela construção de frases significativas que expressam sentido e pela organização da referência, quando as ideias são relacionadas a situações concretas. Um exemplo disso ocorre quando o enunciador apresenta um repertório sociocultural para contextualizar a temática e, ao longo do texto, fundamenta os argumentos defendidos na tese. Portanto, na produção da redação, o enunciador constrói sentido e referência por meio de um agenciamento sintagmático de formas linguísticas disponibilizadas pelo sistema da língua.

Continuamente, seguimos com a análise do quarto texto escrito, abordando tanto os aspectos macroestruturais (a organização geral do texto e seus componentes principais) quanto os aspectos microestruturais (a escolha de recursos linguísticos e a construção detalhada do discurso), conforme a teoria de Benveniste.

A Constituição Federal de 1988 foi o primeiro documento que se propôs a se empenhar a contemplar todos os povos existentes no país. No entanto, a concessão do direito ao pleno reconhecimento legal e social limita-se meramente ao segmento normativo, uma vez que, na realidade, indígenas, ciganos, extrativistas e tantos outros grupos de tradição nacional sofrem ataques diários a sua existência. Nesse sentido, há óbices para a valorização de comunidades e povos tradicionais no Brasil, haja vista a negligência do sistema educacional em não difundir integralmente sua cultura e os históricos ataques aos seus territórios.

Em primeira instância, o significativo entranha que causa a desvalorização desses segmentos da sociedade advém da inobservância da educação quanto à pluralidade identitária da nação. Sob esse prisma, a Lei de Diretrizes e Bases, ao instituir a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), determina o conteúdo e as prescrições do que será estudado nas instituições de ensino brasileiro, bem como objetiva promover a inclusão e o respeito por meio do ato de lecionar. Todavia, essa legislação falha, em seu modelo atual, em cumprir seus princípios no que tange a esses grupos tradicionais. O currículo nacional, nessa perspectiva, aborda superficialmente essas comunidades, apresentando materiais escritos que se limitam a tratar de indígenas e de quilombolas. Assim, essa distorção leva a um processo de alienação frente à diversidade cultural brasileira.

Outrossim, as persistentes agressões à integridade territorial dos povos da tradição do país agravam o atual cenário. Nesse contexto, é marcante na história nacional a afronta da expansão econômica diante de terras socialmente ocupadas. A década de 1970, por exemplo, destaca-se pela diminuição de áreas indígenas, em virtude da ampliação de fronteiras agrícolas, em meio às demandas da Revolução Verde. Posteriormente, a construção da hidrelétrica do Rio Xingu foi responsável pela perda de moradia de ribeirinhos. Desse modo, a continuidade desse processo reforça a subvalorização dessas organizações, na medida que são paulatinamente privadas de locais para se desenvolver.

Inferese, portanto, que o Brasil vivencia desafios para valorizar seus grupos tradicionais,

tendo em vista as disfunções educacionais e a ampliação da economia. Isso posto, urge ao Governo Federal, mediado pelo Ministério da Educação, realizar mudança na BNCC, aumentando a abordagem sobre esses povos nas aulas de ciências humanas, de modo a especificá-los integralmente e versar sobre sua cultura. Ademais, cabe ao Ministério do Meio Ambiente realizar sólida demarcação de suas terras de vivência, de maneira a bloquear expansões de mercado que as ocupem, ocorrendo também o monitoramento militar. Assim, as medidas terão o fim de garantir o reconhecimento e o desenvolvimento dessas comunidades.

Texto 4: amostra de texto escrito disponibilizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

O texto desenvolvido pelo enunciador demonstra que ele possui domínio sobre a estrutura de um projeto dissertativo-argumentativo, considerando tanto os aspectos macroestruturais quanto os microestruturais da proposta de redação. Esse domínio envolve o pleno desenvolvimento de argumentos em defesa de uma ideia, seguindo as competências exigidas para influenciar o interlocutor/avaliador. Para construir a redação, o locutor-escrevente não apenas organiza os recursos linguísticos presentes na língua, mas também emprega um agenciamento sintagmático de signos, os quais desempenham funções sintáticas essenciais para a construção de sentido e referência, conforme explica Benveniste (1989).

As grandes funções sintáticas mencionadas pelo linguista referem-se às estruturas construídas no ato da enunciação, como a interrogação, a asserção e a afirmação, entre outras. Essas funções refletem a capacidade do locutor de influenciar, de alguma forma, o comportamento de seu interlocutor por meio dos argumentos produzidos na escrita. Essa abordagem, segundo Benveniste (1989), evidencia a conexão existente entre a gramática, através das estruturas físicas da língua (elementos sintáticos e morfológicos), e a enunciação, uma vez que é por meio desses elementos que os interlocutores constroem seus discursos, considerando a situação enunciativa que compartilham.

Dessa forma, ao analisar esta redação, percebemos que, a partir de uma organização sintática bem estruturada, o enunciador constrói sentido e referência em seu texto. Por isso, destacamos, por exemplo, a introdução para discussão:

A Constituição Federal de 1988 foi o primeiro documento que se propôs a se empenhar a contemplar todos os povos existentes no país. No entanto, a concessão do direito ao pleno reconhecimento legal e social limita-se meramente ao segmento normativo, uma vez que, na realidade, indígenas, ciganos, extrativistas e tantos outros grupos de tradição nacional sofrem ataques diários a sua existência. Nesse sentido, há óbices para a valorização de comunidades e povos tradicionais no Brasil, haja vista a negligência do sistema educacional em não difundir integralmente sua cultura e os históricos ataques aos seus territórios.

Assim, como primeiro aspecto macroestrutural da redação, verificamos que, diante da competência II do exame, que orienta o enunciador a “compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo em prosa” (Brasil, 2023, p. 7), o enunciador utiliza como repertório sociocultural a Constituição Federal de 1988, que garante a preservação dos direitos dos diferentes povos existentes no país. Dessa forma, ele demonstra conhecimento histórico, cultural, social e jurídico sobre os direitos de grupos e comunidades tradicionais.

No entanto, o enunciador destaca que esses direitos não são devidamente assegurados, exemplificando a situação de indígenas, ciganos e extrativistas, que permanecem desprotegidos pela legislação. Na tese, defende-se que há entraves para a valorização desses grupos devido “à negligência do sistema educacional em não difundir integralmente sua cultura e aos históricos ataques aos seus territórios”. O enunciador faz uma crítica à omissão de entidades responsáveis pelo reconhecimento desses povos e desenvolve essa discussão nos parágrafos do desenvolvimento.

A posição defendida pelo locutor-escrevente em seu primeiro argumento está relacionada ao currículo nacional, que não contempla adequadamente o ensino sobre a diversidade cultural no país, limitando o conhecimento dos estudantes sobre os diferentes grupos e comunidades tradicionais. Para fundamentar essa discussão, o texto menciona a legislação educacional (LDB e BNCC) como responsável por direcionar os conteúdos e as diretrizes do sistema educacional brasileiro. No entanto, o enunciador argumenta que essas diretrizes deixam a desejar quando se trata do ensino voltado para essas comunidades, uma vez que o currículo não deve se restringir apenas a conteúdos sobre indígenas e quilombolas.

Em sequência, no segundo argumento, o enunciador aborda os recorrentes ataques aos territórios de povos tradicionais, explicando que isso ocorre por inúmeros fatores, entre eles a expansão econômica. Ele destaca que terras ocupadas socialmente são frequentemente exploradas em benefício de projetos econômicos, desconsiderando os direitos das populações que vivem nesses locais.

Para essa discussão, é pertinente abordar alguns aspectos no campo da enunciação, visto que, como já mencionado, o texto foi construído a partir de uma relação fundamental entre sintaxe e enunciação. À vista disso, compreendemos que cada ato enunciativo desenvolvido pelo enunciador para estruturar a introdução — incluindo o repertório, a tese, os argumentos, a defesa desses argumentos e a proposta de intervenção — compõe o ponto de vista defendido na redação.

Desse modo, conforme Benveniste (2023), em *O aparelho formal da enunciação*, “a enunciação é o ato pelo qual o locutor coloca a língua em funcionamento por um ato individual de utilização, no qual estão implicados locutor e interlocutor.” Em outros termos, compreendemos a enunciação como um ato subjetivo realizado por um locutor que deseja expressar sua intenção comunicativa em um contexto específico.

Nesta redação, o locutor-escrevente desempenha um papel ativo na linguagem para construir sua opinião, que consiste em criticar a desvalorização de grupos e comunidades tradicionais no Brasil. Para isso, ele organiza elementos linguísticos para estruturar cada segmento do texto. Esse é o momento em que o enunciador enuncia, ou seja, sai do plano abstrato da língua para se expressar por meio da escrita, pelo discurso. O repertório sociocultural, por exemplo, representa um ato subjetivo do enunciador, pois revela seu conhecimento histórico, cultural, social e jurídico sobre os direitos não respeitados dessas populações tradicionais.

Nesse contexto, diante dos argumentos apresentados, podemos analisar o posicionamento construído pelo enunciador para compreender a situação discursiva em que o texto foi produzido, seguindo um caminho já trilhado. Para Benveniste (1989), “toda enunciação ocorre quando um locutor se apropria do aparelho formal da língua para enunciar e construir referência ao seu interlocutor.” Para isso, é preciso entender que “na enunciação, consideraremos sucessivamente o próprio ato, as situações em que se realiza, os instrumentos de sua realização” (Benveniste, 1989, p. 83).

Nessa perspectiva, entendemos que, para o linguista, a enunciação é o ato de apropriação da língua por um locutor para construir sentido na fala ou na escrita. Assim, para compreender uma construção discursiva, é necessário analisar o ato realizado pelos falantes, o contexto específico em que esse ato ocorre e os recursos linguísticos utilizados para a construção de frases e parágrafos. Benveniste denomina esses recursos de *índices específicos* (a relação eu-tu) e *procedimentos acessórios*, afirmando que “eles estão ligados à singularidade que cada análise linguística da enunciação evoca, portanto, à língua toda” (Flores, 2013, p. 169).

Na produção de um texto escrito, podemos perceber que o ato da enunciação ocorre quando o locutor-escrevente se apropria do sistema formal da língua para organizar seus argumentos sobre o tema do exame por meio da escrita. Na situação discursiva, o contexto em que a redação se realiza difere da fala, pois locutor e interlocutor não compartilham o mesmo momento da escrita. Isso exige que o locutor ajuste seu discurso de acordo com as necessidades de seu interlocutor.

Quanto aos recursos linguísticos utilizados na produção do texto escrito, esses são empregados na interação entre locutor e interlocutor, permitindo que o locutor mobilize estratégias para dar mais clareza ao texto e facilitar a interpretação e compreensão do leitor.

Dentre os *procedimentos acessórios* na redação, podemos destacar o uso de palavras, pronomes e conectivos, como “no entanto” e “nesse sentido”, empregados no primeiro parágrafo. Além disso, há o uso de expressões sinônimas, como “desses segmentos da sociedade” em substituição a “comunidades e povos tradicionais” e “no país” e “da nação” como equivalentes a “Brasil”, dentre outros. Esses procedimentos contribuem para a articulação dos argumentos e a coesão textual, promovendo a continuidade temática.

Por exemplo, o conectivo “no entanto”, presente na segunda oração da introdução, orienta o leitor para uma ideia discordante daquilo que é assegurado pela Constituição Federal. Já o conectivo “nesse sentido” desempenha a função de retomada das ideias anteriores, permitindo a conexão lógica entre os argumentos. Dessa forma, identificamos que esses recursos são essenciais para guiar o leitor e garantir a interação entre os interlocutores.

Em consequência disso, os *procedimentos acessórios*, conforme Benveniste (1989), fornecem condições ao locutor para a construção de grandes funções sintáticas, e entendemos

que isso pode ocorrer tanto na fala quanto na escrita. Para o linguista, a linguagem é um sistema em funcionamento, no qual cada termo desempenha uma função específica.

Na redação, por exemplo, quando um termo linguístico é selecionado para compor uma frase, ele assume uma função na oração, assim como cada parágrafo desempenha um papel fundamental na construção do sentido e da referência do texto. Dessa forma, cada parágrafo da redação constitui uma unidade que contribui para a construção do sentido global do texto e exerce uma função sintática, como analisamos a seguir:

Na introdução

Função no texto: neste primeiro tópico da redação, o locutor-escrevente tem como papel apresentar o tema e defender uma tese, fundamentando com um repertório sociocultural.

Relação sintática: a construção linguística desenvolvida neste parágrafo desempenha uma função específica, explicando quem será o “sujeito” do texto e o que será discutido nos parágrafos posteriores. Desse modo, o enunciador irá discutir sobre os entraves ainda existentes no que diz respeito aos direitos e valores de povos e comunidades tradicionais, assim como argumentar sobre a “deficiência” do sistema educacional e sobre os ataques aos territórios desses grupos tradicionais.

No desenvolvimento:

Função no texto: é nos parágrafos do desenvolvimento que o enunciador desenvolve os dois argumentos que foram defendidos em sua tese sobre as comunidades tradicionais. Assim, ele detalha e explica o seu ponto de vista sobre o tema para guiar o leitor na compreensão das ideias.

Relação sintática: os parágrafos do desenvolvimento correspondem ao “predicado”, ou seja, é nesse ponto que os argumentos são ampliados, permitindo ao leitor se inteirar sobre os posicionamentos produzidos ao longo do texto. Primeiro, discute-se o desafio enfrentado pela desvalorização das populações tradicionais, destacando que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), ao instituir a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aborda superficialmente as comunidades tradicionais, limitando o ensino apenas aos indígenas e quilombolas e excluindo outras comunidades ancestrais do currículo. No terceiro parágrafo, o enunciador critica o fato de que os povos tradicionais ainda sofrem agressões em seus territórios

devido à expansão econômica e à ocupação de terras para exploração. Esses dois parágrafos estão articulados para deixar o interlocutor bem informado sobre a apreciação desenvolvida no texto.

Na conclusão:

Função no texto: o último parágrafo desempenha a função de finalizar o texto. Isso é feito de forma organizada: retomada da tese apresentada na introdução como forma de relembrar o que foi defendido no início do texto e apresentar as soluções plausíveis, respeitando os direitos humanos, como orienta a competência V do exame.

Relação sintática: Nesse ponto, o locutor-escrevente apresenta o “complemento do texto”, costurando o discurso ao fazer um fechamento com a proposta de intervenção. Nisso são apresentadas duas propostas de intervenção, explicando, quem? O Governo Federal, mediado pelo Ministério da Educação e o Ministério do Meio Ambiente; o quê e como? Realizar mudança na BNCC, para incluir no currículo a abordagem sobre esses povos nas aulas de ciências humanas...”, e realizar sólida demarcação de suas terras de vivência, de maneira a bloquear expansões de mercado que as ocupem...; e qual será o resultado dessa intervenção? A perspectiva é a de garantir o reconhecimento e desenvolvimento desses povos e comunidades tradicionais do Brasil.

Sendo assim, cada parágrafo desempenha uma função sintática essencial para a composição de um texto coeso e coerente. Como explica Benveniste, é por meio de um agenciamento de formas linguísticas que o locutor constrói o seu discurso, e isso ocorre porque “Desde o momento em que o enunciador se serve da língua para influenciar de algum modo o comportamento do alocutário, ele dispõe para este fim de um aparelho de funções” (Benveniste, 1989, p. 86).

Conforme o linguista, todas as formas lexicais e sintáticas utilizadas para produzir as expressões, como interrogação (que suscita uma resposta), intimação (que inclui ordens e apelos) e asserção (que comunica uma certeza), ocorrem no ato da enunciação. Cabe a cada enunciador usar a língua de acordo com a sua necessidade para provocar o seu interlocutor. Nesta quarta redação, percebe-se que a função sintática da asserção é predominante no texto, uma vez que o enunciador apresenta fatos e argumentos bem fundamentados, buscando

persuadir o seu interlocutor/avaliador a reconhecer que o seu posicionamento foi pertinente ao tema e, por isso, merece ser bem avaliado.

Em seguida, abordaremos o quinto texto escrito, no qual discutiremos sobre o aparelho formal da língua para construir significado junto ao interlocutor/avaliador do exame, conforme Benveniste (1989). Em análise à função sintática dos parágrafos, trataremos de examinar os argumentos apresentados pelo locutor-escrevente em cada segmento do texto.

No livro “Ideias para Adiar o Fim do Mundo”, Ailton Krenak critica o distanciamento entre a população brasileira como um todo e a natureza, o que não se aplica às comunidades indígenas. Tal pensamento é extremamente atual, já que não só indígenas como todas as populações tradicionais têm uma relação de respeito mútuo com a natureza, aspectos que as diferenciam do resto dos brasileiros. Com isso, a agressão ao meio ambiente e o apagamento dos saberes ancestrais configuram desafios para a valorização de comunidades e povos tradicionais no Brasil.

Primeiramente, é preciso compreender como a agressão ao meio ambiente fere as comunidades tradicionais. Há séculos esses povos vêm construindo suas culturas com respeito à natureza, tratando-a de forma sustentável. Consequentemente, criou-se nesses grupos uma visão afetiva dos recursos naturais, que se tornaram base para a manutenção de uma identidade característica a cada uma dessas comunidades. No entanto, todos os biomas brasileiros estão sendo constantemente ameaçados, seja pela mineração, garimpo ilegal, desmatamento ou poluição, fatores que têm em comum a priorização de ganho financeiro em detrimento da preservação ambiental. Assim, parte da população coloca em risco o maior patrimônio dos povos tradicionais, a natureza, em busca de recursos naturais que trazem benefício restrito aos agressores, tornando o modo de vida dessas comunidades impraticável. Portanto, com base na importância do meio ambiente para as comunidades tradicionais, causar danos à natureza significa, também, causar danos aos povos em questão.

Ademais, é de grande relevância entender como o apagamento dos saberes ancestrais leva à desvalorização das populações tradicionais. Devido à grande diversidade de povos tradicionais no Brasil, houve, em cada um deles, a criação de um conjunto de conhecimentos, pensamentos, filosofias e linguagens distintas, passado pelas gerações, ditando e mantendo vivo o modo de vida que caracteriza identitariamente cada grupo. Entretanto, essa bagagem epistêmica é muito pouco externalizada, pelo fato de que esses saberes são coletivizados apenas em esferas menores, de forma a manter a ancestralidade dos povos locais apenas entre si. Logo, todo conhecimento produzido nessa perspectiva é desconhecido do grande público, sendo pouco discutido e não fazendo parte da visão de mundo da maioria dos brasileiros. Dessa forma, os saberes dos povos tradicionais são desconsiderados, acarretando na desvalorização de todos esses grupos.

Em síntese, o impacto causado ao meio ambiente e a desconsideração de seus saberes são grandes agentes na desvalorização das comunidades tradicionais. Por isso, cabe ao Ministério do Meio Ambiente proteger os biomas do país, através do endurecimento de punições contra crimes ambientais, com a finalidade de salvaguardar o meio de vida de diferentes povos, tornando possível a manutenção da diversidade cultural brasileira. Além disso, o Ministério da Educação deve promover a discussão sobre os conhecimentos das comunidades tradicionais, por meio da incorporação de conteúdos relacionados a esses povos na grade curricular das escolas, a fim de divulgar a visão de mundo desse grupo, fomentando uma convivência pacífica entre toda a população.

Texto 5: amostra de texto escrito disponibilizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

A análise do texto proposto centra-se na compreensão de *O aparelho formal da enunciação*, conforme as ideias de Émile Benveniste (1989), que destaca a relação entre o locutor e a língua como constitutiva do significado no discurso. Ao abordar a construção de sentido no contexto de um texto dissertativo-argumentativo, é essencial considerar como os diferentes elementos linguísticos, como a sintaxe, os pronomes e os verbos, atuam na formação do ponto de vista do enunciador e na organização das ideias.

Benveniste (1989) argumenta que o discurso não é apenas um meio de transmitir informações, mas também um espaço de interação onde o locutor, ao utilizar a linguagem, posiciona-se em relação ao mundo e ao interlocutor, configurando a sua opinião de forma a gerar uma resposta no receptor/interlocutor. No contexto da redação em análise, a construção de significados ocorre por meio da combinação de funções sintáticas, como a asserção e a interrogação, que atuam na formação do argumento e na solicitação de reflexão por parte do leitor.

Assim, a partir da compreensão da enunciação, é possível identificar como o locutor-escrevente articula suas ideias e defende sua visão acerca dos desafios enfrentados pelas populações tradicionais no Brasil, como destacamos em cada aspecto macroestrutural do texto.

Na introdução

Função no texto: desenvolver o primeiro aspecto macro, anunciando o tema de forma contextualizada, usando de argumentos para reforçar a tese e apresentar o seu ponto de vista.

Relação sintática: desempenhando o papel de “sujeito” do texto, neste parágrafo, o enunciador, estabelece através de argumentos claros e objetivos o que será discutido. Assim, é com base na temática sobre a valorização de povos e comunidades tradicionais, que ele estrutura o texto, alimentando a discussão com um repertório cultural e filosófico do livro “Ideias para adiar o fim de mundo” de Ailton Krenak. Ao citar o livro, o locutor-escrevente faz uma crítica para o fato do distanciamento que ainda ocorre entre a população e a natureza, realidade que não ocorre com os indígenas e as populações tradicionais. Ademais na tese, o enunciador sob dois

argumentos enfatiza que devido à “agressão ao meio ambiente e o apagamento dos saberes ancestrais” é que esses grupos tradicionais não têm o reconhecimento que merecem.

No desenvolvimento

Função no texto: por corresponder ao “predicado” do texto, nesses dois tópicos o enunciador amplia o que foi apresentado na tese, justificando as suas ideias e detalhando ao seu interlocutor as suas justificativas acerca de suas ideias. Logo, a função do predicado no texto é justificar os argumentos, explicar o desenrolar das estratégias planejadas e buscar apresentar fatos e ideias que sustentam os assuntos expressados.

Relação sintática: nos dois parágrafos do desenvolvimento, o locutor-escrevente desenvolve o “predicado” do texto, ou seja, dá continuidade ao que foi apresentado na tese, com explicações bem estruturadas que definem a redação. Cada parágrafo é organizado de forma coerente, iniciando com um tópico frasal que introduz o argumento, seguido de explicações que sustentam a ideia principal. No entanto, observa-se que, apesar da clareza na argumentação, o enunciador não apresenta dados concretos para validar seus argumentos. A inclusão de estatísticas, citações de especialistas, fatos históricos ou documentos oficiais poderia fortalecer a argumentação, tornando-a mais persuasiva. Isso seria particularmente relevante no primeiro argumento, ao demonstrar com dados os danos causados pelo garimpo ilegal, a mineração e o desmatamento à natureza e às populações tradicionais. Da mesma forma, no segundo parágrafo, a apresentação de fontes confiáveis poderia esclarecer a afirmação de que os saberes das populações tradicionais são pouco conhecidos pela sociedade, o que contribui para a desvalorização desses grupos, conforme expresso no trecho: “são desconsiderados, acarretando na desvalorização de todos esses grupos”.

Em vista disso, como explica Benveniste (1989), a cada ato enunciativo, o locutor-escrevente desenvolve argumentos criando um centro de referência interno para apresentar sua posição sobre o assunto. Assim, conforme o linguista, “O ato individual de apropriação da língua introduz aquele que fala em sua fala. Este é um dado constitutivo da enunciação. A presença do locutor em sua enunciação faz com que cada instância de discurso constitua um centro de referência interno” (Benveniste, 1989, p. 84).

No contexto da escrita do texto dissertativo-argumentativo, o locutor-escrevente constrói seu discurso pautado nas cinco competências do exame, estruturando seu ponto de vista

de maneira organizada e revelando ao interlocutor/avaliador sua concepção acerca dos desafios enfrentados pelas populações tradicionais no Brasil.

Esse conjunto de fatores permite ao enunciador expressar sua subjetividade por meio da apropriação da linguagem na enunciação. Dessa forma, na redação, o enunciador estabelece um ponto de vista interno, articulado a partir de sua organização discursiva e compreensão de mundo, com o objetivo de transmitir sua intenção comunicativa de maneira clara e persuasiva.

Na conclusão

Função no texto: o enunciador finaliza a redação retomando a tese na primeira frase do parágrafo, e, em seguida, apresentando dois agentes como encarregados para solucionar o problema discutido no texto.

Relação sintática: nesse aspecto, o parágrafo final corresponde ao “complemento”, pois encerra o que foi introduzido pelo “sujeito” (no primeiro parágrafo) e desenvolvido pelo “predicado” (nos segundo e terceiro parágrafos). Esse é o momento em que o enunciador apresenta o desfecho de suas ideias, alinhando-se à competência V do exame, apontando ao interlocutor quais caminhos podem ser trilhados para solucionar o problema. Assim, ele explica que o Ministério do Meio Ambiente deve proteger os biomas do país, punindo os responsáveis pelos danos ambientais, a fim de garantir a preservação dos grupos tradicionais e manter a diversidade cultural brasileira. Além disso, o enunciador aponta que o Ministério da Educação deve integrar, nos currículos escolares, conteúdos que informem os estudantes sobre os conhecimentos das comunidades tradicionais, incentivando “uma convivência pacífica entre toda a população”. O parágrafo é concluído com uma frase de reflexão, que destaca a importância da identidade e da cultura das populações tradicionais, encerrando o texto de maneira coerente e conectada aos argumentos previamente desenvolvidos.

Com isso, na redação, o locutor-escrevente constrói funções sintáticas, revelando ao interlocutor que, por meio da organização de formas linguísticas, ele desenvolve seu funcionamento mental e social da linguagem. Uma vez que utiliza elementos linguísticos, como pronomes, verbos, artigos etc., o enunciador constrói uma rede de relações para expressar significado no texto. Por isso, ao produzir uma redação, diferentes funções sintáticas são empregadas para influenciar o comportamento do leitor, que, por sua vez, passa a analisar o ponto de vista construído pelo enunciador acerca da temática proposta.

Desse modo, na redação, identificamos que o locutor-escrevente organiza diferentes modos de significação, como a asserção, que representa a função de afirmação no discurso. Temos como exemplo, no repertório: “No livro ‘Ideias para Adiar o Fim do Mundo’, onde Ailton Krenak critica o distanciamento entre a população brasileira como um todo e a natureza...”, pelas informações discutidas nos parágrafos do desenvolvimento, em “No entanto, todos os biomas brasileiros estão sendo constantemente ameaçados, seja pela mineração, garimpo ilegal, desmatamento ou poluição...” e em “Devido à grande diversidade de povos tradicionais no Brasil, houve, em cada um deles, a criação de um conjunto de conhecimentos, pensamentos, filosofias e linguagens distintas, passado pelas gerações...”. Essas ideias assertivas no texto demonstram a capacidade argumentativa do locutor-escrevente em apresentar informações que comunicam uma certeza ao interlocutor/avaliador (Benveniste, 1989).

Além disso, a função sintática interrogativa também foi identificada no texto, embora de forma implícita, promovendo no leitor uma reflexão acerca das questões levantadas nos parágrafos do desenvolvimento e que precisam ser respondidas para o bom direcionamento das ideias. Assim, na indagação “Ademais, é de grande relevância entender como o apagamento dos saberes ancestrais leva à desvalorização das populações tradicionais” e em “Primeiramente, é preciso compreender como a agressão ao meio ambiente fere as comunidades tradicionais”, analisamos que há questões que precisam ser respondidas para que o texto siga coeso e coerente diante das ideias apresentadas em cada argumento da tese. Por exemplo, é necessário entender “por que a natureza é fundamental para as comunidades tradicionais” e “de que forma os saberes ancestrais promovem a desvalorização de populações tradicionais”. Dessa forma, identificamos que, no texto, essa função sintática “é uma enunciação construída para suscitar uma ‘resposta’, por um processo linguístico que é ao mesmo tempo um processo de comportamento com dupla entrada” (Benveniste, 1989, p. 86).

Conforme o linguista, as construções interrogativas desempenham uma intenção comunicativa durante a relação discursiva entre o locutor-escrevente e o leitor do texto. Essas funções sintáticas organizam as estruturas linguísticas a cada ato enunciativo. Por isso, ao enfatizar que a enunciação “é processo de comportamento com dupla entrada”, Benveniste explica que a linguagem é construída juntamente com o outro no processo de interação e, portanto, opera em dois níveis simultaneamente: no nível linguístico e no nível interacional. O nível linguístico está relacionado ao fato de que o locutor-escrevente, ao se apropriar do sistema

formal da linguagem, organiza os elementos gramaticais, sintáticos e semânticos para constituir a enunciação. Já o nível interacional envolve o lado externo da linguagem, ou seja, a adequação do assunto à situação comunicativa na qual os interlocutores estão envolvidos. Assim, a cada ato enunciativo, existe uma conexão entre os sujeitos e o mundo.

Continuamente, ao analisar, na sexta redação, os aspectos macroestruturais, identificamos que o locutor-escrevente constrói sua enunciação por meio da escrita. A partir do momento em que se apropria do sistema formal da língua e estabelece uma relação com o outro – o interlocutor/avaliador do exame –, ele constrói referência (Benveniste, 1989). É pelo processo de apropriação do sistema linguístico que o enunciador desenvolve sua subjetividade e constrói seu posicionamento. Isso ocorre pela organização de diferentes funções sintáticas ao longo da produção da redação. Assim, abordaremos esses aspectos macroestruturais do texto a seguir.

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), a parceria para a garantia do desenvolvimento sustentável é uma das dezessete metas do programa “Agenda 2030”. Nesse viés, urge a problemática dos desafios para a valorização de comunidades tradicionais no Brasil, visto que estas são fundamentais para a manutenção benéfica dos ecossistemas e promovem a sua conservação e preservação. Desse modo, é válido afirmar que a fiscalização inadequada de práticas ambientais ilegais e a baixa efetividade de políticas públicas destinadas aos povos supracitados são responsáveis pela perpetuação do problema.

Convém ressaltar, mormente, que o monitoramento insuficiente de ações ilícitas prejudiciais ao meio ambiente, como o desmatamento e as queimadas, interfere negativamente no cotidiano de populações tradicionais. Nesse sentido, a série “Aruanas” aborda as dificuldades enfrentadas por mulheres que lutam contra esquemas criminosos na Amazônia e que tentam assegurar a segurança e a sobrevivência das comunidades inseridas nesse meio. Fora da ficção, esse cenário retratado reflete uma realidade marcada pela impunidade e insegurança, reforçadas pela inércia estatal no combate e na punição dos criminosos. Logo, os diversos povos ligados à natureza ficam vulneráveis, o que reverbera o descaso governamental com as suas garantias individuais e coletivas.

Ademais, as políticas promovidas pelo poder público para sanar problemas que ameaçam a segurança e a permanência de saberes culturais tradicionais carecem de plena eficiência. Nesse contexto, a Constituição Federal de 1988 estabeleceu a demarcação de terras para os quilombolas, representando um marco institucional na consolidação dos seus direitos. No entanto, as ações previstas encontram barreiras na sua execução relacionadas aos interesses financeiros, à corrupção no sistema e aos métodos obsoletos de promoção da proteção social coletiva. Em suma, é imprescindível que as autoridades competentes tomem as medidas necessárias para solucionar a problemática.

Portanto, a valorização de populações tradicionais brasileiras é dificultada por fatores administrativos e sociais. Então, o Ministério do Meio Ambiente deve criar um programa de combate às práticas ilegais nos ecossistemas, mediante o enrijecimento de punições e o fortalecimento da fiscalização, visando reduzir a impunidade. Além disso, o Ministério da Cidadania deve realizar ações que promovam a segurança das comunidades, através de incentivo à demarcação dos territórios e à atualização da legislação vigente, com o objetivo

de diminuir a violência e garantir a continuidade dos conhecimentos socioculturais. Assim, com essas atitudes, os povos tradicionais serão valorizados no Brasil.

Texto 6: amostra de texto escrito disponibilizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

A análise proposta aborda como o locutor-escrevente utiliza funções sintáticas para construir e expressar seu posicionamento sobre a temática das populações tradicionais no Brasil. Ao longo do texto, observa-se que a produção linguística vai além da simples apresentação de argumentos; ela envolve o agenciamento de formas linguísticas empregadas para estabelecer uma relação de intersubjetividade com o interlocutor, seja por meio da apresentação de fatos e informações concretas ou pela formulação de apelos e críticas.

A partir das ideias de Émile Benveniste (1989), essa análise busca entender como o locutor mobiliza as categorias de pessoa, tempo e espaço para estruturar seu discurso e como as funções sintáticas, como a asserção e a intimação, são fundamentais para a construção de sua subjetividade. Assim, o objetivo é explorar como a língua é utilizada como um meio para articular, sustentar e reforçar as teses e argumentos defendidos, ao mesmo tempo em que se mantém um diálogo com o avaliador e o contexto social da problemática discutida.

Na introdução

Função no texto: embora o tema da redação seja abordado por todos os participantes que prestam o exame, na produção do texto cada enunciador constrói o seu ponto de vista de acordo com o seu conhecimento acerca da temática e do domínio que possui da escrita formal da Língua Portuguesa. Por isso, neste tópico é apresentado ao interlocutor o tema de forma contextualizada, a tese e os argumentos que serão detalhados nos parágrafos seguintes.

Relação sintática: neste parágrafo, o locutor-escrevente introduz o tema central da redação, apontando o “sujeito” da argumentação. Para apresentar ao interlocutor “o quê” será discutido, o enunciador estruturou seu projeto de texto com informações, fatos e opiniões plausíveis à temática. Para isso, ele contextualiza o tema sobre os desafios das comunidades tradicionais com um repertório, mencionando a parceria da Organização das Nações Unidas (ONU) na garantia de um desenvolvimento sustentável como uma das metas do programa “Agenda 2030”. Em sua tese, o enunciador faz uma crítica, apontando os responsáveis pela permanência do problema, como “a fiscalização inadequada de práticas ambientais ilegais e a baixa efetividade de políticas públicas destinadas aos povos supracitados”. No decorrer do texto, o enunciador

discute esses fatores que representam questões administrativas e sociais na luta desses grupos tradicionais.

No desenvolvimento

Função no texto: neste tópico, o locutor-escrevente faz o desdobramento de seus argumentos para discutir sobre o que foi defendido na tese, detalhando e apresentando informações pertinentes a cada argumento. Nesse tópico é abordado como os fatores sociais e administrativos influenciam no modo de vida e preservação de territórios ocupados por comunidades tradicionais.

Relação sintática: desempenhando o papel de “predicado”, nesses parágrafos o enunciador dá continuidade ao assunto, ampliando a discussão do tema acerca do primeiro argumento. A primeira abordagem é feita por meio de uma crítica às práticas ambientais ilegais que não são fiscalizadas como deveriam pelos órgãos governamentais, prejudicando a vida de populações tradicionais. O locutor-escrevente fundamenta essa questão citando a série “Aruanas”, que aborda a luta de mulheres para garantir a segurança e a sobrevivência de comunidades tradicionais em seus territórios.

Em seguida, discute-se as políticas públicas desenvolvidas pelo governo, que atuam com ineficiência diante da “segurança e a permanência de saberes culturais tradicionais”. O enunciador enfatiza que, mesmo a Constituição Federal de 1988 reconhecendo os direitos desses povos e estabelecendo, por exemplo, a demarcação de terras para os quilombolas, há um entrave para que a lei seja cumprida, uma vez que interesses econômicos enfraquecem a proteção desses grupos tradicionais. No entanto, é destacado que é dever das autoridades agirem conforme a lei para solucionar o problema.

Na conclusão

Função no texto: o locutor-escrevente conclui o texto, produzindo uma estrutura coerente ao interlocutor/avaliador, retomando a tese que foi apresentada na introdução e apontando dois agentes para solucionar a problemática discutida ao longo do texto.

Relação sintática: é nesse momento que o enunciador expõe o “complemento” do texto. Neste tópico, ele defende que a solução para que as populações tradicionais tenham seus direitos respeitados e garantidos é o Ministério do Meio Ambiente criar um programa que fiscalize e

penalize as práticas ilegais nos ecossistemas, assim como o Ministério da Cidadania promover ações de proteção e valorização das populações tradicionais no Brasil, promovendo a segurança para reduzir a violência, incentivando a demarcação de territórios e garantindo o direito à terra e à manutenção dos modos de vida desses grupos. Além disso, o enunciador destaca a importância de atualizar a legislação vigente para fortalecer as medidas de garantia da proteção e do reconhecimento dos direitos dessas comunidades. Diante desses argumentos, entendemos que essa abordagem é uma forma que o candidato encontrou de discutir a importância das contribuições históricas e culturais que esses grupos tradicionais têm para o Brasil.

Desse modo, analisamos que, no processo de construção linguístico-discursiva da redação, o locutor-escrevente se apropria do sistema da língua para expressar sua subjetividade no momento do exame e direcionar seu discurso ao avaliador do texto. Conforme Benveniste (1989), o discurso é a manifestação da enunciação, que ocorre a cada ato, e a situação discursiva é o que vai determinar as estruturas linguísticas adequadas ao uso. Para a produção de um texto escrito, por exemplo, o enunciador se apropria do sistema linguístico e, ao propor uma relação discursiva com um parceiro — seu interlocutor/avaliador —, ele constrói referência na redação, apresentando sua opinião. Isso é possível porque, nessa relação de interação entre quem escreve e quem lê, o enunciador produz funções sintáticas que concretizam suas ideias no texto.

Assim, é possível analisar que, para a produção da redação, o enunciador organiza um agenciamento sintagmático de formas linguísticas para se expressar e construir significado para seu interlocutor. Em *O Aparelho Formal da Enunciação*, Benveniste (1989) aborda a enunciação a partir de um quadro formal de realização, no qual, a cada conversão da língua em discurso, os interlocutores dependem de um aparelho de funções. Conforme o linguista, para a concretização da enunciação, é preciso levar em consideração três situações: o ato, que está relacionado à intersubjetividade na relação entre locutor e interlocutor no discurso e ao processo de apropriação, que introduz o locutor quando este se apropria da língua e a efetua em uma situação enunciativa; as situações em que ocorre o ato, que correspondem à referência; e os instrumentos de realização da enunciação, que ocorrem pelos índices específicos e pelos procedimentos acessórios.

Desse modo, como explica Aresi (2011, p. 8), os índices específicos e os procedimentos acessórios constituem “o próprio aparelho formal da enunciação, um mecanismo total constituído de índices específicos e de procedimentos acessórios. Assim, o locutor, a cada vez que se apropria do ‘aparelho formal da língua’, através de tais índices e procedimentos, constrói

um ‘aparelho formal da enunciação’”. Conforme Benveniste (1989), os índices específicos que toda língua evoca são as categorias de pessoa, tempo e espaço, representadas a cada ato enunciativo que o locutor promove para a construção de referência. Essas categorias são compreendidas pelo linguista pelo que ele chama de “eu-tu-aqui-agora”, que definem uma situação enunciativa.

Desse modo, os índices específicos na perspectiva de Benveniste, marcados pelas categorias de pessoa, tempo e espaço, são responsáveis por estruturar um discurso e permitir ao locutor que expresse sua subjetividade. Nesta sexta redação, podemos analisar que, pela categoria de pessoa (relação eu-tu), o enunciador expressa certa impessoalidade, uma vez que os argumentos são apresentados de forma objetiva, narrados em terceira pessoa, como em “Desse modo, é válido afirmar...” e na estrutura “Convém ressaltar, mormente, que o monitoramento...”. Nesses dois trechos, o locutor expressa um discurso indireto, ou seja, seu posicionamento está implícito.

Ademais, observamos que, nas estruturas “urge a problemática dos desafios...” e “é imprescindível que as autoridades competentes...”, o enunciador, por desenvolver um texto com base em fatos, referências concretas e argumentos claros que fundamentam seu ponto de vista, expressa uma objetividade minuciosa, demonstrando ter domínio da temática e, por isso, ser capaz de fazer uma análise e argumentar sobre ela.

As marcas de temporalidade presentes no texto são evidenciadas pelo uso do presente para expressar uma relação com o passado e o futuro, em que o locutor-escrevente busca destacar, por exemplo, ações históricas que não foram efetivadas para garantir os direitos das comunidades tradicionais no Brasil, considerando o que pode ser solucionado atualmente. Observamos essa relação na sentença no presente: “urge a problemática dos desafios para a valorização de comunidades...”. Essa proposição mostra que o enunciador apresenta o tema da redação como atual, ressaltando a importância dos desafios enfrentados, sem limitar esses desafios a um momento específico.

A oposição entre passado e futuro é marcada quando o enunciador cita a Constituição Federal de 1988 para explicar que ações previstas para garantir direitos e proteção não estão sendo efetivadas como deveriam. Também é possível analisar, no parágrafo da conclusão, que o enunciador menciona um futuro implícito ao propor como uma das soluções para o problema que “o Ministério do Meio Ambiente deve criar um programa de combate às práticas ilegais nos ecossistemas...”. Nesta frase, o locutor-escrevente impõe ao governo uma ação e, pelo uso

normativo do verbo “deve”, indica uma ação esperada para ser concretizada no futuro.

Ademais, a categoria de espaço é apresentada na redação de forma ampla, uma vez que o tema discutido no exame trata das comunidades tradicionais no Brasil. Logo, a discussão construída pelo locutor-escrevente faz menções ao Brasil e, de forma específica, à Amazônia, referenciada pela série *Aruanas*, citada no segundo parágrafo do texto para fundamentar o primeiro argumento da tese. Assim, o espaço mencionado no texto é utilizado para informar o leitor sobre as condições precárias das comunidades tradicionais, bem como sobre o contexto cultural, territorial e ambiental em que estão inseridas. Portanto, essas categorias de pessoa, tempo e espaço, segundo Benveniste (1989), são empregadas no discurso com o objetivo de situar o locutor e o interlocutor no ato enunciativo, garantindo que a comunicação seja, de fato, contextualizada e compreensível.

Os procedimentos acessórios da enunciação, que integram o aparelho formal, podem ser definidos como um agenciamento de formas linguísticas que cada locutor organiza ao se servir da língua para enunciar (Benveniste, 2024). Conforme explica Aresi (2011), quando um locutor se serve da língua para enunciar, significa que a linguagem oferece ao sujeito uma estrutura organizada de recursos linguísticos que são utilizados para a produção de sentido a cada ato enunciativo. Por isso, a partir do momento em que o locutor toma a língua para enunciar, ele semantiza, ou seja, “é a conversão total da língua em discurso e a constituição do sentido a partir da escolha e do agenciamento das formas por um locutor no uso efetivo da língua” (Aresi, 2011, p. 12). Dessa forma, a língua só possui existência quando é ativada pelos sujeitos, e toda construção linguística está subordinada ao uso que os sujeitos fazem dela para construir sentido.

Na redação, identificamos que, para o desenvolvimento de cada parágrafo, o locutor-escrevente, ao se apropriar da língua, dispôs de um aparelho de funções linguísticas, por meio do qual foi possível organizar o texto a partir de estruturas formais e de seu posicionamento a respeito das principais causas da desvalorização das comunidades tradicionais no Brasil. Nesse contexto, a cada mobilização da língua, o enunciador ativa o aparelho de funções linguísticas e arranja diferentes funções sintáticas no nível macroestrutural dos parágrafos.

Desse modo, diante das principais funções sintáticas, identificamos nos parágrafos da introdução e do desenvolvimento que a função da asserção aparece como núcleo principal dos argumentos, por meio de discursos fundamentados que validam a discussão construída. No parágrafo da conclusão, o enunciador produz funções de intimação ao fazer um apelo aos órgãos governamentais para a solução da problemática, como em: “Então, o Ministério do Meio Ambiente deve criar um programa de combate às práticas ilegais nos ecossistemas...” e “Além

disso, o Ministério da Cidadania deve realizar ações que promovam a segurança das comunidades, através de incentivo à demarcação dos territórios...”.

Essas construções linguísticas marcam a relação do enunciador com a língua, e essa relação, conforme Benveniste, é o que determina os caracteres linguísticos adequados à enunciação. Ou seja, o que marca a relação do locutor com a língua são “todos os caracteres do enunciado, uma vez que todos eles fazem parte do processo de agenciamento sintagmático e cumprem uma função nessa organização, a cada vez singular. A própria escolha lexical é uma marca de subjetividade, o próprio recurso prosódico também o é” (Aresi, 2011, p. 12).

Isto posto, na escrita da redação, o enunciador constrói sua singularidade sintática pela seleção de signos adequados na construção de frases e parágrafos para expressar seu posicionamento. Seguidamente, sobre os aspectos macroestruturais da sétima redação, buscamos analisar, do ponto de vista enunciativo, conforme Benveniste (1989; 1991), o texto escrito como as duas maneiras pelas quais o locutor-escrevente executa sua língua na forma e no sentido, por meio dos aspectos semióticos e semânticos da língua como discurso na construção de referência.

Na música “Imagine”, de John Lennon, é retratada uma sociedade que se une, apesar das diferenças culturais, a fim de alcançar a felicidade. Assim como na obra, fora da canção, a harmonia social é imprescindível para o desenvolvimento de uma nação. Contudo, no Brasil, desafios como a negligência estatal, somada à presença de um ideário colonial no pensamento coletivo, prejudicam a valorização das comunidades e dos povos tradicionais, impedindo a concretização dessa união. Desse modo, torna-se fundamental a atuação do Estado para solucionar esse óbice.

Diante disso, é válido analisar, primeiramente, a improficuidade estatal perante o cumprimento dos benefícios normativos. Nesse sentido, segundo a Constituição Federal de 1988, todo cidadão brasileiro possui o direito à educação, cabendo ao Estado a sua efetivação no corpo social. Todavia, percebe-se, na realidade, que esse preceito não é difundido por completo, haja vista que, em virtude da escassa mobilização governamental referente à promoção de campanhas educacionais sobre as distintas comunidades tradicionais que residem no Brasil, diversas pessoas desconhecem a importância desses povos para a nação, a exemplo da utilização do conhecimento indígena para a preservação das florestas nativas, o que contribui para a desvalorização dessa população na atualidade. Logo, conclui-se que as autoridades públicas devem promover ações sensibilizadoras para reverter essa conjuntura.

Ademais, é imperioso postular como a perpetuação de um pensamento retrógrado afeta a sociedade tradicional. Nesse contexto, durante a colonização do Brasil, houve um processo de imposição da cultura eurocêntrica dos colonos nas comunidades colonizadas, ocasionando uma desvalorização dos povos tradicionais. Tendo isso em vista, observa-se, na contemporaneidade, a existência desse fenômeno, dado que persiste a exaltação de uma cultura globalizada em detrimento dos costumes das comunidades originárias, o que gera, por consequência, o apagamento de diversos hábitos tradicionais, como a mudança da vestimenta utilizada por algumas tribos indígenas, destacando a adaptação à cultura hegemônica. Dessa forma, faz-se essencial a criação de projetos governamentais que combatam esse pensamento

antigo.

Evidencia-se, portanto, que atitudes são necessárias, com o fito de extinguir os desafios para valorização das comunidades e dos povos tradicionais no Brasil. Posto isso, o Estado deve, por meio do Ministério da Educação — órgão federal detentor do papel educacional da nação —, realizar parcerias com os meios de comunicação existentes, a exemplo dos canais televisivos, com a finalidade de divulgar informações acerca da importância das distintas populações que residem no país, elucidando os brasileiros e eliminando a mentalidade colonial da sociedade. Somente assim, diferentes povos serão valorizados e a harmonia cantada por Lennon se concretizará no Brasil.

Texto 7: amostra de texto escrito disponibilizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Conforme explica Aresi (2011), os estudos voltados para a significação, apresentados como um problema fundamental da linguística, são abordados por Benveniste a partir de 1964. É por meio do texto *Os Níveis de Análise Linguística* que ele discute a noção de nível da análise linguística, destacando que as unidades de cada nível devem ser analisadas por meio das relações entre forma e sentido (Aresi, 2011). Por isso, Benveniste considera a língua a partir de duas concepções: a língua como sistema de signos e a língua como um instrumento de comunicação.

Desse modo, a língua como um sistema de signos é analisada como um conjunto estruturado de elementos linguísticos que se organizam seguindo regras específicas e ganham significado na relação com outros elementos dentro do próprio sistema. Nesse universo, a língua é estudada a partir de sua estrutura interna, considerando as unidades mínimas que a compõem (fonemas e morfemas) e suas combinações para a formação de palavras e frases, sem levar em conta o uso concreto em situações sociais. Já a língua, na perspectiva de um instrumento de comunicação, é o próprio discurso, ou seja, a língua em uso. O estudo da língua nessa concepção compreende sua criação de sentido na relação entre os sujeitos em situações enunciativas específicas.

Diante dessas duas abordagens complementares da linguagem, nosso objetivo nesta análise é perceber que Benveniste passa da análise dos níveis inferiores da língua, como os fonemas e os morfemas, para identificar que a frase apresenta um outro aspecto de significação, pois opera em um nível superior de uso. Por isso, ele explica que:

A frase, criação indefinida, variedade sem limite, é a própria vida da linguagem em ação. Concluímos que se deixa com a frase o domínio da língua como sistema de signos e se entra num outro universo, o da língua como instrumento de comunicação, cuja expressão é o discurso. Eis aí verdadeiramente dois universos diferentes, embora

abarcuem a mesma realidade, e possibilitem duas linguísticas diferentes (Benveniste, 1991, p. 144).

Com isso, as duas formas de significar da língua, na forma e no sentido, são “[...] a base do raciocínio de Benveniste em torno dos modos semiótico e semântico” (Flores, 2013, p. 127). Sobre essa nova abordagem de significação, com foco na frase e, conseqüentemente, na sua função no discurso, Aresi (2011, p. 5) explica que essa percepção, para Benveniste, “Trata-se, na verdade, de conceber a língua toda enquanto sistema formal intralinguístico (semiótico) e de conceber a língua toda enquanto língua atualizada em frase por um locutor (semântico).” Além disso, os dois modos de ser da língua expressam sentido, isto é, no plano semiótico, o sentido está relacionado ao significante, em outros termos, ao reconhecimento dos elementos linguísticos pelo falante ou escrevente em relação a outras unidades em um sistema linguístico. Já no semântico, o sentido está associado ao discurso e à situação comunicativa que é estabelecida pelos interlocutores de acordo com as suas intenções. Desse modo, é pelo uso da linguagem que os interlocutores planejam o seu discurso, mobilizando recursos semióticos e semânticos da língua-discurso na construção de sentido.

Assim, compreendemos, conforme o linguista, que, para a construção do discurso falado ou escrito, há diferentes modalidades de frases organizadas para a construção de pontos de vista. Então, “Encontramos a confirmação de que a frase é susceptível: reconhece-se em toda parte que há proposições assertivas, proposições interrogativas, proposições imperativas, que se distinguem por traços específicos da sintaxe e de gramática, e se apoiam igualmente na predicação” (Benveniste, 1991, p. 144). Essas três modalidades apresentadas por Benveniste refletem os três modos de comportamento que os sujeitos usam para se comunicarem no e pelo discurso com seus interlocutores, seja para oferecer algum tipo de conhecimento, obter uma informação ou até mesmo dar uma ordem. Com isso, compreendemos que a frase, como uma unidade de discurso, representa as funções inter-humanas que expressam cada intenção comunicativa planejada pelo locutor (Benveniste, 1991).

Nesse contexto, pelo discurso escrito, o enunciador constrói cada parágrafo de sua redação com frases que discursam características linguísticas, que envolve traços específicos da gramática e da sintaxe, como podemos observar abaixo:

Na introdução

Função no texto/Relação sintática: nesse tópico, o locutor-escrevente apresenta o tema de sua redação, contextualizando a temática com a música *Imagine*, de John Lennon. A canção retrata uma sociedade que, apesar das diferenças sociais, culturais e religiosas, pode caminhar em busca da felicidade e de um mundo mais justo, onde todos vivam em paz. O enunciador enfatiza que “fora da canção, essa ‘harmonia social’ é imprescindível para o desenvolvimento de uma nação”; porém, os “desafios como a negligência estatal, somada à presença de um ideário colonial no pensamento coletivo” são dois fatores que impedem a concretização da união entre todos os povos no Brasil.

Em vista disso, no primeiro parágrafo, o enunciador desenvolve suas ideias a partir de proposições assertivas. Isso se evidencia nas sentenças “Na música *Imagine*, de John Lennon, é retratada uma sociedade que se une, apesar das diferenças culturais...” e na tese “Contudo, no Brasil, desafios como a negligência estatal, somada à presença de um ideário colonial no pensamento coletivo...”, que compõem a estrutura principal do texto, construída com sentenças assertivas. Essas construções são empregadas como uma forma de oferecer uma base argumentativa bem fundamentada e guiar o interlocutor/leitor na compreensão das informações discutidas ao longo da redação.

É por meio de sentenças assertivas que, conforme explica Benveniste, se reflete o comportamento do homem em seu discurso, permitindo que, sobre seu interlocutor, o locutor-escrevente “[...] quer transmitir-lhe um elemento de conhecimento” (Benveniste, 1991, p. 144). Nesse contexto, o elemento de conhecimento abordado na introdução é o fato de que, com base no tema do exame, o enunciador constrói argumentos que discutem os desafios para a valorização de povos e comunidades tradicionais no país.

No desenvolvimento

Função no texto/Relação sintática: funcionando como o “predicado” na redação, o enunciador dá continuidade aos argumentos apresentados na introdução e discute a omissão estatal em relação ao cumprimento das leis previstas na Constituição Federal de 1988, especialmente no que diz respeito ao direito à educação. Ele enfatiza que “todo cidadão brasileiro possui o direito à educação, cabendo ao Estado a sua efetivação no corpo social”. No entanto, segundo o enunciador, essa condição infelizmente não é prioridade do governo, uma vez que há poucas ações voltadas para “campanhas educacionais sobre as distintas comunidades tradicionais que residem no Brasil”. Essa ausência de iniciativas contribui para o desconhecimento da população

em relação, por exemplo, à contribuição dos indígenas para a preservação das florestas nativas, o que, por sua vez, favorece a desvalorização dessas comunidades no Brasil.

No segundo argumento, o enunciador discute “o ideário colonial no pensamento coletivo”, destacando que essa visão é discriminatória e eurocêntrica, pois desvaloriza a cultura das comunidades tradicionais em favor da imposição da cultura europeia, promovendo desigualdades históricas e sociais. Essa desvalorização alimenta o apagamento de hábitos tradicionais e até mesmo a negação de direitos habitacionais a esses povos. O enunciador apresenta explicações e evidências sobre o tema e, de acordo com os discursos defendidos na tese, identificamos a presença de frases interrogativas implícitas, cuja função é introduzir reflexões e envolver o interlocutor na compreensão dos argumentos produzidos ao longo do texto.

De acordo com Benveniste (1991), cada frase organizada nos parágrafos do desenvolvimento constitui uma unidade de discurso, pois expressa a intenção comunicativa do locutor-escrevente. Dessa forma, nas sentenças que introduzem cada parágrafo, o enunciador sinaliza as questões que serão discutidas ao longo da redação ao questionar “como a perpetuação de um pensamento retrógrado afeta a sociedade tradicional” e “quais são os desafios da negligência estatal para as comunidades tradicionais perante o cumprimento dos benefícios normativos”. Essas construções servem como ponto de partida para a exploração dos argumentos defendidos na tese.

Além disso, para as sentenças interrogativas apresentadas no texto, conforme a abordagem benvenistiana, é preciso atenção à função discursiva e sintática que elas desempenham nos parágrafos. Como explica o linguista, as frases interrogativas não apenas suscitam uma resposta, mas também podem realizar certas funções pragmáticas no discurso. Por isso, em relação à função discursiva, analisamos que o enunciador organizou frases interrogativas indiretas com o objetivo de guiar o interlocutor acerca da problemática apresentada, e essas questões são respondidas ao longo do parágrafo. Ademais, em relação à análise sintática, percebemos que as frases foram construídas de forma implícita no texto, dado que, mesmo se tratando de frases afirmativas, é possível inferir que o locutor-escrevente faz uma entonação interrogativa implícita para discutir esses argumentos apontados na tese.

Na conclusão

Função no texto/Relação sintática: nesse tópico, o enunciador finaliza o texto e apresenta o “complemento” macroestrutural da redação, concluindo o ciclo iniciado pelo “sujeito” e desenvolvido pelo “predicado”. Desse modo, é por meio da organização sintática que as frases são construídas neste parágrafo, e o locutor-escrevente apresenta sua proposta de intervenção. Tanto neste parágrafo quanto ao longo do texto, o enunciador constrói sentenças com função imperativa, revelando ao seu interlocutor a preocupação em solucionar essa problemática. Por isso, ele propõe ações e recomendações que poderiam ser realizadas para a valorização e o reconhecimento dos direitos das comunidades tradicionais.

Como observamos pelas proposições: “Desse modo, torna-se fundamental a atuação do Estado para solucionar esse óbice”; “Dessa forma, faz-se essencial a criação de projetos governamentais que combatam esse pensamento antigo”; “As autoridades públicas devem promover ações sensibilizadoras para reverter essa conjuntura”; e “O Estado deve, por meio do Ministério da Educação, realizar parcerias com os meios de comunicação existentes...”, essas frases, que desempenham função imperativa, reforçam o caráter proposital da redação. Isso ocorre porque o locutor-escrevente responde às questões apresentadas em cada parágrafo do texto, informando ao interlocutor quais ações práticas devem ser realizadas para que a mudança ocorra.

Desse modo, para a produção dos parágrafos, o enunciador constrói frases que, em sua composição, apresentam uma unidade completa de sentido e referência. Conforme Benveniste (1991, p. 145), “Os que se comunicam têm justamente isto em comum, uma certa referência de situação, sem a qual a comunicação como tal não se opera, sendo inteligível o ‘sentido’ mas permanecendo desconhecida a referência”. Essa citação enfatiza a necessidade de autor e leitor compartilharem uma mesma referência situacional. Ou seja, no contexto da redação, o locutor-escrevente deve se atentar aos elementos textuais que serão apresentados de acordo com a temática proposta e os critérios avaliativos, de modo que esses elementos sejam interpretados e compreendidos pelo interlocutor/avaliador.

Desse modo, destacamos que o sentido desse texto pode ser compreendido como a ideia central que o enunciador deseja transmitir ao seu interlocutor sobre a importância da união e valorização dos povos e comunidades tradicionais no Brasil. O enunciador menciona a música “Imagine”, de John Lennon, para destacar que a harmonia social é essencial para o desenvolvimento de uma nação. No entanto, a realidade sociocultural brasileira gira em torno de desafios e dificuldades enfrentados por essas comunidades, como a negligência estatal e o

ideário colonial no pensamento coletivo, fatores que dificultam a concretização dessa união e da harmonia social.

A referência, conforme Benveniste (1989), pode ser conceituada como a situação de discurso. Em outros termos, trata-se do que conecta os elementos da enunciação à situação comunicativa na qual os interlocutores estão envolvidos. Na redação, podemos concluir que a referência do texto está no contexto social e político em que o Brasil se encontra atualmente em relação à valorização de comunidades e grupos tradicionais. Isso é refletido pela negligência do Estado e pelo impacto do legado colonial, que ainda prejudica os modos de vida desses grupos. A referência também é construída pela intertextualidade, quando o enunciador menciona a música de John Lennon para problematizar essa realidade política e social que ainda vivenciamos. Logo, o locutor-escrevente constrói referência no texto escrito, pois ele constrói sentidos junto ao seu interlocutor e à situação comunicativa.

Portanto, podemos analisar que, para a produção de frases e a organização dos parágrafos, o enunciador mobiliza recursos semióticos e semânticos para a construção de referência no texto escrito. Conforme Benveniste (1989), de um lado, existe a língua como um sistema semiótico de signos linguísticos e, de outro, a língua como um sistema semântico, “que resulta de uma atividade do locutor que coloca a língua em ação” (Benveniste, 1989, p. 228). São esses dois modos de ser da língua que permitem ao locutor construir o seu ponto de vista no texto escrito.

Em seguida, analisamos, com base nos aspectos macroestruturais da redação, a compreensão e o reconhecimento do posicionamento do enunciador, a partir do modo como ele revelou sua subjetividade ao longo do texto, das estratégias utilizadas para manifestar seu posicionamento no discurso escrito e de como esses procedimentos contribuem para a construção de sentido e referência.

Declarado patrimônio imaterial brasileiro, o ofício das quebradeiras de coco é exemplo da preservação de conhecimentos populares que marcam a cultura, a economia e as relações interpessoais dos povos envolvidos. Similarmente, muitos outros grupos tradicionais possuem saberes de extrema importância e, no entanto, não recebem o respeito merecido, o que cria uma urgente necessidade de promover a valorização dessas comunidades. Nesse

contexto, é válido analisar como a negligência estatal e a existência de uma visão capitalizada da natureza representam desafios para a resolução de tal problemática.

Diante desse cenário, nota-se a inoperância governamental como fator agravante do descaso em relação às culturas tradicionais. Para a pensadora contemporânea Djamilla Ribeiro, é preciso tirar as situações da invisibilidade para que soluções sejam encontradas, perspectiva que demonstra a falha cometida pelo Estado, uma vez que existe uma forte carência de conscientização popular sobre o assunto – causada pelo baixo estímulo governamental a essas discussões, tanto nas salas de aula quanto no âmbito político. Nesse sentido, fica evidente que, por não dar notoriedade à luta desses povos, o governo permite o esquecimento e a minimização de seus costumes, o que gera não somente a massiva perda cultural de um legado cultivado por gerações, mas também o prejuízo da desestruturação econômica de locais baseados nessas técnicas.

Ademais, percebe-se a influência de uma ideologia que mercantiliza o ambiente na manutenção de tal entrave. “Para a ganância, toda natureza é insuficiente” – a frase, do filósofo Sêneca, critica uma concepção recorrente na atual conjuntura brasileira, segundo a qual o meio ambiente é visto como um objeto para o lucro humano. Logicamente, tal visão mercadológica se choca com o modo de vida experienciado pelos povos tradicionais, que vivenciam um relacionamento respeitoso e recíproco com o ecossistema, fazendo uso de seus recursos sem fins exploratórios. Por conseguinte, as comunidades que vivem dessa intimidade com a natureza são altamente reprimidas pelas classes que se beneficiam do uso capitalizado e desigual do meio natural, como grandes empresas pecuaristas, que lucram da concentração de terras e do monopólio comercial, o que exclui — ainda mais — a população originária e resulta no declínio de sua cultura.

Portanto, cabe ao Estado — em sua função de promotor do bem-estar social — estabelecer uma ampla fiscalização do uso comercial do meio-ambiente em áreas com maior volume de povos tradicionais, mediante a criação de mais delegacias especializadas no setor ambiental, a fim de garantir a preservação do estilo de vida desses indivíduos. Outrossim, é dever do Governo Federal organizar uma campanha de valorização de tais grupos, por meio da divulgação de informativos em redes sociais e da realização de palestras em escolas, de modo a enfatizar a contribuição socioambiental desses cidadãos, para, assim, conscientizar a população e possibilitar a exaltação das culturas tradicionais brasileiras.

Texto 8: amostra de texto escrito disponibilizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

A redação apresenta uma abordagem relevante sobre a desvalorização de comunidades tradicionais no Brasil. Para isso, o enunciador constrói argumentos que, articulados no texto, expressam seu posicionamento de revolta contra um sistema que, em vez de valorizar a cultura e a tradição desses grupos e reconhecer seus direitos garantidos pela Constituição Federal de 1988, negligencia sua história, seu valor e sua importância para a sociedade como um todo, que, como sabemos, é plural.

Na introdução, o locutor-escrevente apresenta o “sujeito” do texto, demonstrando ao seu interlocutor que possui propriedade sobre o tema ao contextualizar a problemática e defender, em sua tese, os entraves que dificultam o bem-estar das comunidades tradicionais. Para isso, destaca que alguns saberes tradicionais são mais reconhecidos que outros, exemplificando esse fato com a comunidade das quebradeiras de coco, cujo ofício é considerado patrimônio imaterial brasileiro. Na tese, é defendido que “a negligência estatal e a existência de uma visão capitalizada da natureza” são desafios para a valorização desses grupos.

Desse modo, neste primeiro aspecto do texto, foi utilizada como estratégia para manifestar uma opinião a inclusão de um repertório que apresenta uma referência cultural concreta, dialogando com o tema da redação. Isso é válido porque evidencia uma realidade e põe em questão a situação de outros grupos, marginalizados por boa parte da sociedade e pelo Estado. Nessa perspectiva, essa construção revela que o enunciador, no ato de sua enunciação, manifesta sua subjetividade na linguagem, conforme discute Benveniste (1991) ao explicar que, pela linguagem, o homem se constitui como sujeito.

Essa capacidade de argumentação é possível porque, conforme Benveniste, “É na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito; porque só a linguagem fundamenta na realidade, na sua realidade que é a do ser, o conceito de ‘ego’” (Benveniste, 1991, p. 282). Essa passagem revela, como destaca Flores (2013), que, diante desse aspecto duplo da linguagem, entende-se que Benveniste, nessa citação, remete primeiro ao aspecto constitutivo “na linguagem” para, então, desempenhar o aspecto mediador “pela linguagem”, fazendo referência à língua. Assim, entendemos que, pela linguagem, como um ato de enunciação, o locutor-escrevente se constitui como sujeito e aplica na redação sua visão de mundo para discutir a importância dos conhecimentos de populações tradicionais.

Ademais, no desenvolvimento, que atua como o “predicado” do texto, o enunciador desdobra os argumentos defendidos na tese, ampliando sua explicação sobre cada fato e apresentando evidências que validam seu posicionamento. Desse modo, analisamos que, como orienta a Competência III do exame, na organização da redação, o enunciador deve “Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista” (Brasil, 2023, p. 7). Esse aspecto trata da clareza que o texto precisa demonstrar ao interlocutor do exame, dado que todas as partes precisam estar interligadas para que a progressão textual seja mantida, como já mencionado neste trabalho.

Assim, para justificar o ponto de vista escolhido, o locutor-escrevente defende duas problemáticas que evidenciam a desvalorização dos saberes de populações tradicionais: “a negligência estatal e a existência de uma visão capitalizada da natureza”. Diante desses desafios, os argumentos são fundamentados pela pensadora contemporânea Djamila Ribeiro, ao discutir a negligência estatal, uma vez que “é preciso tirar as situações da invisibilidade para que soluções sejam encontradas”, e pelo filósofo Sêneca, quando afirma que “Para a ganância, toda natureza é insuficiente”. O filósofo apresenta uma crítica aos modos de vida das comunidades e povos tradicionais, que vivem em harmonia com a natureza, em contraste com empresas pecuárias, as quais visam apenas o lucro, trazendo consequências irreparáveis para essas populações.

Nos parágrafos do desenvolvimento o locutor-escrevente revela a sua subjetividade no texto escrito ao articular, por exemplo, informações externas ao texto para construir o seu posicionamento subjetivo, oferecendo mais autoridade em seu discurso. Essas estratégias argumentativas atribuem identidade ao texto, pois demonstram a capacidade linguístico-discursiva do enunciador. Em *Da Subjetividade na linguagem*, Benveniste entende que “A linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como *sujeito*, remetendo a si mesmo com *eu* no seu discurso. Por isso, *eu*, propõe outra pessoa, aquela que, sendo exterior a “mim”, torna-se o meu eco - ao qual digo *tu* e que me diz *tu*” (Benveniste, 1991, p. 283). Desse modo, na proposta da redação, a subjetividade está contida no ato enunciativo do enunciador, que ao se apropriar da língua, se posiciona em relação ao tema e ao interlocutor/avaliador. Conforme o linguista a cada ato enunciativo há sempre uma condição de diálogo entre o enunciador (eu-locutor) e o enunciatário (tu-interlocutor).

Por isso, evidenciamos que o locutor-escrevente desenvolve a sua subjetividade a partir de estratégias enunciativas para fortalecer a sua crítica em relação a negligência do estado e a

exploração econômica do país, integrando em seu texto repertórios que validam o seu posicionamento sobre a problemática proposta. O uso desses repertórios teóricos reflete o que podemos inferir em Benveniste sobre a subjetividade na linguagem e a constituição do sujeito no discurso em relação ao ato de enunciação, que ocorre na redação. Ao analisar cada ato enunciativo, entendemos que a linguagem mediada pela apropriação na língua abrange não somente o que o indivíduo diz, mas também como ele se alinha a outros discursos para sustentar o seu posicionamento.

No parágrafo da conclusão, complementando o que foi discutido anteriormente, o enunciador demonstra a sua preocupação com os grupos marginalizados e de forma crítica e articulada, mediante duas propostas de intervenção, aponta as responsabilidades e as soluções que precisam ser desenvolvidas. Dessa forma, a subjetividade na linguagem está presente em toda a proposta de intervenção, principalmente pela forma como é proposto que ações concretas devem ser realizadas, primeiro apontando para o fato de o Estado instituir “uma ampla fiscalização do uso comercial do meio-ambiente” e, posteriormente como dever do Governo Federal, realizar campanhas educativas. Essas alternativas, são algumas formas de conscientização para a valorização das culturas tradicionais brasileiras. Portanto, essas construções linguísticas revelam a subjetividade do enunciador, revelando a sua propriedade no discurso escrito, utilizando a linguagem para influenciar e moldar a realidade que ele deseja e, sob a condição da intersubjetividade, que revela a intenção comunicativa construída no texto.

Posto isso, sabendo que a subjetividade é construída no ato enunciativo, discutimos que os procedimentos de sintagmatização - pela seleção e combinação de elementos linguísticos na construção de frases e parágrafos, são essenciais para a organização dos argumentos e para manifestar ao interlocutor a subjetividade. Desse modo, para a organização das ideias e estruturação de frases é necessário que o locutor articule os conectivos e marcadores discursivos, que promovam a conexão entre o sentido do texto. Nisso, identificamos que o emprego de marcadores argumentativos e conectivos, por exemplo, entre “Diante desse cenário”, “Ademais”, “Portanto”, “Similarmente”, “nesse contexto”, “No entanto”, “para”, “assim”, são elementos linguísticos usados para promover a sequenciação da redação de forma lógica e persuasiva. Isso demonstra que a organização desses termos linguísticos são fundamentais para a construção de sentido.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentou-se como objetivo deste trabalho aplicar os estudos enunciativos de Émile Benveniste (1991, 1989) à análise de textos dissertativo-argumentativos de candidatos que prestaram o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) em 2022. Alguns textos do linguista, disponíveis em *Problemas de Linguística Geral I e II*, foram cruciais para a abordagem semiológico-enunciativa das produções textuais escritas. Sob essa perspectiva, realizamos este estudo, considerando aspectos microestruturais e macroestruturais construídos na produção das redações.

Ademais, buscamos apresentar diferentes abordagens sobre o texto dentro de diversos campos da Linguística, como a Linguística Textual, a Análise de Discurso (AD), a Análise Crítica do Discurso (ACD), a Pragmática e a Teoria da Enunciação. Essa visão de conhecimento evidencia que o estudo do texto pode ser tomado como ponto de partida para a observação de questões mais amplas, indo além de seus aspectos sintáticos e gramaticais e permitindo uma compreensão mais completa e profunda das práticas discursivas. Por isso, entendemos o texto como uma unidade comunicativa e sociocultural, produzida pelos sujeitos de forma significativa, refletindo intencionalidades, situações comunicativas e relações de poder.

Desse modo, abordar o texto como uma unidade de sentido implica compreender que sua interpretação não se pauta apenas em aspectos estruturais. Ao examinar os elementos que garantem a coesão e a coerência, torna-se possível identificar estratégias argumentativas e os propósitos comunicativos do enunciador. A consideração do texto em sua materialidade também contribui para expandir a análise para questões como a mediação tecnológica, os suportes físicos e as condições de produção e recepção.

Assim, analisar a materialidade do texto é uma forma de explorar como diferentes formas de apresentação afetam o sentido e o impacto das mensagens. Dessa forma, o estudo do texto, ao integrar múltiplas dimensões – linguística, pragmática, discursiva e enunciativa –, mostra-se um ponto de partida relevante para investigações mais abrangentes sobre os processos de produção de sentido, evidenciando a complexidade das interações humanas mediadas pela linguagem.

Do ponto de vista enunciativo, compreendemos que a língua, como um sistema de signos linguísticos, permite a cada locutor-escrevente construir seu ponto de vista na proposta

do ENEM. É pela apropriação da língua como discurso que o enunciador mobiliza um conjunto de mecanismos necessários à construção de sentido e referência no texto escrito. A escolha lexical e a organização sintática estruturam o agenciamento de palavras, promovendo a produção de sentido.

Assim, discutimos como os procedimentos de sintagmatização foram utilizados na redação, por meio da produção de frases específicas que expressam a intencionalidade do locutor-escrevente sobre a temática proposta. Posto isso, identificamos que, para a construção de sentenças e parágrafos, o enunciador estabelece relações entre os significados pretendidos em cada aspecto micro e macroestrutural do texto, consolidando sua opinião.

Além disso, evidenciamos que, por meio de mecanismos enunciativos, o enunciador constrói uma relação interativa tanto com o texto quanto com seu interlocutor, utilizando recursos linguísticos disponíveis no sistema virtual da língua, como marcadores discursivos, seleção lexical e estruturas argumentativas. Esse agenciamento de formas linguísticas permite que, ao longo da produção do texto dissertativo-argumentativo, o enunciador não apenas semiotize pela escrita, mas também semantize, expressando seus posicionamentos discursivos. Dessa forma, ele articula suas ideias de maneira coesa e consistente para a construção de sentidos no texto, além de direcionar seu ponto de vista à expectativa do interlocutor/avaliador, com o objetivo de convencê-lo sobre sua posição em relação ao tema proposto.

Assim, o enunciador segue os critérios avaliativos, estruturando o texto de acordo com as cinco competências avaliadas na redação, de modo a formar uma unidade textual coerente e argumentativamente sólida.

Logo, compreendemos que o texto escrito desempenha um propósito comunicativo, construído pelo enunciador a partir do momento em que ele organiza sua singularidade sintática e manifesta sua capacidade comunicativa para expressar seu ponto de vista. Assim, na produção textual, o enunciador mobiliza recursos semióticos e semânticos da língua-discurso, articulando camadas de significação essenciais para a construção de sentidos. Dessa maneira, a enunciação escrita se configura como um ato de comunicação que vai além da simples invenção da língua, apresentando-se como uma interação intersubjetiva compartilhada entre quem escreve – um *eu* – e seu alocutário – um *tu* –, dentro da situação comunicativa do exame.

REFERÊNCIAS

ARESI, Fábio. Os índices específicos e os procedimentos acessórios da enunciação. **ReVEL**, v. 9, n. 16, 2011. Disponível em: <https://www.revel.inf.br/pt/edicoes/?id=20>. Acesso em: 3 abr. 2025.

BENVENISTE, Émile. **Últimas aulas no Collège de France (1968 e 1969)**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

_____. **Problemas de linguística geral I**. 5 ed. Trad. Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. Campinas, SP: Pontes, 1991.

_____. **Problemas de linguística geral II**. 2ª ed. Trad. Eduardo Guimarães et al. Campinas, SP: Pontes, 1989.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **A Redação do Enem 2023**: cartilha do participante. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-institucionais/avaliacoes-e-exames-da-educacao-basica/a-redacao-no-enem-2023-cartilha-do-participante>. Acesso em: 03 abr. 2025.

DIJK, Teun A. van. **Discurso e Poder**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2008.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Tradução, revisão e prefácio de Izabel Magalhães. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

FLORES, Valdir do Nascimento. **Introdução à teoria enunciativa de Benveniste**. 1ª ed., São Paulo: Parábola, 2013.

FLORES, Valdir do Nascimento. A enunciação escrita em Benveniste: notas para uma precisão conceitual. **DELTA**. Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada, v. 34, p. 395-417, 2018.

GOMES, Geam Karlo; LIMA, Cynara Desiee de Vasconcelos da Graça. Os fatores da textualidade na produção escrita: um olhar sobre os livros didáticos do ensino médio. In: II Congresso Nacional de Educação – II CONEDU. **Anais eletrônicos** [...] Campina Grande: Realize Editora, 2015. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/16643>>. Acesso em: 07 jun. 2024.

GRICE, Paul H. Lógica e conversação. In: DASCAL, Marcelo (Org.). **Fundamentos Metodológicos da Linguística**. UNICAMP. 1982.

MUSSALIN, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Orgs). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. v. 2, 4. ed. São Paulo: Cortez, 2024.

KOCH, Ingedore; Grunfeld Villaça. **Introdução à linguística textual: trajetória e grandes temas**. 2.ed., São Paulo: Contexto, 2023.

_____. **Desvendando os segredos do texto**. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **O texto e a construção dos sentidos**. 10. Ed. São Paulo: Contexto, 1997.

MELLO, Vera Helena Dentee de. **A sintagmatização-semantização: uma proposta de análise de texto**. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, UFRGS, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/56031>. Acesso em: 03 abr. 2025.

MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (orgs.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**, v. 2, 4. ed. - São Paulo: Cortez, 2004.

OLIVEIRA, Raquelinhe Carneiro de. **Implicaturas conversacionais: violação das máximas nos depoimentos de Lula no contexto da lava-jato**. 2018. 15f. Trabalho de Curso (Licenciatura em Letras) – Faculdade de Ciências da Linguagem, Campus Universitário de Abaetetuba, Universidade Federal do Pará, Abaetetuba, 2018. Disponível em: <http://bdm.ufpa.br/jspui/handle/prefix/1462>. Acesso em: 03 abr. 2025.

ORLANDI, Eni. P. A; LAGAZZI-RODRIGUES, S. (Orgs.). **Introdução às ciências da linguagem - Discurso e textualidade**. 3. ed. São Paulo-SP: Pontes, 2015.

PEDROSA, Cleide Emília Faye. Análise crítica do discurso: uma proposta para a análise crítica da linguagem. **Cadernos do CNLF**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 4, 2005. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/ixcnlf/3/04.htm>. Acesso em: 03 abr. 2025.

RODRIGUES, Rosângela Hammes; SILVA, Nívea Rohling, SILVA FILHO, Vidomar. **Linguística textual: 4º período**. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2009.

ROMERO, Márcia et al. **Manual de linguística: Semântica, Pragmática e Enunciação**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2019.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de linguística geral**. 17. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SILVA. C. L. da Costa. **O estudo do texto em uma perspectiva enunciativa de linguagem. D.E.L.T.A.**, Porto Alegre: UFRGS, 2018, 34.1, (419-433). Programa de Pós-Graduação em Letras. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0102-44501108954472384>>. Acesso em: 31 mai. 2024.

WERNER, K. C. G. A intersubjetividade antes da subjetividade na teoria da enunciação de Benveniste. **Signótica**. Goiânia, v. 18, n. 2, p. 397–411, 2007. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/sig/article/view/2794>. Acesso em: 3 abr. 2025.